

MAURO MEISTER

Lei e Graça

Ou lei é graça?
Como ambas se relacionam
segundo a Escritura

2ª edição



MAURO MEISTER

Lei e Graça

Ou lei é graça?
Como ambas se relacionam
segundo a Escritura

2ª edição



Lei e graça, de Mauro Meister © 2017, Editora Cultura Cristã. Todos os direitos são reservados.

1ª edição 2003 – 3.000 exemplares

2ª edição 2017 – 3.000 exemplares

Conselho Editorial

Antônio Coine

Cláudio Marra (*Presidente*)

Heber Carlos de Campos Jr.

Mauro Fernando Meister

Marcos André Marques

Misael Batista do Nascimento

Tarcízio José de Freitas Carvalho

Ulisses Horta Simões

Produção Editorial

Revisão

Cíntia Vasconcelos

Editoração e capa

Ideia Dois

M515l Meister, Mauro

Lei e graça / Mauro Meister . _ São Paulo: Cultura Cristã, 2016 144 p.

ISBN 978-85-7622-594-2

1. Aliança 2. Graça 3. Lei 4. Teologia bíblica I. Título

CDU 2-12

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORIA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones 0800-0141963 / (11) 3207-7099 – Fax (11) 3209-1255

www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

DEDICATÓRIA



O primeiro fruto escrito de meu trabalho dedico a minha esposa, Denise, que muito ilustra a graça de Deus sobre minha vida. Desde a primeira edição vi meus filhos, Avner e Nina, crescerem para se tornarem jovens adultos que amam ao Senhor, sua Lei e sua Graça. Aprendi na prática que, certamente, a Lei é Graça!

AGRADECIMENTO

• • •

ESTE TRABALHO, ainda que pequeno, levou um bom tempo para ser completado. Começou com um estudo e se desenvolveu até o produto que o leitor tem em mãos. Até mesmo pela sua duração, um bom número de pessoas pôde se envolver nele.

Agradeço a um grupo de sete colegas muito próximos que estiveram ao meu lado quando ele começou. Muito do pouco que sei, devo a eles, pelo seu ensino e convivência. Aos sete o meu grande apreço.

Agradeço aos professores e equipe do *Reformed Theological Seminary*, Orlando, que me ajudaram com ideias e estímulo durante o período de nascimento dessas ideias.

De maneira particular agradeço ao irmão Solano Portela, que atenciosamente leu e sugeriu muitas coisas que puderam melhorar o conteúdo do livro.

Não posso deixar de agradecer a meus pais pela semente da fé plantada em meu coração e suas orações constantes sobre minha vida.

Soli Deo Gloria

SUMÁRIO

• • •

Prefácio

Introdução

1. ESTAMOS SOB A LEI OU SOB A GRAÇA?

O que é lei?

O que é graça?

PERGUNTAS PARA ESTUDO

2. COMO DEVEMOS ENTENDER E USAR A LEI

O pacto como “berço da lei”

A “lei” antes da “lei”

A lei “interior”

A lei

PERGUNTAS PARA ESTUDO

3. DE QUE LEI ESTAMOS FALANDO?

Lei civil

Lei cerimonial

A lei moral

Quais partes da lei devemos aplicar hoje? E como?

PARA ESTUDO

4. COMO A LEI MORAL OPERA EM NOSSOS DIAS?

O primeiro uso da lei (*Institutas* 2.7.6-9)

O segundo uso da lei (*Institutas* 2.7.10-11)

O terceiro uso da lei (*Institutas* 2.7.12-13)

Sejamos práticos

5. AS CONFUSÕES E OS EXTREMOS

O antinomismo

O legalismo

Sola Gratia

A teonomia

PERGUNTAS PARA ESTUDO

6. CRISTO E A LEI

Eu vim cumprir a lei
Não vim para revogar
Tudo será cumprido
Esta é a correta interpretação
Como Cristo obedeceu a lei civil
Como Cristo cumpriu a lei cerimonial
Como Cristo viveu a lei moral
Cristo é a substância da lei moral
Cristo, a lei e a evangelização

7. A LEI E A SANTIFICAÇÃO

8. COMO ENTENDER O “OLHO POR OLHO E DENTE POR DENTE”?

A origem e motivação para essa lei
O contexto de aplicação da Lei de Talião no Antigo Testamento
A Lei de Talião nas palavras de Jesus
O princípio da proporcionalidade da Lei de Talião na lei brasileira

CONCLUSÃO

APÊNDICE: A LEI E A NOVA ALIANÇA

- 1) Quando essa profecia se cumpre?
- 2) Quem recebe essa profecia?
- 3) No que consiste essa aliança e no que difere de outra?
- 4) O que significam as leis impressas na mente e no coração do povo de Deus?

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

PREFÁCIO

• • •

Resgatando a visão bíblica da lei e da graça

• • •

A DISSOCIAÇÃO entre lei e graça tem sido uma das características da igreja evangélica dos nossos dias. As frases seguintes constituem o ensinamento típico que estamos acostumados a ouvir:

Na lei: Para desestimular o adultério, o meio utilizado foi o apedrejamento.

Na graça: Para desestimular o adultério, o meio utilizado é o amor a Cristo.

Na lei: Para estimular a contribuição, o meio utilizado foi o medo do devorador.

Na graça: Para estimular a contribuição, o meio utilizado é o amor a Cristo.

Essas palavras parecem piedosas e cristãs, mas, na realidade, roubam dos fiéis a verdadeira apreciação tanto da lei como da graça. Primeiro, confundem as distinções bíblicas da lei e contrapõem a graça a aspectos já cumpridos daquela, esquecendo, entretanto, aqueles que permanecem válidos. Segundo, colocam a graça como se fosse uma aprovação tácita da parte de Deus para uma postura comportamental subjetiva e aleatória, na qual definimos o “amar a Cristo” como uma proposição indescritível, que age meramente como elemento de persuasão, contrariando a objetividade e clareza do ensinamento de Jesus sobre este tema: “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (Jo 14.15).

O contraste é aprofundado a cada passo desses ensinamentos, comumente enraizados em uma compreensão teológica dispensacionalista. Um autor contrastou a lei e a graça do seguinte modo:

É isto que Deus quer revelar à sua igreja. Você vive debaixo da *graça* e não debaixo da *lei*. Porque quando se faz uso da lei estando em graça,

para alcançar certo objetivo, mesmo que certo, mas se o meio utilizado estiver errado, o resultado é a separação de Cristo e o cair da graça...

Assim, o próprio poder da graça salvadora de Cristo é diminuído, aventando-se a possibilidade de uma *queda* da graça, quando atenção é dada à lei.

Nada mais distante das verdades bíblicas. Nada mais contrário à intenção do nosso Soberano Criador e Redentor, que nos deu com tanta propriedade a sua lei para que conhecêssemos a sua vontade proposicional para conosco – como trilha de vida a ser caminhada debaixo das misericórdias divinas – tanto nos seus aspectos temporais do Antigo Testamento, como no aspecto permanente de sua lei moral. Nada mais estranho ao conceito da graça divina – transformá-la em uma força conflitante daquilo que emana da natureza divina, em vez de compreendê-la como uma bênção triunfante que resgata pecadores por serem quebradores de uma lei que é santa, justa e boa.

É exatamente esse contexto que faz com que o livro *Lei e Graça*, do Dr. Mauro Meister seja tão pertinente e necessário. Ele não somente responde com acuidade às perguntas frequentes que surgem nesse dilema artificial traçado pelo evangelicalismo dos nossos dias, como também analisa a fundo as diferentes nuances e aspectos da representação escriturística da lei de Deus.

Alicerçado na teologia dos reformadores e apresentando uma visão calvinista, o autor vai até a história mostrando como distinções bíblicas importantes sobre o uso da lei auxiliam a igreja na compreensão da questão, apresentando aos fiéis uma forma válida e eficaz de pautarem a vida pela vontade prescritiva do nosso Deus.

Dr. Mauro Meister analisa, ainda, as reações que têm surgido na igreja à compreensão da lei, apresentando os efeitos de cada um dos posicionamentos na saúde doutrinária de cada segmento. A forma como nosso Senhor Jesus Cristo interagiu com a lei de Deus é especialmente pertinente a esse debate. Várias páginas são dedicadas a essa apreciação, de muito valor didático.

A terceira pessoa da Santíssima Trindade recebe destaque especial no final do livro. Ali, notamos o papel todo especial da lei na santificação operada pelo Espírito Santo de Deus, na vida dos redimidos.

Recomendo com intenso entusiasmo este livro à igreja, certo de que tal estudo irá fundamentar uma vida de maior santidade e apreço pelas verdades divinas, ao mesmo tempo em que atende a necessidade corrente de obras exegeticamente sólidas, de Teologia Reformada, por autores nossos – que compreendem a situação eclesiástica de anorexia espiritual que atravessamos. Que esse estudo sólido produza fruto abundante não somente ao intelecto, mas principalmente ao fervor e comunhão real que deve ser experimentado na obra de disseminação do evangelho de Cristo.

Presb. Solano Portela

INTRODUÇÃO

• • •

UM CRISTÃO VERDADEIRO jamais deixaria de dizer que o crente vive debaixo da graça de Deus, e tão somente pela graça. Essa visão clara ensinada pelos reformadores em oposição aos erros da igreja católica trouxe um novo fôlego à pregação do evangelho de Cristo desde então. Foi como a descoberta do Livro da Lei nos tempos do rei Josias (2Rs 22.8-13), uma redescoberta da verdade que estava oculta. O evangelho estava “perdido” no meio das tradições da igreja daquela época e a Reforma foi o movimento usado por Deus para “redescobrir” a sua verdade ao seu povo. No entanto, da mesma forma como essa redescoberta não se deu em um só instante, mas foi um processo gradativo, as verdades do evangelho voltaram mais uma vez a serem paulatinamente cobertas pelo erro doutrinário, pela ênfase demasiada em aspectos secundários e pela falta de entendimento das doutrinas centrais das Escrituras. Atualmente, nos encontramos nesse estado nebuloso em que conceitos e tradições angariadas ao longo dos anos confundem, em muitas áreas, a visão bíblica e cristalina do evangelho. Uma dessas áreas é justamente a relação entre a lei e a graça de Deus. Neste livro tento esclarecer qual é essa relação dentro da perspectiva bíblica.

Esse foi um dos problemas mais sérios enfrentados pelos cristãos da era apostólica. Qual foi o assunto em pauta do primeiro concílio cristão conforme o registro de Atos 15? Exatamente a relação entre a lei de Moisés e a graça de Deus como era então apresentada pelos apóstolos.

Os apóstolos e presbíteros de Jerusalém se reuniram para debater esse problema, objetivando chegar a uma conclusão. Primeiro apareceu um grupo dizendo que se os novos crentes não fossem circuncidados não poderiam ser salvos (At 15.1). Paulo e Barnabé entraram em grande contenda com os que mantinham essa posição e decidiram recorrer aos anciãos em Jerusalém (At 15.2). Quando os apóstolos chegaram a Jerusalém, um grupo de crentes provenientes do farisaísmo insistiu na questão: para serem salvos os gentios

precisavam ser circuncidados e observar a lei de Moisés (At 15.5). Reuniram-se os apóstolos e presbíteros. Pedro tomou a palavra e deu o seu parecer: os gentios são purificados pela fé (At 15.9); tanto os judeus como os gentios são salvos pela graça do Senhor Jesus (At 15.11). A multidão ficou em silêncio, Paulo e Barnabé tomaram a palavra e contaram as maravilhas que Deus estava realizando entre os gentios (At 15.12). Tiago então falou ao concílio interpretando o texto de Amós 9.11-12. Sua conclusão e parecer foram:

(...) não devemos perturbar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus, mas escrever-lhes que se abstenham das contaminações dos ídolos, bem como das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue. Porque Moisés tem, em cada cidade, desde tempos antigos, os que o pregam nas sinagogas, onde é lido todos os sábados (At 15.19-21).

Esse parecer, aprovado unanimemente pelo concílio, foi enviado em forma de carta a Antioquia por mãos de Paulo, Barnabé, Barsabás e Silas. Ensina-nos Lucas que a igreja se alegrou grandemente com aquele parecer. Foi o primeiro debate público da igreja sobre os temas lei e graça, ou lei e evangelho.

Mas esse não seria o fim das controvérsias em torno da relação entre a lei e a graça. O assunto ainda aparece outras vezes nos escritos do Novo Testamento. Paulo o retoma em suas cartas. O mesmo faz Tiago.

Por que o assunto continuava a levantar perguntas? O que estava em jogo quando se discutia a relação entre a lei e a graça ensinadas nas Escrituras? Quais são os grandes problemas encontrados?

De um lado, encontramos no meio do povo de Deus grupos que enfatizam o papel da graça de tal modo que se esquecem do propósito de Deus ao dar a sua lei ao seu povo. Alguns se tornam tão extremos em sua posição que chegam a ser acusados de libertinos. Do outro lado, encontramos grupos que se apegam à lei de tal maneira que parecem, literalmente, escravos dela. Vivem debaixo da lei de tal forma que fica difícil enxergar em que a graça de Deus opera em suas vidas. Esses são acusados de estarem voltando à salvação pelas obras e de prática do legalismo.

Qual é a perspectiva bíblica sobre o assunto? Como chegar ao equilíbrio? As respostas a essas questões vão além da apresentação de uma formulação teológica, mas, como toda teologia séria, afetam todo o modo de vida daqueles que as buscam. Minha intenção ao escrever sobre esse assunto é trazer a perspectiva bíblica e confessional ao leitor comum, não ao teólogo ou acadêmico. Confesso ter levado um bom tempo para entender essa relação na perspectiva correta que a Teologia Reformada nos legou. Não que haja um pensamento único e absoluto sobre a matéria entre os reformadores e reformados, mas fica claro e evidente que entre os reformados do passado, conforme expressaram seu pensamento nas confissões históricas, havia certa concordância sobre o papel da graça e a sua relação com a lei.

Depois de estudar e entender, percebi que a visão bíblico-reformada ajuda o cristão a desfrutar de ambas as coisas: do beneplácito da graça e do auxílio da lei, cada uma de acordo com o papel que a elas é estabelecido na própria Escritura. Deixar de entender essa relação é perder a essência do ensino bíblico. Ainda que sejam distintas, a lei e a graça de Deus são inseparáveis. De nossa visão sobre a lei depende a nossa visão sobre a graça.

J. Gresham Machen, famoso teólogo norte-americano, escreveu em 1946 a respeito dessa relação:

Assim sempre é: uma visão pequena da lei sempre traz o legalismo à religião; uma visão ampla da lei faz do homem um que busque a graça. Queira Deus que esta visão ampla possa novamente prevalecer.¹

1

ESTAMOS SOB A LEI OU SOB A GRAÇA?

...

CREIO QUE A PERGUNTA no título do capítulo reflete um dos maiores problemas de interpretação das Escrituras para o novo crente em Cristo e, infelizmente, para muitos crentes antigos também. Ensina-se com muita naturalidade que o Antigo Testamento é aquela parte da Bíblia que corresponde à lei e, o Novo Testamento, a parte que ensina sobre a graça de Deus. Essa associação parece funcionar como um elemento-chave, quase que “natural”, para a interpretação da relação entre o Antigo e Novo Testamentos. No entanto, essa interpretação, que à primeira vista parece natural, é um pensamento falacioso que traz consigo muitos problemas.

Posso dizer isso depois de ter “testado” vários grupos de pessoas, alunos de Escola Dominical, estudantes de seminários ou de pós-graduação, com a seguinte pergunta: Como associar lei, graça, Antigo e Novo Testamentos? A resposta, quase que invariavelmente, tem sido a seguinte relação:

Lei	>	Antigo Testamento
Graça	>	Novo Testamento

Essa resposta é sintomática: ela reflete um entendimento confuso do ensino bíblico acerca da lei e da graça de Deus ensinadas na Bíblia. É verdade que a pergunta em si não ajuda muito porque limita o horizonte do ouvinte a esses quatro elementos como se eles tivessem uma relação mecânica, em que os pares precisam ser alinhados, como indicado no quadro.

Mas o fato é que muitos leitores estudam a Bíblia com essa relação em sua mente: associam a lei a um elemento que pertence exclusivamente ao período do Antigo Testamento e a graça a um elemento neotestamentário. Quando paramos para pensar nas implicações dessa associação, podemos perceber que ela é problemática. Se o Antigo Testamento é exclusivamente o período da lei, como responder às seguintes perguntas:

Houve salvação no tempo do Antigo Testamento?

Se houve, como foram salvos os crentes que viveram naquele período já que ninguém, segundo o Novo Testamento, é salvo pelas obras da lei?

Ora, qualquer pessoa que já leu a Carta aos Hebreus sabe que os “santos” do Antigo Testamento eram, de fato, crentes e salvos. E esses santos foram salvos pelas obras da lei? Claro que não, foram salvos pela graça, por meio da fé, em Cristo. Portanto, a graça de Deus não é exclusiva do Novo Testamento e ausente no Antigo Testamento. Quando o crente no Antigo Testamento depositava a sua fé em *Iavé*² e naquilo que *Iavé* havia ordenado e prometido no tabernáculo, ele estava dizendo que o seu salvador era Cristo, que a sua redenção estava na obra do Messias prometido. Tenho, às vezes, a impressão de que alguns chegam a pensar que havia outra forma de salvação no período do Antigo Testamento, completamente distinta da pessoa de Cristo, ao contrário do que afirma Atos 4.11-12:

... Jesus é pedra rejeitada por vós, os construtores, a qual se tornou a pedra angular. E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos.

Em tempo algum existiu, nem existirá, salvação fora da pessoa e obra de Cristo. Ao comentar Hebreus 10.1 (“... visto que a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas, nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente, eles oferecem.”), Calvino afirma:

Sob a lei foi apontado em linhas rudes e imperfeitas o que no evangelho é demonstrado em cores vivas e graficamente distintas... Para ambos o

mesmo Cristo é exibido, a mesma justificação, santificação e salvação; e a diferença está apenas na maneira de pintar ou de demonstrar.

Mas – ainda assim temos de perguntar – onde se encaixa a lei do Antigo Testamento com relação ao crente? Nesse campo, muitas outras perguntas podem ser levantadas:

- Como devemos entender a lei hoje?
- Para que serve a lei?
- Pode a lei ajudar os crentes a entender a vontade de Deus?
- Pode a lei nos servir no processo da santificação?

As respostas a essas perguntas são fundamentais ao processo de compreensão da Bíblia e da vida cristã.

Penso que grande parte das conclusões erradas a esse respeito é fruto do estudo apressado, descontextualizado e mal orientado de textos do Novo Testamento. A falta de um método de interpretação coerente que considera o todo da revelação de Deus nas Escrituras, causa esse tipo de erro.

As Escrituras nos foram dadas para serem lidas e entendidas como um todo, e não em partes isoladas e estanques. Já me deparei com livros que ensinam a estudar a Bíblia dizendo que a parte mais importante é o Novo Testamento e que o Antigo Testamento pode ser usado mais por “interesse histórico”. Esse tipo de visão não ajuda o estudante a ter uma visão equilibrada do ensino bíblico sobre a lei e a graça.

Dentre muitos textos, observe alguns que podem ser mal interpretados e levar o leitor a conclusões errôneas sobre a relação entre lei e graça.

João 1.17

... a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo.

Ao ler esse texto fora do contexto, a primeira conclusão tirada é que a graça de Deus só passa a operar depois da vinda de Cristo, ou ainda, que lei e graça são excludentes. Para muitos, a graça veio como um substituto da lei e

Jesus Cristo como um substituto de Moisés. Porém, essa interpretação não é sustentável diante do contexto e da teologia bíblica como um todo. É certo que João contempla muitos contrastes existentes entre o período antes da vinda de Cristo (a antiga dispensação) e o tempo que agora é chegado (a nova dispensação); entre uma das principais figuras da antiga dispensação (Moisés) e aquele que veio cumprir de modo pleno as promessas feitas anteriormente (Jesus). Mas isso não implica contraste e exclusão e sim complementaridade e plenitude: Cristo veio fazer o que a lei e Moisés não podiam fazer. A lei era uma figura de Cristo, uma sombra, que agora é manifestada na sua verdade plena. A vinda física de Cristo e sua encarnação não limitam a sua obra eterna. A sua graça já era operante nos tempos de Moisés e antes dele.

Gálatas 2.16

... o homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado.

Uma leitura rápida do texto de Gálatas sem o seu contexto faz com que o leitor coloque as “obras da lei” em oposição à “fé” (representando respectivamente a lei e a graça). Ora, se já existe um pré-entendimento que associa a lei ao período do Antigo Testamento e a fé e graça ao tempo de Jesus Cristo (Novo Testamento) – e normalmente há – a conclusão mais lógica desse leitor será que a salvação, como nós a entendemos, existe somente depois da vinda de Cristo. Sem considerar o todo da teologia, fica impossível chegar a uma conclusão diferente. Assim sendo, parece que no Antigo Testamento não há verdadeira ou permanente salvação, pois como alguém poderia ser justificado no tempo da lei? Mas não foi essa a intenção do apóstolo Paulo ao escrever aos Gálatas. Volto ao que considero o problema principal nesse tipo de interpretação: associar a lei ao Antigo Testamento e a graça ao Novo Testamento.

Nosso estudo deve ser orientado levando em consideração o contexto e as perguntas que devemos fazer ao texto. Desse modo, não podemos deixar de perguntar: ao que Paulo se refere quando menciona “obras da lei” e “fé em Cristo” nesse contexto? Aos períodos do Antigo e Novo Testamentos? É certo

que não! Assim sendo, a interpretação do texto deve ser diferente das conclusões acima. Na relação lei e graça, o texto nos ensina que, sem fé, em qualquer tempo, é impossível ser salvo e que pelas obras da lei ninguém será (ou foi) justificado. A única oportunidade meritória de viver pela lei foi dada a Adão, que a perdeu quando pecou. Depois disso, ninguém jamais foi ou será justificado pelas obras da lei. Ainda nessa relação, podemos aprender que, em qualquer tempo, aquele que crê em Cristo pode ser justificado, antes de sua vinda, crendo na promessa e, depois de sua vinda, na promessa já cumprida.

Romanos 6.14

... o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça.

Imagine a interpretação deste texto com o entendimento prévio da lei associada ao período do Antigo Testamento e a graça ao Novo. Como entender a fé e vida dos homens e mulheres de Deus durante o período do Antigo Testamento? Estavam eles tão somente debaixo da lei em contraste com os crentes a quem Paulo escreve em Roma? Essa seria a conclusão lógica de uma leitura que não leva em conta o todo das Escrituras. E suas consequências são terríveis. Teríamos de admitir que no Antigo Testamento não existiram santos, e Abel, Noé, Abraão e tantos outros citados na “galeria da fé” em Hebreus 11 foram, na verdade, dominados pelo pecado e nunca alcançaram a salvação ou a plena graça de Deus. A interpretação que retira a graça do Antigo Testamento faz com que a salvação fosse inoperante durante aquele tempo.

Romanos 10.4

... o fim da lei é Cristo para a justiça de todo o que crê.

Ora, se Cristo é o fim da lei simplesmente, a lei deixa de ser e de cumprir o seu papel. Esse é o entendimento simplista do texto fora de seu contexto bíblico-teológico. A graça se opõe à lei e termina com ela. Seria essa a intenção de Paulo? Paulo Sérgio Gomes, um teólogo brasileiro, responde a essa interpretação da seguinte forma:

Romanos 10.4 deve ser entendido a partir da perspectiva da polêmica de Paulo contra o legalismo judaico. Os judeus deveriam ter deixado de procurar estabelecer sua própria justiça pela prática da lei porque pela

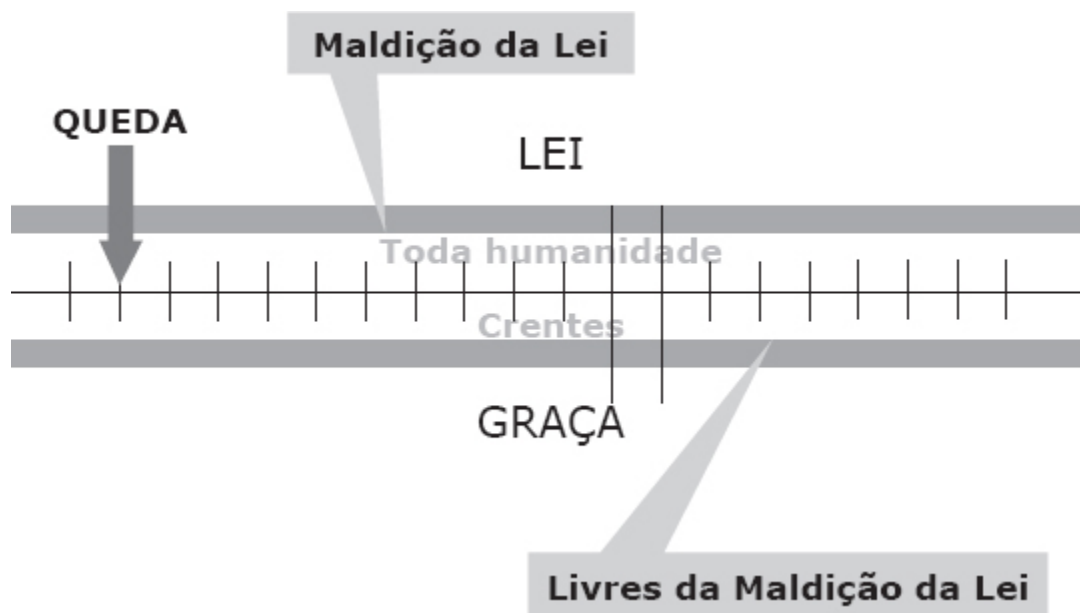
prática da lei ninguém será justificado, visto que todos, judeus e gentios, estão debaixo do pecado. Antes, eles deveriam ter se submetido à justiça de Deus crendo em Cristo. Cristo, sim, realizou aquilo que é impossível aos homens, para obter-lhes a justiça, a qual ele lhes oferece gratuitamente pela fé, à parte das obras da lei. Os judeus deveriam, portanto, ter compreendido que *Cristo, para aquele que crê, põe um fim a esta maneira errônea de buscar a justiça pelas obras da lei...* Cristo, para o crente, é o fim do legalismo.³

As interpretações isoladas, contemporâneas, não teriam como responder ao próprio apóstolo Paulo em Romanos 3.31 – “Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei” – ou ao Senhor Jesus quando disse – “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5.17).

Esses são apenas alguns exemplos, entre muitos outros possíveis, de como uma leitura isolada de textos bíblicos pode levar ao entendimento de lei e graça como binômio de oposição. Lei e graça parecem opostos, sem reconciliação – o cristão está debaixo da graça e não tem qualquer relação com a lei. No entanto, são enganosas essa leitura e essa polarização e produzem muitos danos à fé.

O crente faz uso da lei de Deus para compreender como viver e agradá-lo. Como saber o que agrada a Deus? Como viver de acordo com sua soberana vontade? A resposta dada pelo próprio Senhor é: “Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama...” (Jo 14.21). E qual é o mandamento de Cristo senão o mandamento do próprio Pai? Por isso o texto continua dizendo: “... e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele”. Porém, sem a graça especial e salvadora, o homem seria maldito por causa dessa mesma lei da qual agora ele se beneficia. Sem a graça de Cristo esse homem nada é, senão um condenado ao castigo eterno.

Podemos representar a relação entre lei e graça da seguinte forma:



O que é lei?

O substantivo *torah*, na língua hebraica, é o termo mais usado no Antigo Testamento para falar da lei. Seu sentido mais amplo é “instrução”. É usado mais de 220 vezes referindo-se às diversas formas da lei, quer de Deus ou leis de nações. Outros substantivos também são usados para falar da lei e traduzidos como mandamentos, ordenanças, testemunhos, estatutos, preceitos e palavra. São diferentes termos na língua hebraica que revelam diferentes nuanças da lei.

Em geral, lei significa “preceito emanado da autoridade soberana... regra ou norma de vida”. A lei de Deus são os preceitos emanados de Deus, regras ou normas de vida estabelecidas pelo soberano criador.

Em diversos textos encontramos alguns desses termos juntos em uma só sentença, como em Gênesis 26.5:

... Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus *mandados*, os meus *preceitos*, os meus *estatutos* e as minhas *leis*.

Em certo sentido, *mandados*, *preceitos*, *estatutos* e *leis* referem-se ao conjunto das ordenanças emanadas de Deus. Até esse ponto na história da revelação (tempo de Isaque), não temos ainda alguma coisa que podemos

chamar de Escritura. Assim mesmo, a consciência da lei de Deus já estava presente entre os seus filhos. É importante ressaltar que o uso dos termos acima é intercambiável, podendo um termo substituir outro. Não obstante essa característica, do sentido individual dos termos podemos tirar algumas lições.

A palavra aqui traduzida por *mandados* (*mishmeret*) é pouco usada no Antigo Testamento (9 vezes somente, algumas vezes com outro sentido – cf. Is 21.8; Hc 2.1) e significa uma obrigação, principalmente quanto a rituais e festas que deveriam ser guardadas pelo povo (Lv 18.30; 22.9; Ez 44.8,16; 48.11; Zc 3.7).

Os *preceitos* (*mitsva*) refletem ordens ou instruções diretas de Deus para sua criação. Os mandamentos são carregados da autoridade daquele que os proclama e vêm acompanhados da capacitação para cumpri-los, da bênção ou maldição para aqueles que os obedecem ou desobedecem. Os Dez Mandamentos são frequentemente referidos como *mitsva*.

Os *estatutos* (*huq*) referem-se mais diretamente à lei escrita, gravada (normalmente em pedra). Daí a ideia de estatutos pétreos, que, pela forma como estão gravados, não podem ser modificados.

A *lei* (*torah*) normalmente refere-se ao ensino ou instrução. A *torah* significa mais do que simplesmente uma afirmação ou ordem de Deus sobre um determinado assunto. A *torah* é a forma de Deus instruir o seu povo, tanto o Israel do Antigo quanto do Novo Testamentos; também representa a forma como um pai ensina um filho a viver no temor do Senhor. Embora a palavra *torah* não apareça uma vez sequer em Deuteronômio 6, esse capítulo é o que apresenta a sua essência: Deus é único, ame-o com tudo o que você é e proclame sua fé aos seus filhos, sua casa e sua comunidade (cf. Mt 22.36-38; Mc 12.29-30). Essa conduta é o mesmo que “andar na lei” (Sl 78.10) e guardar a aliança de Deus. Em certo sentido podemos afirmar que a *torah* inclui todos os termos mencionados e alguns outros encontrados por toda a Bíblia. Não é sem motivo que o Senhor Jesus exerce o seu ministério terreno tendo como maior característica o próprio ensino, mostrando-se mestre por excelência.

Segundo Provérbios 3, lembrar-se da *torah* e guardar os mandamentos do Senhor são o segredo para uma vida longa, cheia de *shalom* (paz). O salmo 119

apresenta praticamente todos esses termos espalhados em suas 22 estrofes exaltando o valor da lei de Deus (somente nesse salmo o substantivo *torah* aparece 25 vezes).

Ao apreciarmos a lei nas Escrituras devemos nos lembrar de que ali estão muitos tipos de leis. Elas estão distribuídas pelo Antigo e Novo Testamentos e não foram dadas num vácuo, mas no processo da revelação de Deus, que é uma revelação histórica e progressiva. Por isso, ao identificar as leis que encontramos na Bíblia, devemos levar em consideração vários dos seus aspectos, como o ambiente no qual foram trazidas ao povo, os motivos que levaram Deus a declará-las desta ou daquela forma e assim compreender, não só as leis, mas também o seu “espírito” (para que, como e quando foram usadas e qual a essência dos seus ensinamentos).

Ao observar esses aspectos da lei revelada, nos deparamos com o fato de que a lei de Deus foi dada num contexto histórico específico – o povo vivia situações peculiares, em uma cultura específica, com costumes sociais definidos e em meio a muitas outras sociedades que também tinham suas próprias leis. Paralelamente aos escritos bíblicos encontramos leis sumérias, babilônias, hititas e egípcias. Um dos textos mais conhecidos hoje é o código de Hamurabi, contendo 282 artigos de leis, muitos dos quais encontramos paralelos no Pentateuco. Nossa leitura da lei tem de estar atenta a cada um desses aspectos buscando definir, de acordo com a própria Escritura, quais dessas leis são aplicáveis, como e quando podemos e devemos fazê-lo. Se não compreendermos isso, corremos o risco de interpretar mal as leis de Deus que se associam a condições específicas.

Em geral, quando falamos de lei, pensamos basicamente nos Dez Mandamentos ou na legislação mosaica. Teólogos antigos costumavam se referir aos Dez Mandamentos como a *lei moral*. Muitas vezes, ao citar a lei, autores e pregadores querem referir-se ao Pentateuco, que, na divisão tríplice da Bíblia Hebraica corresponde à *Torah*. No entanto, existe muita legislação bíblica fora do Pentateuco e muitas leis que estão no Novo Testamento. Mesmo no contexto do Pentateuco podemos falar da “lei antes da lei” que envolve tanto a lei natural (a lei gravada no coração do homem) quanto a lei e

os princípios legais revelados aos primeiros seres humanos, antes e depois da queda.

Cabe aqui uma nota a respeito da terminologia empregada pelos reformadores sobre lei. A palavra lei é usada em pelo menos dois sentidos distintos que devem ser entendidos a partir do contexto. Em alguns casos o termo lei é usado como um sinônimo de Antigo Testamento da mesma forma como evangelho é usado como um sinônimo de Novo Testamento. Comentando 1Coríntios, Calvino diz: “A lei incluía todo o corpo da Escritura até o advento de Cristo”. Em outros contextos, o termo lei é usado como uma categoria especial referindo-se ao seu uso, como categoria de comando, isto é, um mandamento direto expressando a vontade absoluta de Deus sobre alguma coisa. É assim que Calvino usa o termo lei ao comentar 2Coríntios 3.7, Romanos 4.15 e 8.15. Nesse sentido somente, podemos falar de *lei X evangelho*, como o mandamento que não traz salvação *versus* a graça salvadora de Deus. Não podemos, porém, esquecer que é o próprio Antigo Testamento que nos apresenta a promessa da salvação de Deus, a sua graça operante sobre os crentes do Antigo Testamento. A esse respeito, Calvino afirma em seu comentário sobre Isaías: “A lei contém tanto mandamentos como promessas” (Is 24.5).

Não devemos nos aproximar da lei de Deus com preconceitos. Um preconceito muito comum é de que a lei é muito “dura”. Pode até parecer, mas o Deus das Escrituras, que se manifestou a Moisés e aos pais é um Deus de amor, em todas as épocas e ocasiões. Ele é também espírito e dele vêm os frutos do Espírito: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. É desse Deus que emana a lei e ela não pode ter um caráter diferente do caráter de seu criador. Se a lei nos parece dura, é porque a vemos de maneira diferente daquela que o próprio Deus vê.⁴

Outro erro comum é pensar que, na sua suposta dureza, a lei apresenta exigências impossíveis de se atender. Não podemos nos esquecer de que a mesma lei que exige é também a lei que providencia. Portanto, para o homem de Deus no tempo do Antigo Testamento, a lei apresentava tanto a demanda quanto a graça. Se a lei exigia a perfeição, ela mesma apontava para o sacrifício dos animais que representava o sacrifício de Cristo e o verdadeiro perdão.

Assim, quando pela fé Israel realizava os sacrifícios exigidos pela lei, tinha o mesmo perdão em Cristo que temos hoje. Por isso encontramos tantos que têm lugar na galeria da fé e estão no seio de Abraão. E, além de todas aquelas pessoas citadas em Hebreus 11, certamente temos maior nuvem de testemunhas, homens, mulheres e crianças que amavam ao Senhor e sua lei e eram considerados justos, tendo sido alvo do sacrifício expiador do Messias Mediador. Não devemos nos esquecer de que as críticas de Jesus não eram à lei, mas ao que os fariseus faziam em sua interpretação da lei – tanto limitando seu entendimento ao ato externo quanto expandindo-o fora dos parâmetros de Deus, multiplicando as ordenanças. Assim, era um jugo e escravidão que eles colocavam sobre o povo. Jesus foi claro ao afirmar:

Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve (Mt 11.28-30).

Entender com que tipo de lei nos deparamos nas Escrituras é um dos objetivos que pretendemos alcançar na medida em que estudamos o assunto.

O que é graça?

Graça é um termo recheado de significados em nossa cultura. Teologicamente, seu significado mais básico é “favor imerecido”. Dicionários e livros teológicos normalmente trarão a clássica distinção entre graça comum e graça especial, a graça que atinge toda a raça humana e a graça que Deus aplica sobre alguns. A primeira é a manifestação da bondade de Deus sobre a criação em geral, sobre ímpios e salvos. É debaixo da graça comum que enxergamos o cuidado e a providência de Deus sobre toda a sua criação. Interessa-nos aqui, entretanto, a graça especial, que é a manifestação da graça pela qual Deus salva os pecadores.

Essa graça não tem o caráter universal da graça comum. A graça especial é o meio usado por Deus para a salvação da sua igreja, dos seus eleitos, como no caso de Noé (Gn 6.8) – “... Noé achou graça diante do SENHOR”. A graça que Noé recebeu é a condição primeira para a sua salvação, e não o contrário. No

livro de Atos, Lucas menciona aqueles que “mediante a graça, haviam crido” (At 18.27; cf. Gl 1.15; Ef 2.5,8); pela graça os crentes são justificados (Rm 3.24; 5.18; Tt 3.7); Paulo explica, em Romanos 4, que Abraão recebeu a promessa da herança da terra pela fé, segundo a graça (Rm 4.13-17) e que a Escritura “preanunciou o evangelho a Abraão” (Gl 3.8); a eleição é segundo a graça (Rm 11.5); os dons são dados segundo a graça (Rm 12.6; Ef 4.7); pela graça, o crente exerce o ministério que lhe é dado por Deus (1Co 3.10; 15.10); não há nada positivo que o crente faça que não seja movido pela graça de Deus operando em sua vida; somos dependentes da graça em tudo.

Portanto, a graça salvadora é também a graça que o move para o trabalho e para a efetivação do chamado cristão. Sem a graça especial de Deus não haveria sequer o chamado do cristão para a salvação. Nesse sentido, não há qualquer contradição entre a lei de Deus e a graça de Deus. Uma não exclui a outra. Muitos, ao tentarem pregar sobre a graça de Deus, acabam por modificá-la de tal maneira que a transformam em um caminho de libertinagem em vez de liberdade e acabam por pregar “outro” evangelho.

Não entender o papel da graça conforme outorgada aos crentes leva a sérios desvios que podem causar graves problemas para o cristão.

O crente em Cristo vive tão somente pela graça, sua salvação é pela graça e sua vida é pela graça. E seria por isso a lei de Deus inválida para o cristão? Não. Ainda que ele não possa ser salvo pela lei, poderá nela aprender a vontade do seu Senhor. Nesse sentido, a lei é apreciada pelo crente como uma lei graciosa.

PERGUNTAS PARA ESTUDO

1. É correto associar o Antigo Testamento ao “tempo da lei” e o Novo Testamento ao “tempo da graça”?
2. O que você responderia se alguém lhe perguntasse: o crente está debaixo da lei ou debaixo da graça?
3. Existia salvação no tempo da história do Antigo Testamento? Como isso acontecia? Pela prática da lei?
4. Em que sentido Cristo é o “fim da lei”? (Rm 10.4)

5. A Bíblia usa a palavra lei em diferentes sentidos? Cite alguns sentidos básicos.
6. Qual é o significado teológico de graça?
7. Como podemos representar graficamente a relação entre lei e graça ao longo da narrativa bíblica?

2

COMO DEVEMOS ENTENDER E USAR A LEI

...

Assim sempre é: uma visão pequena da lei sempre traz o legalismo à religião; uma visão ampla da lei faz do homem um que busque a graça. Queira Deus que essa visão ampla possa novamente prevalecer.

J. Gresham Machen

AS IMPLICAÇÕES DA FORMA como entendemos a relação entre lei e graça vão muito além do aspecto puramente intelectual. Um dos grandes erros do cristianismo foi o de fazer da necessidade de compreensão da Bíblia um fim em si mesmo. O nosso entendimento da relação entre a lei e a graça de Deus vai, na verdade, determinar toda a forma como enxergamos a vida cristã e que tipo de ética vamos assumir em nossa caminhada. Mais adiante, veremos como isso acontece na prática, apontando exemplos de como o entendimento equivocado dessa relação pode corromper os valores morais a ponto de nossa sociedade (e muitos crentes) aceitar como “normais” o aborto, o homossexualismo e muitos outros pecados que, de modo claro, são condenados nas Escrituras. Chegamos ao ponto em que denominações inteiras estão abertas e “normalmente” discutindo a ordenação de homossexuais para exercerem o ministério da Palavra. Muitos cristãos não sabem como aplicar a lei de Deus em seu dia a dia, nos seus relacionamentos familiares, sociais e de negócios. A contaminação com todo tipo de coisas inaceitáveis ao evangelho se tornou comum entre os chamados cristãos, o que é uma desobediência à clara ordem de Deus:

... tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento (Fp 4.8).

Qual seria o caminho bíblico para a compreensão a lei de Deus? O que o estudo das Escrituras e o cristianismo histórico ensinam? Nas páginas a seguir avaliaremos a estrutura do relacionamento de Deus com a criação e como João Calvino e a *Confissão de Fé de Westminster*⁵ abordaram esta questão.

O pacto como “berço da lei”

Para entender bem a lei de Deus e como usá-la, precisamos entender o seu contexto maior, do relacionamento entre o Criador e a criatura. Esse contexto é o pacto de Deus com a sua criação ou pacto da criação, como prefiro chamá-lo. É impossível compreender corretamente o que a lei representa dentro da teologia e na prática da vida cristã sem compreender como Deus se relaciona pactualmente com o seu povo e como se relacionou pactualmente com nossos primeiros pais.

Na visão reformada calvinista, todo o relacionamento entre Deus e o homem se dá em um contexto pactual e toda a vida humana deve ser vivida a partir de uma perspectiva pactual. Não há quem possa, de alguma maneira, estar fora do relacionamento pactual, quer seja um crente ou um incrédulo, o primeiro recebendo as bênçãos do pacto, o último, as maldições dele. Isaías 24.5 nos diz que os *moradores da terra* “transgridem as leis, violam os estatutos e quebram a aliança eterna”, referindo-se à terra como um todo (nos capítulos antecedentes o profeta fala da destruição das nações dos israelitas, assírios, moabitas, egípcios, habitantes de Tiro). Esse mesmo texto nos ensina que transgredir a lei, ou violar os estatutos, corresponde a quebrar a aliança ou o pacto.

Na linguagem da *Confissão de Fé de Westminster* (CFW) encontramos a exposição do pensamento calvinista.

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele, como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto (CFW VII.1).

Pacto significa, basicamente, o estabelecimento de um elo ou relacionamento entre duas partes. O homem foi criado por Deus para viver em relacionamento com ele e receber os benefícios e obrigações desse relacionamento. Esse relacionamento é marcado pela distinção clara entre Criador e criatura e o senhorio do Criador sobre a criação. Na condição de servo, a criatura vive tão somente por bondade do Criador, não sendo merecedora de coisa alguma. Sendo criatura, o homem não tem “direitos naturais” sem que esses lhe sejam concedidos pelo Criador (cf. Is 29.16; 64.8; Jr 18.2-6; Rm 9.11). A disposição de Deus em criar e manter um relacionamento com o homem é fruto de sua própria soberania, amor e bondade.

É possível compreender isso quando percebemos que, por toda a Escritura, Deus se apresenta como Senhor soberano. Aliás, podemos dizer que o conceito de senhorio é basicamente um conceito pactual.⁶ Vários dos nomes de Deus apresentados na Bíblia indicam exatamente isso. Nossas bíblias em português trazem frequentemente o nome SENHOR,⁷ em versalete, representando o nome de Deus *IHWH* (Iavé – transliterado para Jeová na Edição Revista e Corrigida), seguido da palavra *adonai*, senhor, ou seja, Iavé Senhor. Em muitas passagens encontramos a expressão SENHOR Deus, que traduz, na verdade, Iavé Deus. No Novo Testamento Jesus é chamado de Senhor várias vezes e no Evangelho de João, ele mesmo repete a expressão EU SOU, uma referência direta a Êxodo 3, em que Deus se apresenta a Moisés como EU SOU (*IHWH*).

A intenção de Jesus ao repetir várias vezes EU SOU, conforme a narrativa de João, é deixar bem claro para sua audiência que bem conhecia o texto de Êxodo, que *ELE É* Deus (Jo 4.26; 6.35,41,48,51; 8.12,24,28,58; 10.7,9,11,14; 11.25; 13.19; 14.6; 15.1; 18.5). A versão grega do Antigo Testamento, a Septuaginta, (LXX) traduz o nome de Deus, EU SOU, pela palavra *kurios*, que quer dizer SENHOR. Por isso, quando um crente dizia “Jesus é Senhor,” sendo judeu e tendo conhecimento do Antigo Testamento na língua grega, estava dizendo que Jesus era o mesmo Iavé do Antigo Testamento. Essa mensagem era terrível aos ouvidos dos judeus que não criam em Jesus como Messias, e por

isso o perseguiram constantemente. Admitir que aquele homem nascido em Belém e morador da Galileia era o Senhor soberano ultrapassava a sua compreensão. Mas é exatamente essa a mensagem do Antigo e do Novo Testamentos. No Antigo Testamento, Deus é Senhor. No Novo Testamento, Jesus é Senhor. É na condição de Senhor do pacto que Deus pode e estabelece as leis que irão governar a vida humana. Por ser Senhor, Deus dá a sua lei incondicional ao homem. E por ser Senhor é que Jesus pode dizer: “Novo mandamento vos dou” (Jo 13.34). Sua autoridade procede de sua divindade.

O Senhor – Criador, Salvador – mostrou-se desde o princípio determinado a relacionar-se com sua criatura e ser glorificado por ela conforme nos aponta a CFW:

O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal (VII.2).

Logo no princípio, Deus fez ao homem uma promessa de vida sob a condição da obediência. Deus, portanto, se coloca debaixo de um compromisso: de manter a vida e bênçãos que promovem a vida humana. Por todo o Antigo Testamento podemos perceber que bênção é mais do que simples presente. Bênção é a capacitação para se viver de maneira abençoada. É por isso que encontramos em Gênesis 1.28 as bênçãos descritas de forma que o ser humano pudesse desenvolver seu potencial de vida: fecundidade, multiplicação, sujeição e domínio. Todas essas capacitações foram dadas ao homem para que este vivesse de maneira plena o seu relacionamento com o Criador e com o restante da criação. Mas todas essas bênçãos pactuais são condicionadas à obediência pessoal do primeiro ser humano criado pelo Senhor do pacto. Qualquer coisa que o ser humano viesse a receber seria em função da condescendência e promessa de Deus no pacto, e não de seu “direito” como criatura, uma vez que, sendo criatura, não tinha quaisquer direitos a não ser que lhe fossem concedidos.

Adão, sua esposa e descendência, viveram originalmente debaixo desse pacto e sua vida dependia da sua obediência à lei dada por Deus de forma

direta em Gênesis 2.17 – não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal:

... o SENHOR Deus lhe deu esta *ordem* [lei]: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

Nossos primeiros pais descumpriram sua obrigação, desobedeceram a lei, e perderam todo o direito de vida concedido por Deus. Essa lei é descrita por Ernest Kevan como “lei positiva”, da seguinte maneira:

A lei positiva de Deus, aqui enunciada a Adão, [Gn 2.17] é algumas vezes também chamada de mandamento simbólico, porque a obediência a ela era um símbolo, ou um sinal, da deferência do homem e do serviço a Deus. O objeto desse comando não era algo bom ou mal em sua própria natureza, mas algo moralmente neutro ou indiferente: era mal somente porque era proibido. O livro de Gênesis, assim, registra que, em adição à lei natural gravada no coração do homem, Deus também deu a ele uma lei positiva para testar a sua obediência.⁸

Por desobedecerem à lei positiva, nossos primeiros pais perderam as bênçãos do pacto, recebendo em seu lugar a condenação ou maldição do pacto: a morte. A morte é a maldição do pacto de obras que é a maldição da própria lei. O primeiro pecado foi exatamente a desobediência a uma lei direta de Deus. Quebrar a lei é a mesma coisa que quebrar o pacto. A partir daquele momento a obediência à lei não mais poderia trazer vida, uma vez que a raça humana já se encontrava em estado de morte.

No entanto, a revelação da bondade de Deus não termina no pacto de obras, mas continua na revelação da sua graça:

Tendo-se o homem tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé, para que sejam salvos; e prometendo o seu Santo Espírito a todos os que estão ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer (CFW VII.3).

O pacto da graça⁹ é a manifestação graciosa e misericordiosa de Deus, aplicando a maldição do pacto de obras na pessoa de seu Filho, Jesus Cristo,

fazendo com que parte da sua criação, primeiramente representada em Adão, e agora representada por Cristo, pudesse ser redimida. O pacto de obras não é eliminado. Podemos afirmar que a humanidade continua debaixo da maldição do pacto de obras à exceção daqueles que já foram remidos por Cristo por meio do seu sacrifício quando recebeu em si mesmo a maldição desse pacto. É com base nessa verdade que o Senhor Jesus diz: “aquele que não crê, já está julgado” (Jo 3.18). Julgado com base no pacto de obras, por estar em estado de morte (*pecado original*) e assim ser incapaz de obedecer à lei de Deus. E é com base no pacto de obras que Jesus é chamado de maldito: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)” (Gl 3.13).

A obra de Cristo consiste em receber a maldição do pacto de obras, a maldição da lei, sem merecê-la, conquistando assim o direito de redenção para a sua igreja, sua noiva, e assim oferecer, de graça, a salvação para aqueles a quem quer salvar. Cristo, por seu mérito, conquista o direito de vida para seus eleitos. Ele faz aquilo que nosso primeiro pai não pôde fazer, daí a Escritura chamá-lo de “último Adão” (1Co 15.45).

Como podemos ver, pacto e lei estão ligados por uma relação de interdependência. O pacto funciona como o berço da lei em todas as suas formas. A lei funciona como um elo entre aqueles que adentram o pacto.

A “lei” antes da “lei”

É fundamental compreender quando, o porquê e a forma como a lei foi dada ao homem. Só então poderemos entender o seu caráter e propósito.

Os autores da CFW perceberam que a lei de Deus começou a ser revelada na própria criação:

Deus deu a Adão uma lei, como um pacto de obras. Por esse pacto Deus o obrigou, bem como a toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição de ele cumprir com a lei, e o ameaçou com a morte caso ele a violasse, e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la (cf. Gn 1.26; 2.17; Ef 4.24; Rm 2.14-15; 10.5; 5.12,19 – CFW XIX.1).

Pode-se perceber logo nos primeiros capítulos de Gênesis que a lei começou a ser dada ao homem. No próprio Éden Deus começou a apresentar a sua lei perfeita, manifestando a sua vontade soberana à sua criatura. Não devemos pressupor que a lei antes da queda se resume à lei positiva, a ordem de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, ainda que seja uma referência clara à vontade de Deus. É necessário expandir nossa visão quanto à lei. Mesmo antes de Gênesis 2.16, que é caracterizado como a expressão mais clara do pacto de obras, Deus já havia dado leis aos nossos primeiros pais.

Que leis são essas? Observe, por exemplo, as bênçãos proclamadas por Deus em Gênesis 1.28:

... Deus os *abençoou* e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.

As bênçãos de Deus são a fecundidade, multiplicação e a capacidade de sujeição e domínio sobre a criação descrita nesse mesmo capítulo. Porém, é interessante notar que cada um dos verbos dessa bênção aos nossos primeiros pais aparece no imperativo. Podemos dizer que cada bênção exige também uma ação obediente do homem. Ao mesmo tempo em que Deus abençoa com a fecundidade, ordena aos seres humanos o exercício dela. O mesmo se aplica às outras bênçãos! A multiplicação, encher a terra, sujeitá-la e exercer o domínio sobre ela são obrigações dadas por Deus ao homem. Podemos chamar essas bênçãos, por se referirem aos seres humanos, de lei moral. É claro que o mesmo não se aplica aos animais que são capacitados com a fecundidade, mas incapazes exercer vontade própria (Gn 1.22).

Várias outras ordens de Deus aparecem logo nas primeiras páginas de Gênesis. No verso 29 Deus determinou o tipo de alimento que o homem comeria. O próprio descanso de Deus no sétimo dia é tido por Calvino como o estabelecimento da lei sabática, tendo como função a santificação do homem:

Primeiro Deus descansou; e então ele abençoou esse descanso para que em todas as eras esse fosse tido como sagrado entre os homens: ou, ele dedicou cada sétimo dia ao descanso para que o seu próprio exemplo fosse uma lei perpétua.¹⁰

O mesmo podemos dizer da função dada por Deus ao homem com relação ao jardim: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2.15).

Cultivar e guardar não eram opções que o homem tinha diante do mercado de trabalho. Foram tarefas específicas dadas a fim de que levasse a bom termo o seu papel e relacionamento com o Senhor do pacto. Ao proceder dessa forma, Deus age normativamente e sua ação normativa é lei.

Esses exemplos da lei na criação têm uma função muito especial no todo da revelação. Eles servem para nos mostrar que a lei de Deus está ligada diretamente à forma com que ele determinou relacionar-se com o ser humano, antes mesmo do pecado. Havia lei antes da queda, do pecado e da morte, e ela estava inserida na base do relacionamento entre a criatura e o Criador. Segundo Fairbairn,

o homem, primeiramente, estava *na* lei, antes de *debaixo* da lei – tendo sido formado para o exercício espontâneo daquele puro e santo amor, o qual é a expressão da imagem divina, e por conseguinte, para fazer o que a lei requer.¹¹

É possível pensar que, hipoteticamente, o homem poderia ter desobedecido quaisquer das leis de Deus, como o exercício da multiplicação ou mesmo do domínio sobre a criação. Mas não é esse o caso. As Escrituras narram com maior detalhe a desobediência de Adão e sua esposa com relação ao fruto proibido. Esses são apenas alguns exemplos de como a lei estava presente antes do pecado em formas mais extensas do que apenas a proibição de se comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Desses exemplos podemos tirar conclusões importantes para o nosso estudo:

A lei foi dada ao homem no contexto da criação, antes do pecado e antes de ser registrada e reconhecida como Escritura. A lei, portanto, não é um evento pós-queda.

A lei de Deus foi dada antes da queda com uma função orientadora. Os servos de Deus em contato direto com ele eram instruídos sobre como deveriam viver de acordo com a vontade divina no contexto do pacto. Isso serviria para que o relacionamento pactual e o conhecimento do Criador por parte da criatura se expandisse de maneira que ele fosse glorificado e o homem pudesse ter plena alegria em servi-lo.

A obediência à lei estava associada à manutenção da bênção pactual. A não obediência estava associada à retirada da bênção e aplicação da maldição. O ser humano, desde o princípio, conheceu os propósitos de Deus por intermédio da lei. Tendo quebrado a lei, ele se tornou réu e recebeu a condenação clara proclamada pelo Criador: a morte.

A lei foi dada ao homem de maneira cumulativa, com a antecedência necessária para que pudesse ser obedecida, mas não foi dada toda de uma só vez.

A lei exterior ao homem, portanto, lhe foi apresentada mesmo antes do seu registro nas Escrituras. A lei foi dada antes da formalização da lei no Sinai. Ao formarmos o nosso conceito escriturístico sobre a lei, devemos levar em consideração esse fato para não limitarmos a lei apenas a alguns aspectos dela.

Outras evidências da “lei antes da lei” são códigos antigos, encontrados mais recentemente, que trazem leis com conteúdo e conceitos que são semelhantes às leis encontradas nas leis de Moisés. Veja o capítulo 8, *Como entender o “olho por olho e dente por dente”?*, para uma discussão mais ampla desse tema.

A lei “interior”

A Bíblia nos ensina também sobre a lei interior. Ainda que a lei tenha sido dada de maneira objetiva e exterior, revelada com clareza àqueles que a receberam e posteriormente registrada de acordo com o propósito e inspiração de Deus, as Escrituras nos falam de uma lei subjetiva, uma lei gravada no coração do homem. Em Romanos 2.15, lemos que os homens:

... mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se.

A lei de Deus, portanto, não é apenas exterior ao homem, mas é também interior, e ele tem conhecimento dessa “lei natural” pela manifestação da sua própria consciência. Calvino chega a dizer que essa “lei interior” escrita ou gravada sobre o coração de todos, em certo sentido “assevera as mesmas coisas que devem ser aprendidas das duas Tábuas [os Dez Mandamentos]”.¹²

Essa lei interior foi escrita no coração do homem para que ele soubesse, desde o princípio, distinguir entre o bem e o mal, o certo e o errado. Quando Deus deu a ordem de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, o homem já sabia que o tomar daquele fruto era errado e contra a vontade de Deus. O que aconteceu em sua experiência de tomar daquele fruto foi que ele “experimentou” o mal em seu feito. Em muitos contextos, a palavra que traduzimos do texto hebraico por “conhecimento” significa o conhecimento de algo que foi experimentado (como o conhecimento entre o marido e esposa no casamento e na vida sexual).

Creio que é possível ver alguns exemplos dessa lei em alguns episódios bem remotos da história bíblica. Podemos começar ilustrando esse princípio com a “vergonha” de Adão e sua esposa no jardim. Ainda que tenham quebrado uma lei clara e revelada, parece que a lei interior (ou a antítese a ela) começa a manifestar-se nas atitudes tomadas depois do primeiro pecado. Foi evidente ao homem que havia transgredido a lei e, a partir do primeiro pecado, ele continuou a pecar, tendo consciência clara do pecado. O esconder-se e a acusação contra a mulher são indicações de que a sua consciência o acusava. Eles agora conheciam experimentalmente a força da lei interior os acusando.

Logo adiante, no capítulo 4 de Gênesis, encontramos o episódio do primeiro assassinato. Deus havia revelado de maneira clara que a morte era uma consequência inevitável do pecado. No entanto, pelo menos de maneira objetiva, não encontramos nenhuma proibição de matar. Parece-nos que, ao assassinar seu irmão, Caim estava plenamente consciente de seu pecado e temeroso de suas consequências mesmo que, de forma objetiva, a proibição de matar ainda não tivesse sido declarada (isso partindo da suposição de que o Senhor não lhe havia dito que não deveria matar). O Senhor mesmo havia advertido a Caim sobre a sua inclinação para o pecado e a necessidade de usar o seu julgamento para saber como proceder:

Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo.

Em correspondência sobre o assunto com Solano Portela, ele afirma sobre esse aspecto:

Qualquer que seja a dimensão da “lei escrita no coração”, devemos supor que, nesse estágio tão próximo da criação, ela estava bem “acesa” e evidente à percepção humana. Além disso, não havia ainda a exteriorização do pecado em larga escala, na sociedade; a multiplicação de exemplos errôneos a serem seguidos. Penso que, nessa era, tanto a graça comum evidenciava intensamente a lei de Deus, como a transgressão dessa tinha uma magnitude toda especial (a começar pelo pecado aparentemente “inocente” de comer o fruto proibido). O coração do homem não havia recrudescido em depravação ao ponto em que seria a sua extensão lógica. Entretanto, atuando como um câncer, ele não tardaria em assolar a terra com tanta intensidade que Deus manda o dilúvio em julgamento sobre toda a humanidade, porque a violência campeava sobre ela.

Ao assassinar seu irmão, Caim desobedeceu a lei do amor ao próximo e a lei de amar a Deus sobre todas as coisas, o próprio resumo da lei conforme os evangelhos. Antes, o texto nos ensina que Caim estava irado, e não arrependido (Gn 4.6). Assim foi e assassinou a seu irmão. A proibição do assassinato, no entanto, somente aparece de forma verbal clara na sequência da narrativa bíblica em Gênesis 9.4-6, quando Deus diz a Noé que a vida de um homem será paga com o sangue daquele que a tirou, definindo e promulgando a pena capital, delegada aos governos, aqui representados pelo patriarca Noé. Caim já era conhecedor da distinção entre o bem e o mal (Gn 3.22), e que a morte era fruto da maldição e não da bênção de Deus. A lei interior, junto com a lei objetivamente revelada, completam o quadro da forma como o homem conhece a vontade de Deus.

Segundo a CFW a lei interior é parte da própria criação de Deus:

Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com alma racional e imortal, e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita no coração deles e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa lei escrita no coração, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a esse preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas (IV.2).

O objetivo fundamental da lei escrita no coração humano era permitir que o homem desfrutasse de grande intimidade com o Criador, e isso aconteceu antes da entrada do pecado no mundo. A lei interior é a lei gravada por Deus na mente do homem, mesmo antes da formalização da lei na época de Moisés e do pacto no Sinai.

A lei

Já afirmamos que a lei de Deus foi dada de forma cumulativa. Encontramos nas Escrituras a maneira como Deus, progressivamente, fez conhecida a sua vontade ao ser humano. É importante entender que a lei de Deus não é só para os judeus no Antigo Testamento ou para os crentes no Novo Testamento. A lei de Deus é a manifestação clara da vontade de Deus para toda a criação, indistintamente. Ocorre, no entanto, que Deus escolheu a nação de Israel para servir como um canal de revelação dessa lei, e, nesse sentido, Deus fez um pacto com Israel. A CFW ensina:

Essa lei, depois da queda do homem, continua sendo uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para com o homem (XIX.2).

Na sua soberania, Deus poderia ter escolhido qualquer povo, mas lhe aprouve abençoar Israel. Várias passagens no Antigo e Novo Testamentos repetem o mesmo princípio: não havia nada em Israel que o fizesse mais atrativo do que outros povos. A própria escolha de Abrão é uma demonstração disso. Deus chamou um homem de uma terra distante e idólatra para formar para si um povo (Gn 12.1-3). De uma mulher estéril e um homem já velho Deus deu continuidade à sua santa semente. E o Senhor sempre abençoou sua semente por meio da escolha soberana, recebendo a um e rejeitando a outro, como no caso de Esaú e Jacó. Vejamos, por exemplo, Romanos 9.9-12:

... a palavra da promessa é esta: Por esse tempo, virei, e Sara terá um filho. E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham

praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço.

Mais adiante Paulo cita Êxodo 33.19 – “... terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia e me compadecerei de quem eu me compadecer” (Rm 9.15). Deus não tem obrigação de ter misericórdia ou manifestar graça. Ele faz como quer. Há injustiça em Deus por isso? De modo nenhum (Rm 9.14).

Por isso, quanto a sua lei, podemos dizer que Deus escolheu trazer sua revelação por intermédio de um povo, uma nação que serviria a seus propósitos debaixo de uma santa aliança (Êx 19.5-6). Nesse sentido, Israel foi eleito, escolhido por Deus para manifestar o seu propósito a toda criação. Devemos manter em mente que essa escolha da nação não implica eleição de cada indivíduo israelita, segundo a carne e descendência de Abraão, para a salvação eterna. Existem mais do que suficientes exemplos por toda a Bíblia para demonstrar que a verdadeira descendência de Abraão é a descendência da fé (cf. Rm 4, Gl 3.6-9; Jo 8.31-47). É em torno dessa verdade que Paulo desenvolve o seu argumento na Carta aos Romanos, principalmente nos capítulos 9–11.

Segundo esse mesmo princípio, podemos dizer que Deus escolheu Israel para trazer o conhecimento de sua santa lei ao mundo, fazendo registrar toda a lei que determinou ser necessária na sua revelação. Temos, portanto, leis que são anteriores ao que é formalmente chamado de lei de Moisés na própria Escritura (Js 8.31-32 – cf. Dt 4.44; 31.9; 31.24; 33.4; Js 1.7; 22.5; 1Rs 2.3; 2Rs 14.6; Ed 7.6; Dn 9.11; Ml 4.4; Lc 2.22; Jo 7.23; At 13.39; 1Co 9.9; Hb 10.28), e outras leis que são parte da revelação de Deus ao longo do complexo processo da sua revelação. Ainda que o cerne da lei tenha sido revelado por meio de Moisés e se encontre registrado principalmente nos livros de Êxodo, Levítico e Deuteronômio, temos outros princípios legais que são ensinados em Gênesis, Números, pelos profetas, na literatura poética e em todo o Novo Testamento, ainda que muito do que encontramos fora desses três livros sejam aplicações de princípios estabelecidos na lei.

Portanto, quando lemos ou falamos da “lei” precisamos ter consciência clara a respeito do contexto em que ela está sendo tratada. Podemos dizer que

lei é qualquer ordem ou comando de Deus que encontramos entre Gênesis e Apocalipse.

Precisamos, portanto, compreender as circunstâncias em que essa lei foi dada e como deve ser aplicada pelo povo de Deus. Nosso próximo passo será analisar que tipos de leis em geral encontramos na Bíblia e como devemos abordá-las.

PERGUNTAS PARA ESTUDO

1. Como podemos, de forma básica, definir pacto?
2. Como a lei se relaciona com pacto?
3. Existe diferença entre a lei de Deus, lei de Moisés e lei de Cristo?
4. Quando Deus primeiro deu a sua lei ao homem? Existe lei na criação? Ela é diferente da lei de Moisés?
5. O que é a lei interior? Quando e por quem foi dada? Para que serve?
6. Quando Deus escolhe a Israel para ser o canal da revelação de sua lei ao mundo, ele promete salvar todo israelita segundo a carne?

DE QUE LEI ESTAMOS FALANDO?

...

A REVELAÇÃO DA LEI DE DEUS, como expressão objetiva da sua vontade, encontra-se registrada nas Escrituras. Esse registro, que remonta aos tempos de Moisés, fala-nos da lei que Deus deu ao homem desde os tempos de Adão e seus primeiros descendentes. Essa lei revelada ao longo do tempo, dependendo das circunstâncias e da ocasião em que foi dada, possui diferentes aspectos, qualidades ou áreas sobre as quais legisla. Assim, é importante observar o contexto em que cada lei é dada, a quem é dada e qual o seu objetivo manifesto. Só assim poderemos saber a que estamos nos referindo quando falamos de *lei*.

Vários reformadores optaram por dividir a lei em três categorias. Miles Coverdale, um dos sucessores de Tyndale,¹³ escreveu sobre a divisão da lei:

A lei cerimonial. Dirigia os judeus para a fé no seu Messias. A lei cerimonial está agora cumprida em Cristo.

A lei judicial. Não é obrigatória para o governo cristão, mas é modelo para o uso civil, encorajando o bom governo e a paz.

A lei moral. Essa é permanente e ainda aplicável a todos os cristãos.¹⁴

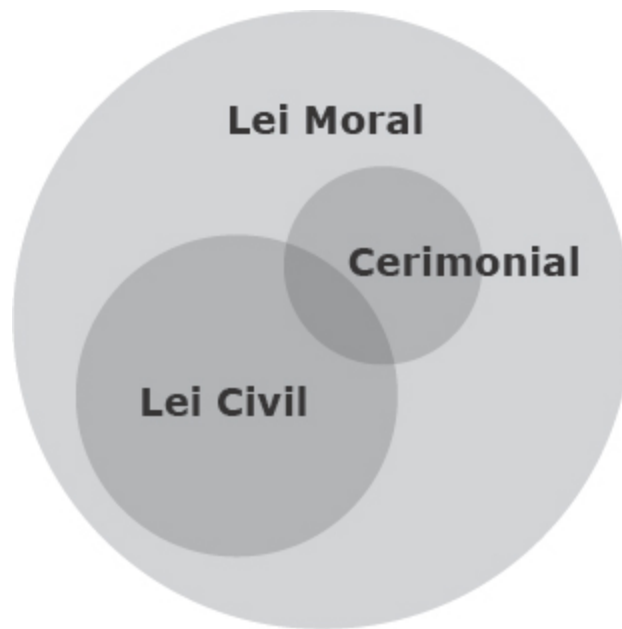
Calvino considerava essa uma divisão tradicional e a usava em seus escritos.¹⁵ A CFW seguiu essa tradição e, no capítulo XIX.3,4, mostra a mesma divisão:

Além dessa lei, geralmente chamada lei *moral*, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, *leis cerimoniais* que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, suas graças, seus atos, seus sofrimentos e os benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas abolidas sob o Novo Testamento.

A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu *leis civis* que deixaram de vigorar quando o país daquele povo também deixou de existir, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Cada um desses aspectos da lei tem um papel e um tempo determinado para sua aplicação e, em muitos casos, uma sobreposição. A lei moral é basicamente representada no conteúdo dos Dez Mandamentos, mas certamente se expande muito além deles, principalmente porque a lei civil é uma aplicação da lei moral e a lei cerimonial se confunde em alguns aspectos com a lei civil. É mais fácil discernir a lei moral dentro das Escrituras à medida que compreendemos melhor como as leis civil e cerimonial são caracterizadas.

Graficamente podemos representar a relação dos diferentes aspectos da lei:



Vejamos alguns exemplos da lei civil, cerimonial e moral.

Lei civil

Como nação, Israel recebeu muitas leis sobre a sua conduta nas diversas situações do dia a dia. Encontramos leis sobre a vida social dos israelitas em geral. Na lei civil e judicial vemos como Deus deu ao povo uma definição de

seus deveres, e por consequência, os direitos do semelhante, como cidadãos de uma sociedade teocrática. Como consequência de delitos e contravenções, Deus estabeleceu os tipos de penalidades aplicáveis a várias situações. Muitas dessas leis são aplicações diretas dos Dez Mandamentos, de caráter mais ou menos direto, dependendo de questões que são particulares e peculiares à forma, local e situação em que Israel viveu.

Veja, como exemplo, o estabelecimento das cidades de refúgio:

Das cidades (...) que dareis aos levitas, seis haverá de refúgio, as quais dareis para que, nelas, se acolha o homicida; além destas, lhes dareis quarenta e duas cidades. (...) Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando passardes o Jordão para a terra de Canaã, escolhei para vós outros cidades que vos sirvam de refúgio, para que, nelas, se acolha o homicida que matar alguém involuntariamente. Estas cidades vos serão para refúgio do vingador do sangue, para que o homicida não morra antes de ser apresentado perante a congregação para julgamento (Nm 35.6,10-12).

Essas cidades foram estabelecidas em Israel para que alguém que tivesse cometido homicídio involuntário, envolvido em algum acidente de qualquer natureza, tivesse a oportunidade de um julgamento público antes de cair nas mãos do chamado “vingador de sangue”. Mesmo o réu confesso de um crime tinha o direito a um julgamento. Devemos nos lembrar de que estamos falando de uma sociedade sem mesma estrutura legal que temos hoje e não havia uma “polícia”, civil ou militar, que tratasse desses casos. A responsabilidade básica de aplicar a justiça era do chefe do clã ou da tribo, que apontava um vingador de sangue no caso de assassinato. No entanto, o vingador de sangue não podia agir sem que houvesse um julgamento apropriado do crime cometido. No capítulo 8 vamos discutir com mais detalhe a questão da “Lei de Talião” no contexto bíblico.

Ao analisar a lei civil em Israel precisamos lembrar que naquelas circunstâncias os princípios legais estabelecidos por Deus eram aplicados pelos líderes da sociedade (no tempo de Moisés, ele mesmo e os anciãos apontados para julgar as causas do povo; em outros tempos, os juízes, e assim por diante). No entanto, a responsabilidade de proteção era basicamente um encargo do pai, chefe do clã ou da tribo. A tribo tinha na autoridade do seu chefe o dever

de proteger o seu território e a vida dos seus. É por essa responsabilidade que o filho mais velho recebia porção dobrada da herança. Ele seria o chefe e receberia a responsabilidade de zelar pelo bem estar do clã. Isso certamente demandaria mais gastos (a propriedade era a “fonte de renda”). A lei das cidades de refúgio foi dada como uma proteção até que as condições da morte de alguém fossem devidamente investigadas e a causa esclarecida. Assim, o responsável por uma morte acidental não sofreria punição por um crime involuntário.

Mas qual é o princípio moral envolvido nessa lei civil? A lei moral da preservação da vida, claramente exposta no sexto mandamento (“Não assassinarás”) e em Gênesis 9.5-6:

Certamente, requererei o vosso sangue, o sangue da vossa vida; de todo animal o requererei, como também da mão do homem, sim, da mão do próximo de cada um requererei a vida do homem. Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem.

Deus determina a pena capital sobre os assassinos para a preservação da vida e responsabiliza o homem, dentro de sua estrutura social, como executor. A lei das cidades de refúgio é uma aplicação do princípio moral de preservação da vida, evitando que haja injustiça na aplicação da lei. Esse mesmo princípio é encontrado na legislação de vários países que diferenciam entre o homicídio doloso (com intenção) e o homicídio culposo (sem intenção).

Creio ser por causa do sistema de proteção tribal de alguns povos do Antigo Oriente Próximo que encontramos tantas leis a respeito da proteção devida por todos à viúva, ao órfão e ao estrangeiro, aqueles que, socialmente, não têm quem os proteja (Êx 22.21-24; Dt 10.17-19; 14.29; 16.11,14; 24.17,19-21; 26.12-13; 27.19; Jó 6.27; 24.3; 29.12; 31.17,21; Sl 10.14-18; 68.5; 82.3; 94.6; 146.9; Pv 23.10; Is 1.17,23; Jr 5.28; 7.6; 22.3; Ez 22.7; Os 14.3; Zc 7.10; Ml 3.5). Tiago, sendo bom judeu e tendo grande entendimento desse princípio, nos diz em sua carta:

A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e a si mesmo guardar-se incontaminado do mundo (Tg 1.27).

O órfão, a viúva e o estrangeiro precisavam ser protegidos porque não tinham quem os protegesse imediatamente, o pai da família. Essa é uma das questões levantadas no livro de Atos, quando as viúvas estavam sendo esquecidas na distribuição do pão (At 6.1). Da mesma forma, o estrangeiro precisava de proteção porque ninguém do seu clã estaria ali para protegê-lo. O caso de Sodoma e Gomorra é típico e o pecado e a desordem se tornaram de tal monta que as pessoas de fora eram “normalmente” passíveis de abuso, sem que ninguém as protegesse (leia Gn 19.1-11). O princípio da proteção desses indivíduos vem da lei moral de amar o próximo como a si mesmo e Israel precisava entender que o próximo não era apenas o membro do seu clã (Lv 19.18 – “Não te vingarás, nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o SENHOR.”). É por isso que Tiago coloca esses elementos como os testes da verdadeira religião: a fé aplicada na vida. Hoje, certamente, há muitos outros grupos que precisam ser protegidos, assim como há órfãos e viúvas que não carecem de qualquer proteção.

Há uma distinção entre a aplicação da lei naquele contexto e a lei moral em si. O princípio do julgamento justo e da proteção social são valores morais ensinados nas Escrituras e que devem ser aplicados hoje porque são emanados da lei moral. Encontramos nesses exemplos uma aplicação contextual da lei moral de Deus para a sociedade daquela época. A lei moral permanece, a aplicação dada a ela na sociedade israelita não.

As diversas penas para os diversos tipos de crimes que são ensinados no Pentateuco certamente não se aplicam hoje por pertencerem, eminentemente, ao contexto da sociedade civil israelita durante o tempo em que Israel viveu como nação antes da vinda de Cristo.

Existem grupos hoje que creem que as leis e penas civis prescritas na Bíblia devem ser aplicadas nas sociedades modernas. Os partidários desse movimento são conhecidos como *teonomistas*. Veremos mais adiante a questão da teonomia e suas implicações.

Certamente, para muitos leitores da Bíblia, não é fácil fazer uma distinção imediata entre as categorias de leis que nela encontramos. Um dos principais

meios para saber se uma lei é civil é fazer uma análise cuidadosa do contexto em que a lei foi dada.

Lei cerimonial

A lei cerimonial ou religiosa apresenta as formas externas pelas quais os crentes, durante o período de vida da nação israelita, poderiam demonstrar a sua fé de maneira solene no culto público e a sua santidade na vida privada. Por um lado, a lei cerimonial tinha a função de distinguir o povo escolhido por Deus para a entrega da lei escrita ao mundo, e por outro, ensiná-lo a aguardar a vinda do Messias. A lei cerimonial é cercada de símbolos, sinais, tipos e sombras das realidades espirituais reveladas e cumpridas por Cristo na sua vinda.

Diferentemente da lei civil, a lei cerimonial nem sempre é uma aplicação direta da moral, mas uma aplicação simbólica dela. Em alguns casos, a lei cerimonial pode nos parecer muito estranha, considerando que, em vários casos, desconhecemos a natureza exata do que ela representa, ainda que fosse clara aos que primeiramente a receberam. Por outro lado, a lei cerimonial nunca contradiz a lei moral. Devemos nos lembrar de que os israelitas viviam em meio a um conjunto de elementos que os lembravam da santidade de Deus. Eles não precisavam imaginar como era o tabernáculo e como eram feitos os sacrifícios. Os israelitas viam o tabernáculo e observavam os sacerdotes fazendo os sacrifícios. Eles podiam perguntar aos sacerdotes o que cada uma daquelas coisas significava e os sacerdotes as explicavam dentro do seu próprio contexto!

Os livros de Êxodo, Levítico e Deuteronômio contêm praticamente toda a lei cerimonial, sendo Levítico o principal “manual” cerimonial para os israelitas. Encontramos nesse livro as leis acerca dos sacrifícios de animais (holocaustos), ofertas, sacrifícios pacíficos, sacrifícios pelos pecados por ignorância, pecados ocultos, sacrilégios, pecados voluntários, consagrações, purificações, várias doenças, festas, casamentos, leis de propriedades, resgates e várias outras. Grande parte da lei se refere ao tabernáculo e toda a simbologia e representação que ele tem com relação ao sacrifício de Cristo.

Entre os vários exemplos que podemos tomar, veja o caso das leis que proibiam comer a carne de animais considerados impuros (Lv 11). Existe, certamente, uma lógica nessas leis quanto aos animais considerados puros e impuros e ao que essa *separação* representava. Em termos gerais, os animais carnívoros e outros que comem a carne com o sangue, eram proibidos (cf. Gn 9.4), assim como animais que tocavam cadáveres. Em geral, os animais de criação doméstica e ruminantes podiam ser usados na dieta israelita, mas com exceções (Lv 11.4-8). A função dessas leis era de estabelecer no cotidiano do povo, práticas que representassem a sua distinção de outros povos e proclamassem a santidade de Deus em oposição à imundícia dos demais povos que eram idólatras e não faziam parte da aliança. As leis sobre a dieta do povo representavam a forma como Deus haveria de limpar o seu povo do pecado. A exclusividade de Israel era lembrada até mesmo na peculiaridade de sua dieta. Assim como Israel fora separado por Deus para uma função específica, sua conduta, obedecendo à lei cerimonial, deveria ser separada dos demais povos. Existem obras que mostram como as leis cerimoniais sobre os alimentos incorporam aspectos importantes para a saúde do ponto de vista médico científico. Com essas leis Deus estava usando de sua misericórdia na preservação da saúde de seu povo. O fato de serem leis cerimoniais assegurava que seriam praticadas e que o povo de Deus, diferente dos demais povos, fosse preservado de muitas enfermidades comuns da época e que não tinham qualquer tratamento possível.¹⁶

Talvez a lei sobre os alimentos fosse uma das mais difíceis para os judeus superarem nos seus costumes. Durante séculos os seus pais ensinaram e praticaram esses costumes. Como passar por cima deles agora? Esse foi o dilema enfrentado pelo apóstolo Pedro conforme a narração de Lucas em Atos 10.10-16:

Estando com fome, quis comer; mas, enquanto lhe preparavam a comida, sobreveio-lhe um êxtase; então, viu o céu aberto e descendo um objeto como se fosse um grande lençol, o qual era baixado à terra pelas quatro pontas, contendo toda sorte de quadrúpedes, répteis da terra e aves do céu. E ouviu-se uma voz que se dirigia a ele: Levanta-te, Pedro! Mata e come. Mas Pedro replicou: De modo nenhum, Senhor! Porque jamais comi coisa alguma comum e imunda. Segunda vez, a voz lhe falou: Ao que

Deus purificou não consideres comum. Sucedeu isto por três vezes, e, logo, aquele objeto foi recolhido ao céu.

Mesmo diante de uma visão, Pedro ficou perplexo. Sua resposta imediata foi “De modo nenhum, Senhor!”.

Ao contrário do judeu que considerava aquelas coisas comuns e certas, para o homem contemporâneo essas leis parecem estranhas e sem sentido em muitos dos seus aspectos. Para a sociedade ocidental, a ideia de sacrifício parece algo longínquo e primitivo. Ouve-se até mesmo de igrejas chamadas cristãs que tendem a “esconder” das crianças o conceito sacrificial da morte de Cristo por causa de sua “brutalidade”. Mas o conceito de sacrifício substitutivo é supracultural, moral, emanado de Deus, mesmo que a antropologia e sociologia moderna insistam em afirmar que essas práticas sejam próprias de culturas primitivas. O sacrifício de animais foi dado a Israel como uma sombra do sacrifício a ser feito pelo Messias na cruz do Calvário. O povo de Israel precisava compreender a misericórdia de Deus ao permitir que o pecado fosse pago por um substituto.

O sistema sacrificial ensinado no Antigo Testamento, que à primeira vista parece um peso insuportável, deve ser entendido do ponto de vista do seu tempo e prática. Temos de lembrar que todos os detalhes do sacrifício e sua repetição eram tarefas exclusivas dos sacerdotes. Ninguém além deles era autorizado a sacrificar. Eles eram especialistas naquilo que faziam e aprendiam como qualquer pessoa que tem de se especializar em algum campo específico. Por serem sombra e tipo, esses sacrifícios, assim como as leis que se encontram na mesma categoria, foram abolidos.

Que a lei cerimonial foi abolida é evidenciado em vários textos do Novo Testamento, especialmente na Carta aos Hebreus, que pode ser considerada como um comentário cristão sobre a lei contida no Pentateuco e mais especificamente no livro de Levítico. Nessa carta encontramos praticamente todos os grandes temas do Pentateuco abordados: a Terra Prometida (Hb 4.8-11), o Tabernáculo (Hb 9.1-14), os sacrifícios (Hb 10.1-10), o sacerdócio (Hb 10.19-25). Encontramos grandes porções de Hebreus que falam das modificações radicais quanto à lei cerimonial em geral:

Se (...) a perfeição houvera sido mediante o sacerdócio levítico (pois nele baseado o povo recebeu a lei), que necessidade haveria ainda de que se levantasse outro sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque, e que não fosse contado segundo a ordem de Arão? Pois, quando se muda o sacerdócio, necessariamente há também mudança de lei. Porque aquele de quem são ditas estas coisas pertence a outra tribo, da qual ninguém prestou serviço ao altar; pois é evidente que nosso Senhor procedeu de Judá, tribo à qual Moisés nunca atribuiu sacerdotes. E isto é ainda muito mais evidente, quando, à semelhança de Melquisedeque, se levanta outro sacerdote, constituído não conforme a lei de mandamento carnal, mas segundo o poder de vida indissolúvel. Porquanto se testifica: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque. Portanto, por um lado, se revoga a anterior ordenança, por causa de sua fraqueza e inutilidade (pois a lei nunca aperfeiçoou coisa alguma), e, por outro lado, se introduz esperança superior, pela qual nos chegamos a Deus (Hb 7.11-19).

O autor de Hebreus argumenta que a lei levítica, cerimonial, foi dada debaixo do sacerdócio levítico, mas que debaixo desse sacerdote nenhuma perfeição foi alcançada. Foi necessário um novo sacerdócio, de um que não era procedente da tribo de Levi, mas de Judá, para que viesse a perfeição. Esse recebeu o sacerdócio da ordem de Melquisedeque. Ora, se o sacerdócio levítico foi abolido, a prática da lei levítica também. Quando o texto nos diz que “se revoga a anterior ordenança”, está se referindo à lei levítica e não à *torah* como um todo. A distinção da lei cerimonial dos demais tipos de leis é essencial na leitura da Carta aos Hebreus para que não a interpretemos de maneira contrária ao todo da Escritura. Ao mesmo tempo em que Hebreus afirma tão claramente que a lei foi abolida, nos ensina mais adiante, interpretando o profeta Jeremias, que a lei foi escrita no coração dos crentes:

... Eis aí vêm dias, diz o Senhor, e firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá, não segundo a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os conduzir até fora da terra do Egito; pois eles não continuaram na minha aliança, e eu não atentei para eles, diz o Senhor. Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o seu coração as inscreverei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior (Hb 8.8-11).

Diferentemente da aliança com Israel – em que nem todos eram de fato regenerados –, na nova aliança, os que realmente entram nela têm a lei de Deus gravada no coração e na mente, de maneira que, não há mais necessidade de lhes dizer “conheça o Senhor”, porque nessa nova comunidade todos o conhecem. Outra vez Hebreus se refere ao mesmo texto de Jeremias 31:

... com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados. E disto nos dá testemunho também o Espírito Santo; porquanto, após ter dito: Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei no seu coração as minhas leis e sobre a sua mente as inscreverei, acrescenta: Também de nenhum modo me lembrarei dos seus pecados e das suas iniquidades, para sempre (Hb 10.14-17).

Nesses versos é dito com clareza que a oferta de Cristo eliminou a necessidade da repetição ordinária de ofertas pelos pecados uma vez que o sacrifício de Cristo é permanente. Essa verdade nos é confirmada pelo Espírito Santo que coloca a lei de Deus no coração dos crentes para que possam amá-la e cumpri-la debaixo da graça de Cristo.

A maioria dos israelitas falhou não observando o que a lei cerimonial representava. O apóstolo Paulo explica essa falha em termos dos seus “sentidos embotados”, uma vez que, mesmo depois da vinda do Messias essa realidade permanecia: “... até ao dia de hoje, quando fazem a leitura da antiga aliança, o mesmo véu permanece, não lhes sendo revelado que, em Cristo, é removido” (2Co 3.14). Essa cegueira permanece até que o véu seja retirado, e isso só ocorre quando há conversão: “... até hoje, quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles. Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é retirado” (2Co 3.15-16).

Não se pode dizer, no entanto, que todo o Israel falhou não observando o que a lei cerimonial representava. Os profetas e vários outros israelitas convertidos enxergavam o que a maioria não podia ver. Note, por exemplo, a oração no salmo 51 em que Davi confessou o seu pecado e pediu a misericórdia de Deus sobre a sua vida. Ele sabia que o seu pecado só podia ser perdoado por causa da benignidade e misericórdia divina:

Compadece-te de mim, ó Deus, segundo a tua benignidade; e, segundo a multidão das tuas misericórdias, apaga as minhas transgressões. Lava-me completamente da minha iniquidade e purifica-me do meu pecado. Pois eu conheço as minhas transgressões, e o meu pecado está sempre diante de mim. Pequei contra ti, contra ti somente, e fiz o que é mal perante os teus olhos, de maneira que serás tido por justo no teu falar e puro no teu julgar (v. 1-4).

Davi reconheceu a sua natureza pecaminosa (“Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”, v. 5), e que a sua condição interior e estado espiritual eram conhecidos por Deus (“Eis que te comprazes na verdade no íntimo e no recôndito me fazes conhecer a sabedoria”, v. 6). Ele pediu por restauração interior:

Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável. Não me repulses da tua presença, nem me retires o teu Santo Espírito. Restitui-me a alegria da tua salvação e sustenta-me com um espírito voluntário (v. 10-12).

Davi sabia que esse estado interior era uma condição para a proclamação da verdade a respeito da misericórdia de Deus:

... ensinarei aos transgressores os teus caminhos, e os pecadores se converterão a ti. Livra-me dos crimes de sangue, ó Deus, Deus da minha salvação, e a minha língua exaltará a tua justiça. Abre, Senhor, os meus lábios, e a minha boca manifestará os teus louvores (v. 13-15).

Nos versos finais, Davi demonstra claramente que os sacrifícios, a obediência à lei cerimonial, era apenas uma sombra da realidade verdadeiramente espiritual:

... não te comprazes em sacrifícios; do contrário, eu tos daria; e não te agradas de holocaustos. Sacrifícios agradáveis a Deus são o espírito quebrantado; coração compungido e contrito, não o desprezarás, ó Deus. Faze bem a Sião, segundo a tua boa vontade; edifica os muros de Jerusalém. Então, te agradarás dos sacrifícios de justiça, dos holocaustos e das ofertas queimadas; e sobre o teu altar se oferecerão novilhos (v. 16-19).

Observe que Davi não conclui dizendo que os sacrifícios não deveriam ser oferecidos e a lei cerimonial desobedecida, mas que antes dos sacrifícios

ordenados era necessário um espírito quebrantado. Os sacrifícios eram agradáveis a Deus quando oferecidos em verdadeiro arrependimento.

Compreensão semelhante é encontrada em Oseias 6.6-7:

... misericórdia quero, e não sacrifício, e o conhecimento de Deus, mais do que holocaustos. Mas eles transgrediram a aliança, como Adão;¹⁷ eles se portaram aleivosamente contra mim.

E em Isaías 1.11:

De que me serve a mim a multidão de vossos sacrifícios? – diz o SENHOR. Estou farto dos holocaustos de carneiros e da gordura de animais cevados e não me agrado do sangue de novilhos, nem de cordeiros, nem de bodes.

Jeremias 7.22-23:

... nada falei a vossos pais, no dia em que os tirei da terra do Egito, nem lhes ordenei coisa alguma acerca de holocaustos ou sacrifícios. Mas isto lhes ordenei, dizendo: Dai ouvidos à minha voz, e eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo; andai em todo o caminho que eu vos ordeno, para que vos vá bem.

Miqueias 6.6-8:

Com que me apresentarei ao SENHOR e me inclinarei ante o Deus excelso? Virei perante ele com holocaustos, com bezerros de um ano? ... Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o SENHOR pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus.

Podemos concluir que os verdadeiros filhos de Abraão, os filhos na fé, sabiam que a lei cerimonial era uma sombra de uma realidade maior. Por certo não tinham toda a clareza que temos depois de recebermos a revelação do Novo Testamento, mas pela expressão de Davi e dos profetas, sabemos que tinham uma boa noção do que a lei cerimonial representava. No entanto, mesmo que não tenhamos uma ideia tão clara quanto os israelitas de como eram as sombras, nós hoje vemos a própria luz de Cristo e temos o testemunho do Novo Testamento de que ele cumpriu todas aquelas coisas.

Em seu artigo “Os Reformadores e a lei – semelhanças e diferenças”¹⁸ Alderi Matos diz:

A lei cerimonial tinha em Cristo o seu conteúdo e fim, pois sem ele todas as cerimônias são vazias. A única razão pela qual os sacrifícios dos sacerdotes antigos eram aceitáveis a Deus era a prometida redenção em Jesus Cristo. Em si mesmos, dada a nossa corrupção, quaisquer sacrifícios que pudessemos oferecer a Deus seriam inaceitáveis.

Nas palavras de Calvino, o Senhor Jesus, “ao mesmo tempo em que aboliu o uso [da lei cerimonial] selou sua força e efeito por sua morte” (*Institutas* 2.7.16). A Carta aos Hebreus resume isso na sua introdução:

Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas, tendo-se tornado tão superior aos anjos quanto herdou mais excelente nome do que eles (Hb 1.1-4).

A lei moral

Tendo uma visão mais abrangente do que são a lei civil e a lei cerimonial do Antigo Testamento, podemos nos voltar para a lei moral de Deus. Em geral, moral é considerado o conjunto de regras que se aplicam de maneira absoluta, independente de tempo ou lugar. Esse conceito se torna cada vez mais estranho na sociedade moderna. Várias correntes de ensino insistem que toda moral é relativa ao seu tempo e lugar, tendo por base usos e costumes sociais que variam ao longo das épocas. Muitos insistem que o ser humano é *amoral*, e que sua moralidade é fruto do processo evolutivo e que, portanto, toda moral é relativa.

Esse ensino terrível tem levado a sociedade contemporânea ao extremo de uma vida totalmente *imoral*. O próprio conceito evolutivo de que o homem é um “animal racional” leva a esse tipo de conclusão. Se realmente o ser humano não passa de um animal evoluído, perdemos todo o sentido de origem e propósito e o conceito de moral se torna nulo.

As Escrituras nos ensinam que Deus é eterno e moral e assim ele criou o homem, com uma alma eterna e consciência moral. Essa consciência é o

mesmo que a “lei natural” ou lei interior da qual já falamos. Quando o homem procede imoralmente ele age segundo a sua natureza caída e rebelde contra o Deus Criador. Mas não foi para isso que o homem foi criado. Quando Deus criou o homem à sua imagem, conforme a sua semelhança (Gn 1.26), o fez para que ele vivesse uma vida moral responsável diante do Criador. Para isso, o homem deveria seguir todo o ensinamento de Deus.

Devido à queda, porém, antes mesmo dos Dez Mandamentos serem dados no Sinai, encontramos no texto bíblico a narrativa da quebra de todos eles! Encontramos a crença em falsos deuses, o culto que lhes era oferecido, a blasfêmia contra o nome de Deus, a quebra do sábado, a desonra aos pais, o assassinato, o adultério, o roubo, a mentira e a cobiça. Nada ficou de fora. Com o pecado, o homem entrou em um estado em que nega a sua origem moral, opondo-se ao ensino e à vontade de Deus! Creio ser por essa razão que os Dez Mandamentos foram dados principalmente na forma negativa, porque a inclinação do homem era *contra* a vontade de Deus e todos os mandamentos já haviam sido quebrados.

E onde encontramos a lei moral? Já afirmamos que os Dez Mandamentos são o resumo da lei moral e várias indicações no texto das Escrituras marcam a centralidade deles. Os Dez Mandamentos foram escritos pela mão de Deus, gravados em pedra e colocados na arca (Dt 10.1-5; 4.10-13). Os demais escritos de Moisés não foram gravados em pedra, e foram colocados ao lado da arca (Dt 31.24-26). Isso, no entanto, não diminui os seus escritos. Muito pelo contrário, esses atos de Deus eram para a validação do que Moisés haveria de escrever posteriormente.

Os escritos de Moisés são Palavra de Deus da mesma forma como os Dez Mandamentos. É importante entender que Moisés foi um ministro da lei, não o seu autor. O principal ponto que quero ressaltar é que não devemos pensar que o Decálogo é *toda* a lei moral. Podemos afirmar que “as proposições explícitas dos Dez Mandamentos, são formas resumidas de encasular conceitos morais mais bem abrangentes que o mandamento propriamente dito”.¹⁹ Seria até mesmo estranho pensar que toda a lei moral de Deus foi dada de forma negativa (exceto o 4º e 5º mandamentos). Encontramos nas Escrituras leis de caráter moral antes e depois do Decálogo, como em Gênesis 9.6, sobre a pena

capital, refletida no sexto mandamento: “Não matarás”. Esse mandamento proíbe o assassinato, enquanto a lei em Gênesis 9, além de proibir o assassinato, fala da sua pena: a morte daquele que assim o fizesse.

Se a lei moral não “existisse” e não tivesse sido de alguma forma proclamada antes dos Dez Mandamentos teríamos de considerar livres de pecados todos os que viveram antes da sua entrega a Moisés no Sinai. Porventura aqueles que quebraram os mandamentos eram inocentes porque a lei ainda não fora dada no Sinai? É claro que não. Quando Paulo declara que o homem conhece o pecado por intermédio da lei, ele tem em mente a lei moral como um todo e não só o seu resumo, ainda que cite exatamente o último mandamento:

Que diremos, pois? É a lei pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás (Rm 7.7).

Muitos judeus tendiam a restringir o conceito de lei como lei mosaica, pós-Sinai. Paulo, contudo, nos orienta ao contrário. Adão recebeu condenação porque a lei já havia sido promulgada na criação e foi condenado com base na lei do pacto de obras. Por causa da quebra da lei o pecado reinou desde a queda até Moisés.

Observe como o *Catecismo Maior de Westminster* entende a função da lei moral, na resposta à pergunta 95:

Pergunta: Qual é o uso da lei moral para todos os homens?

Resposta: A lei moral é de uso para todos os homens, para informá-los sobre a natureza santa de Deus e sua vontade, e de sua tarefa, constringendo-os a andarem conformemente; para convencê-los da sua incapacidade em guardá-la e da poluição pecaminosa de sua natureza, de seus corações e vidas; para humilhá-los no sentido de seu pecado e miséria e, desse modo, guiá-los para uma visão mais clara da necessidade de Cristo e da perfeição de sua obediência.

Ao mesmo tempo em que a lei moral tinha como função a instrução e informação, ela foi dada por escrito para que o homem se tornasse completamente consciente de sua pecaminosidade e, por esse ensinamento, fosse conduzido a ver sua necessidade de Cristo. Esse ensinamento do

Catecismo é fundamentado em Gálatas 3.24: “De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé”. Calvino, comentando esse verso, disse: “a *lei* era a gramática da teologia, que, depois de levar seus alunos por um breve caminho, os entregou à *fé*.”

Quais partes da lei devemos aplicar hoje? E como?

Já vimos alguns exemplos de como a lei deve e de como não pode ser aplicada. Um excelente resumo é apresentado por Solano Portela em seu artigo “Pena de morte – uma avaliação teológica e confessional”:

Não estamos sob a lei civil de Israel, mas sob o período da graça de Deus, em que o evangelho atinge todos os povos, raças tribos e nações.

Não estamos sob a lei religiosa de Israel, que apontava para o Messias, foi cumprida em Cristo, e não nos prende sob nenhuma de suas ordenanças cerimoniais, uma vez que estamos sob a graça do evangelho de Cristo, com acesso direto ao trono, pelo seu Santo Espírito, sem a intermediação dos sacerdotes.

Não estamos sob a condenação da lei moral de Deus, se fomos resgatados pelo seu sangue, mas nos achamos cobertos por sua graça.

Não estamos, portanto, sob a lei, mas sob a graça de Deus, nesses sentidos.

Entretanto...

Estamos sob a lei moral de Deus, no sentido de que ela continua representando a soma de nossos deveres e obrigações para com Deus e para com o nosso semelhante.

Estamos sob a lei moral de Deus, no sentido de que ela, resumida nos Dez Mandamentos, representa a trilha traçada por Deus no processo de santificação, efetivado pelo Espírito Santo em nossa pessoa (Jo 14.15). Nos dois últimos aspectos, a própria lei moral de Deus é uma expressão de sua graça, representando a objetiva e proposicional revelação de sua vontade.²⁰

Assim, é fundamental que, ao ler o texto bíblico, saibamos identificar a que tipo de lei o texto se refere e conhecer, então, a aplicabilidade dessa lei para

o nosso contexto. Quebrar a lei de Deus em qualquer de suas categorias sempre resulta em quebrar a lei moral. Mas as leis civis e cerimoniais de Israel não têm um caráter normativo sobre o povo de Deus hoje, ainda que possam ter outra função, por exemplo, ensinar-nos princípios gerais sobre a justiça de Deus. Portanto, a lei que permanece “vigente” na nossa e em todas as épocas é a lei moral de Deus. Ela valeu para Adão assim como vale para nós hoje. Podemos resumir esses pontos da seguinte maneira:

1. A lei moral emana do caráter de Deus e mesmo que não seja parte dos seus atributos, é consequência direta deles.
2. Toda lei revelada nas Escrituras, ainda que não seja considerada lei moral, mas cerimonial ou civil, é aplicação da lei moral, isto é, não há lei revelada que seja imoral ou amoral. É importante ressaltar que as distinções feitas na CFW são rejeitadas pelos teonomistas.
3. Essas aplicações da lei moral na forma civil ou cerimonial são circunstanciais ou adaptáveis aos diferentes momentos do progresso da revelação e, por isso mesmo, passíveis de serem abolidas – o que aconteceu em Cristo quanto à lei cerimonial e às leis civis quando o estado teocrático de Israel deixou de existir.
4. Mesmo estando abolidas pela sua inutilidade na aplicação contemporânea, têm um aspecto didático, ou seja, nos ensinam princípios de aplicabilidade úteis para o nosso próprio tempo.

Nosso próximo capítulo trata da forma como a lei moral opera hoje, diante da criação caída.

PARA ESTUDO

É muito difícil para o leitor sem treinamento teológico formal distinguir, na leitura, os tipos de lei que encontramos na Bíblia. Até mesmo para quem tem treinamento é difícil! Em alguns casos as diferenças são óbvias, como nos Dez Mandamentos, mas mesmo nesse caso é possível que alguém confunda o 4º mandamento – a guarda do dia de descanso – como lei cerimonial e não moral. O fato de essa determinação estar inserida na lei moral, mostra a importância que Deus dá ao descanso semanal, bem como a perpetuidade da ordenança, em seu espírito (relembrar, descansar, adorar). Ainda que cerimônias especiais da lei fossem reservadas ao sábado, a guarda e dedicação de

um dia entre sete para o culto e descanso, é lei moral. O descanso foi dado ao homem como uma bênção e não um peso. O jugo que acompanhava a guarda do sábado era imposto pela interpretação dos fariseus e não pelas Escrituras. O sábado era um tempo de adoração e descanso, uma grande bênção de Deus!

Em outros casos é difícil distinguir entre a lei civil e a lei cerimonial. Veja o caso das cidades de refúgio novamente. Ainda que essa seja claramente uma lei civil, proporcionando uma oportunidade de defesa a quem fosse acusado de homicídio, as cidades de refúgio eram cidades levíticas (Nm 35.6). Além do que, o acusado de homicídio involuntário permaneceria na cidade de refúgio até a morte do sacerdote (Nm 25.25-32). Percebemos nesse exemplo a conexão existente entre a lei civil e cerimonial. Em vários casos como esse, os sacerdotes eram os responsáveis pela aplicação da lei civil juntamente com os anciãos.

Não existe uma “fórmula” para a distinção imediata entre a lei civil, cerimonial e moral, exceto a leitura cuidadosa e criteriosa acompanhada do auxílio do Espírito Santo considerando de maneira especial os Dez Mandamentos como resumo e a interpretação de Jesus sobre a lei. A especial atenção aos Dez Mandamentos e a interpretação que o Novo Testamento faz da lei são as nossas melhores ferramentas. Minha recomendação é que sejamos aplicados na leitura e na busca da compreensão da lei como um todo. Quanto mais pudermos aprender sobre como interpretar cada tipo de lei, com mais facilidade poderemos discerni-las.

Calvino tentou em seu comentário dos quatro últimos livros de Moisés (Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) dividir toda a lei debaixo dos Dez Mandamentos, fazendo uma Harmonia da Lei.²¹ * Ele faz um comentário introdutório à lei em Êxodo 1 a 19 e depois divide os demais capítulos de Êxodo a Deuteronômio debaixo de cada um dos mandamentos. São mais de duas mil páginas de comentários em 4 volumes apresentando as ligações entre a lei moral, civil e cerimonial. Mesmo assim, esse estudo está longe de ser conclusivo.

COMO A LEI MORAL OPERA EM NOSSOS DIAS?²²

• • •

JÁ VIMOS QUE NÃO MAIS estamos debaixo da obrigação da lei civil e cerimonial de Israel e que não mais estamos debaixo da condenação da lei moral porque Jesus se fez maldito e recebeu a condenação da lei no lugar de seus eleitos. Porém, é importante trabalhar um pouco mais nos detalhes de como a lei moral exerce a sua função em nossos dias. Creio que a melhor e mais clara explicação dos usos da lei parte da tradição dos reformadores e recebe boa forma nas *Institutas*.²³ Para esclarecer a função da lei de Deus dada por intermédio de Moisés nas diferentes épocas da revelação, Calvino desenvolve os três usos da lei:

1. O primeiro uso da lei: nos mostra a justiça de Deus, e como um espelho revela nossa pecaminosidade, levando-nos a implorar a ajuda divina (2.7.6-9).
2. O segundo uso da lei: restringe os malfeitores e aqueles que ainda não são crentes (2.7.10-11).
3. O terceiro uso da lei: admoesta os crentes e os encoraja a fazer o bem (2.7.12-13).

O primeiro uso da lei (*Institutas* 2.7.6-9)

O primeiro uso da lei apontado por Calvino é chamado de *Usus theologicus*. Ele diz:

A lei é como um espelho. Nela contemplamos nossas fraquezas e a iniquidade que delas provém, e, finalmente, a maldição que provém de ambas – exatamente como um espelho nos mostra as manchas de nossa face. Porque quando a capacidade de seguir a justiça lhe falta, o homem se enlameia com o pecado. Logo em seguida ao pecado vem à maldição. Em consequência, quanto maior a transgressão da qual a lei nos acusa,

mais grave o julgamento do qual nos faz responsáveis. A declaração do apóstolo é relevante neste ponto: "... pela lei vem o pleno conhecimento do pecado" (Rm 3.20). Aqui ele aponta apenas para a primeira função, que os pecadores ainda não regenerados experimentam. Relacionados a esta estão as declarações: "Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa" (Rm 5.20), e então é o "ministério da morte" (2Co 3.7) que "suscita a ira" (Rm 4.15) e mata. Não há dúvida de que quanto mais a consciência é golpeada com a realidade do seu pecado, mais cresce a iniquidade.

No uso teológico, a lei exerce o papel de revelar e tornar claro o pecado humano e com isso torna a iniquidade do homem ainda maior. Ela informa, admoesta e condena. Em Romanos, Paulo aponta para a perfeição da lei que, se obedecida, seria suficiente para a salvação, entendendo que salvação pressupõe queda. Porém, nossa natureza carnal confronta-se com a perfeição da lei dada por Deus para a vida. Nesse confronto a lei se torna ocasião de morte (Rm 7.10). Uma vez que todos são comprovadamente transgressores da lei, ela cumpre a função de revelar a nossa iniquidade.

Entretanto, a lei que revela a iniquidade do homem atinge alvos distintos. Para os não regenerados, a lei serve de acusadora e opera como um "ministério de morte", demonstrando ainda mais o estado de depravação em que a humanidade caída se encontra. Em certo sentido, a lei exerce um papel semelhante ao da fragrância do conhecimento de Cristo: exalta o estado de pecado e morte em que o homem se encontra ("Para com estes, cheiro de morte para morte..." 2Co 2.16a). Já para os eleitos, mesmo ainda não regenerados, a lei lhes mostra o quanto são vazios diante de Deus e o quanto precisam dele, implorando sua ajuda, preparando-os para receber a graça de Cristo ("... para com aqueles, aroma de vida para vida" 2Co 2.16b).

A lei serve para remover o orgulho humano e sua inclinação para a autojustificação. Nesse mesmo papel, a lei faz o regenerado ver a extensão e doçura da graça de Deus. Dessa forma, a lei condena a todos, porém com diferentes propósitos. Assim, a lei, ao acusar o eleito, o leva a apelar para a graça de Cristo.

O segundo uso da lei (*Institutas* 2.7.10-11)

O segundo uso da lei é também chamado de *Usus civilis* – é a função da lei que restringe o pecado humano ameaçando com punição as faltas contra ela. Nesse uso, a lei serve como uma proteção comunitária. É por ter esse medo da punição da lei que o ser humano se torna capaz de viver em comunidade.

A lei não opera nenhuma mudança interior no coração humano, fazendo-o justo ou reto no obedecê-la, mas opera como um freio, contendo “as mãos de uma ação extrema”.²⁴ Na verdade, o homem natural tende a odiar a lei e aquele que a proclamou. Se pudesse, eliminaria a ambos. Isso é muito claro em nossa sociedade que tenta por muitos meios negar e “eliminar” Deus, aberta ou veladamente, teórica ou praticamente. Portanto, o homem não se torna submisso pela lei somente, mas é coagido pela força da lei que se faz presente na sociedade comum e em sua consciência. É exatamente isso que permite aos homens uma convivência social. Podemos até dizer que o homem vive em sociedade para se proteger uns dos outros. Com o tempo o homem pode aprender a viver com tranquilidade por causa da lei de Deus que o restringe do mal. O homem é capaz, por causa da lei de Deus, de copiá-la para seu próprio bem. É até mesmo capaz de criar leis que reflitam princípios da justiça divina. Parece ser esse o princípio que Paulo tem em mente ao escrever a Timóteo:

... tendo em vista que não se promulga lei para quem é justo, mas para transgressores e rebeldes, irreverentes e pecadores, ímpios e profanos, parricidas e matricidas, homicidas, impuros, sodomitas, raptos de homens, mentirosos, perjuros e para tudo quanto se opõe à sã doutrina... (1Tm 1.9-10).

Assim, a lei exerce o papel de coerção para esses transgressores e evita que esse tipo de mal se alastre ainda mais na sociedade. Explicando isso, Calvino comenta:

Ainda que o pacto da graça se ache contido na lei, não obstante Paulo o remove de lá; porque ao contrastar o evangelho com a lei, ele leva em consideração somente o que fora peculiar à lei em si mesma, ou seja: *ordenança* e a *proibição*, restando assim os transgressores com ameaça de morte. Ele atribui à lei suas próprias qualificações, mediante as quais ela difere do evangelho. Contudo, pode-se preferir a seguinte afirmação: “Ele só apresenta a lei no sentido em que Deus, nela, se pactua conosco em relação às obras”.²⁵

Dessa forma, ela serviu à sociedade judaica e serve à sociedade como um todo.

Essa ação inibidora da lei cumpre ainda outro papel importante no caso dos eleitos ainda não regenerados. Já apontamos anteriormente que a lei serve de aio, de condutor a Cristo, como Paulo afirma: "... de maneira que a lei nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé" (Gl 3.24). Podemos distinguir algumas formas pelas quais a lei cumpre esse papel para com o eleito:

Primeiro, antes da manifestação da sua salvação, o eleito é ajudado pela lei a não cometer atrocidades, não como uma garantia de que não fará algo terrível, mas como uma ajuda, pelo temor da punição.

Segundo, antes de sua salvação e no tempo da ignorância, os eleitos são levados, pelo medo da punição da lei, e de forma gradual, a amar a Deus, como especifica a *Confissão de Fé de Westminster*:

Aqueles, portanto, a quem ele destinou a herança do seu Reino, se ele não os regenera imediatamente, ele, através das obras da lei, preserva em temor, até o tempo da sua visita, não com aquele temor puro que seus filhos devem ter, mas um temor útil para instruí-los na verdadeira piedade de acordo com sua capacidade própria... Porque todos os que permaneceram por algum tempo na ignorância de Deus irão confessar que, como resultado de sua própria experiência, que a lei tinha o efeito de mantê-los em temor e reverência a Deus, até que, tendo sido regenerados por seu Espírito, começaram a amá-lo com seu coração (2.7.11).

Sobre o uso civil da lei e a interação contemporânea com a lei bíblica, temos o princípio da Lei de Talião, que é explorado mais adiante.

O terceiro uso da lei (*Institutas* 2.7.12-13)

O terceiro uso da lei (*tertium usus legis*) é o uso pelo qual Deus faz a sua vontade conhecida aos crentes. Esse terceiro uso só é válido para os verdadeiros cristãos e Calvino o aponta como o uso mais apropriadamente conectado com o propósito da lei.

É interessante observar que muitos cristãos contemporâneos advogam que a lei foi abolida de maneira completa e, assim, até mesmo a lei moral, na sua forma escrita, é desnecessária. O argumento normalmente segue na direção de enfatizar a lei na mente e no coração dos crentes, conforme Jeremias 31.33. A dúvida geralmente está em torno de questões como: se a lei de Deus está impressa na mente e escrita no coração dos crentes, qual a função da lei escrita por Moisés? Ela é realmente necessária? Não basta um coração convertido, amoroso e cheio de compaixão para conhecer a vontade de Deus? A “lei do amor” e a consciência do cristão orientadas pelo Espírito Santo não bastam? Não seria suficiente apenas ter a paz de Cristo como árbitro de nosso coração? (Cl 3.15).

Esse tem sido um dos grandes erros em relação à lei de Deus. Da mesma forma como teve no jardim do Éden, a lei moral tem, em todos os tempos, um papel orientador para os cristãos. Embora guiados pelo Espírito de Deus, vivendo e dependendo tão somente da sua maravilhosa graça, a “lei é o melhor instrumento mediante a qual melhor aprendem cada dia, e com certeza maior, qual seja a vontade de Deus, a que aspiram, e se lhe firmem na compreensão” (*Intitutas* 2.7.12).

A lei de Deus revela o caráter de Deus. A paz de Cristo como “árbitro do coração” só é clara quando conhecemos com intimidade a vontade de Deus expressa na sua lei. Quando a conhecemos de fato, a lei de Deus se torna um prazer, não uma mera obrigação. Calvino exemplifica essa verdade com a figura do servo que, de todo o coração, se empenha para servir seu senhor, mas para ainda melhor servi-lo, precisa conhecer e entender melhor aquele a quem serve. Assim, o crente, procurando melhor servir a Cristo, empenha-se em conhecer a sua vontade revelada de maneira clara e objetiva na lei.

A lei serve também como exortação para o crente. Ainda que convertidos ao Senhor, resta em nós a fraqueza carnal que pode ser, no linguajar de Calvino, chicoteada pela lei, não permitindo que estejamos à mercê da inércia da carne e voltemos ao pecado.

Exemplos da lei como exortação e prazer do crente são abundantes tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos. O prazer em andar na lei de Deus é

claramente delineado pelo salmista. O salmo 19 é dividido em três partes bem visíveis, em que celebra-se a revelação na criação (revelação geral – v. 1-6) e nas Escrituras (revelação especial – v. 7-14) e a resposta do salmista à revelação de Deus (v. 11-14). Na visão do salmista, assim como o céu e o sol celebram a glória de Deus e são essências para a terra (v. 1-6) a *torah* é essencial para a alma do homem:

A lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma; o testemunho do SENHOR é fiel e dá sabedoria aos símplices (Sl 19.7).

Esse verso mostra que pela lei perfeita (ensino pleno) de Iavé a alma é restaurada, Como pode a lei restaurá-la? É possível que a alma do incrédulo seja restaurada pelo ensino da lei? Por tudo o que já vimos, é claro que não. A referência só pode ser à alma daquele que já é crente e que precisa de restauração e sabedoria. E como pode a lei fazer isso? Ensinando ao crente a vontade de Deus. Aprender a lei de Deus é ser revigorado por ela visto não estarmos mais sob sua maldição.

Os preceitos do SENHOR são retos e alegram o coração; o mandamento do SENHOR é puro e ilumina os olhos (Sl 19.8).

O salmista declara encontrar alegria nos retos preceitos de Iavé. Aliás, por esses mesmos preceitos é que se recebe vida. “Nunca me esquecerei dos teus preceitos, visto que por eles me tens dado vida” (Sl 119.93). A função esclarecedora da lei (preceitos) é muito clara, ela ilumina os olhos (como o sol ilumina a terra, v. 4). A palavra traduzida por *preceitos* aparece 21 vezes no salmo 119, sempre apontando para as bênçãos e benefícios que o justo recebe em guardá-los. É fundamental, no entanto, nos lembrarmos de que o justo é, na verdade, o justificado. Não devemos nunca esquecer dessa verdade fundamental ao ler qualquer parte das Escrituras e, principalmente, o livro dos Salmos, introduzido pelo primeiro salmo que começa exatamente nos mostrando que o justo tem prazer na lei de Deus e nela medita constantemente (Sl 1.2).

O temor do SENHOR é límpido e permanece para sempre; os juízos do SENHOR são verdadeiros e todos igualmente justos (Sl 19.9).

O temor ao Senhor e a lei são dois temas ligados através de toda a Escritura. Muitas vezes o temor e lei são tratados como uma só coisa porque é pela Palavra que vem o temor (Dt 4.10). A conclusão do salmista sobre a Palavra de Deus é muito simples: a lei é justa porque procede daquele que é justo.

São mais desejáveis do que ouro, mais do que muito ouro depurado; e são mais doces do que o mel e o destilar dos favos (Sl 19.10).

Os juízos do Senhor são desejáveis mais do que o ouro e o mel porque procedem de sua graça. A conclusão dessa seção do salmo é feita em termos de comparação com coisas que são únicas na sua qualidade: o ouro pelo seu valor e o mel por sua doçura. Expressões semelhantes podem ser encontradas no salmo 119.

Os versos finais nos mostram quais são os frutos dessa Palavra (lei):

... por eles se admoesta o teu servo; em os guardar, há grande recompensa. Quem há que possa discernir as próprias faltas? Absolve-me das que me são ocultas. Também da soberba guarda o teu servo, que ela não me domine; então, serei irrepreensível e ficarei livre de grande transgressão (Sl 19.11-13).

Podemos aprender com o salmista que a lei traz esclarecimento àqueles que por ela vivem (admoesta e livra da soberba). Ao mesmo tempo, o salmista admite que é impossível obedecer plenamente e que haverá erros e pecados, mas o Senhor pode perdoá-los: “Quem há que possa discernir as próprias faltas?”. Mesmo sendo imperfeitos (em contraste com a lei perfeita de Deus), há recompensa e livramento quando buscamos a sabedoria da *torah*. Ser irrepreensível certamente não significa viver sem pecar, mas viver na dependência de Deus.

As palavras dos meus lábios e o meditar do meu coração sejam agradáveis na tua presença, SENHOR, rocha minha e redentor meu (Sl 19.14).

As palavras finais do salmista são um pedido para que a sua vida seja de total dependência ao seu Salvador. Em todo o salmo encontramos uma visão

muito clara da dependência da lei de Deus para um coração humilde na sua presença. Precisamos compreender que, ao contrário do que muitos pensam, os verdadeiros crentes do tempo do Antigo Testamento não viam a lei como uma forma legalista de Deus lidar com o seu povo, mas como uma forma graciosa do Senhor lhes trazer vida e prosperidade. Dessa mesma forma o crente deve hoje olhar para a lei divina.

Assim, não encontramos na lei em si um princípio de morte. Debaixo da graça de Cristo o salmista vê a lei como a grande bênção que tem para viver uma vida “agradável” diante do seu Senhor. Que princípio de morte opera nessa lei, segundo o salmista? Nenhum. Para o regenerado, o crente no Senhor, a lei é prazer, é desejável, inculca temor, restaura a alma e lhe dá sabedoria. A lei em si não faz nenhuma dessas coisas, mas para o coração regenerado ela traz prazer e alegria: “... no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus” (Rm 7.22). Na lei, o salmista reconhece a sua rocha, o seu redentor, a Jesus Cristo: “rocha minha e redentor meu.” Isso de forma alguma parece contradizer os ensinamentos do Novo Testamento.

Muitos princípios semelhantes são encontrados no salmo 119, que é um acróstico com todas as 22 letras do alfabeto hebraico. Cada linha poética dentro de uma seção começa com a mesma letra do alfabeto. O salmo foi escrito para exaltar a revelação da lei de Deus ao seu povo. Encontramos a palavra *torah* em todas as estrofes (com exceção dos v. 9-16) além de vários outros termos sinônimos (decretos, estatutos, preceitos, mandamentos, ordenanças, palavra e promessas). Cada linha poética contém pelo menos uma dessas palavras. A segunda estrofe (iniciada pela letra *beit*) nos mostra, de maneira semelhante ao salmo 19, a aspiração pela lei:

De que maneira poderá o jovem guardar puro o seu caminho?
Observando-o segundo a tua palavra. De todo o coração te busquei; não
me deixes fugir aos teus mandamentos. Guardo no coração as tuas
palavras, para não pecar contra ti. Bendito és tu, SENHOR; ensina-me os
teus preceitos. Com os lábios tenho narrado todos os juízos da tua boca.
Mais me regozijo com o caminho dos teus testemunhos do que com todas
as riquezas. Meditarei nos teus preceitos e às tuas veredas terei respeito.
Terei prazer nos teus decretos; não me esquecerei da tua palavra (Sl
119.9-16).

Buscar a lei de Deus é o mesmo que buscar a pureza, daí a instrução ao jovem que tende a ser guiado pelas paixões do mundo (as riquezas, por exemplo, v. 14) e não pelo amor a Deus. A intenção do salmista é mostrar que devemos aprender, ainda na juventude, a amar a lei de Deus. Ela deve ser buscada (v. 10) e guardada (v. 11) no coração. Não se trata de uma legislação fria que deve ser obedecida sem o coração, mas a instrução amorosa e valiosa de Deus que deve ser recebida pelos “bem-aventurados” (v. 1). O bem-aventurado se regozija e tem prazer na lei de Deus e o bendiz, porque o Senhor mesmo ensina a sua lei aos seus.

De onde vem esse desejo de buscar e guardar a lei de Deus? (v. 16). De onde vem o desejo do salmista pelos juízos de Deus? (v. 20). Da lei operando sobre o homem natural? Certamente não. Mas para o novo homem, regenerado pela obra do Espírito Santo, a lei de Deus se torna objeto de desejo da alma. A lei é maravilhosa para aquele que tem os olhos abertos pelo Senhor. Amar a lei de Deus é ensino claro das Escrituras para os crentes. Viver na lei de Deus é bênção para o cristão. Ela é o nosso orientador para melhor conhecer a vontade do nosso Senhor e assim servi-lo melhor. Observe que o viver segundo a lei de Deus é considerado uma bem-aventurança, é como ter fome e sede de justiça.

Encerrando este capítulo, pergunto: o que seria do cristão sem a lei para orientá-lo? Como ele conheceria a vontade de Deus? (aliás, a pergunta mais frequente entre os crentes no seu dia a dia). Ele seria um perdido, buscando respostas em seu próprio coração enganoso. Ele poderia buscar conhecer a vontade de Deus através do ensino da igreja, no consenso eclesial, na autoridade de alguém que considerasse superior. Quem sabe buscaria conhecer a vontade de Deus em experiências místicas e subjetivas, esquecendo-se de que Deus já nos falou pelas Escrituras. Mas em tudo isso se depararia com os mesmos erros. No entanto, na lei de Deus encontramos a declaração da vontade dele para o ser humano, o desejo do Criador para a criatura, o desejo do Pai para seus filhos.

Veremos no próximo capítulo quais são os erros mais comuns encontrados na igreja, frutos da incompreensão do papel da lei de Deus debaixo da sua graça.

Sejamos práticos

Veja abaixo como as formas clássicas de interpretação dos Dez Mandamentos, como encontramos no *Catecismo Maior de Westminster*, podem ser de grande valia na compreensão de como a lei moral opera nos nossos dias.

Pergunta 99: Que regras devem ser observadas para a boa compreensão dos Dez Mandamentos?

Resposta: Para a boa compreensão dos Dez Mandamentos as seguintes regras devem ser observadas:

1ª. Que a lei é perfeita e obriga a todos à plena conformidade do homem inteiro à retidão dela e à inteira obediência para sempre; de modo que requer a sua perfeição em todos os deveres e proíbe o mínimo grau de todo o pecado.

(*Referências:* Sl 19.7, Tg 2.10; Mt 5.21-22)

A validade dos mandamentos é eterna e seus preceitos são perfeitos, exigindo a perfeição no cumprimento dos mesmos. Somente Cristo foi capaz de cumprir a lei desta forma, não tendo ele tropeçado em qualquer dos mandamentos.

2ª. Que a lei é espiritual, e assim se estende tanto ao entendimento, à vontade, aos afetos e a todas as outras potências da alma – como às palavras, às obras e ao procedimento.

(*Referências:* Rm 7.14; Dt 6.5; Mt 22.37-39 e 12.36-37)

Nesse princípio aprendemos que a lei é válida tanto para o interior como para o exterior do homem. Cumprir a lei só externamente é hipocrisia. Jesus estende a aplicação da lei dessa forma, mostrando como ela deve ser o critério do homem interior. Portanto, não apenas o assassinato é pecado, mas também o ódio, não apenas o adultério, mas também a cobiça, não somente o roubo, mas também a inveja.

3ª. Que uma e a mesma coisa, em respeitos diversos, é exigida ou proibida em diversos mandamentos.

(*Referências:* Cl 3.5; 1Tm 6.10; Pv 1.19; Am 8.5)

Aqui aprendemos que os mandamentos encontrados Decálogo são encontrados em outros lugares das Escrituras. Veja os paralelos:

2º mandamento – Colossenses 3.5: “Fazei (...) morrer a vossa natureza terrena: prostituição, impureza, paixão lasciva, desejo maligno e a avareza, que é idolatria”;

10º mandamento – 1 Timóteo 6.10: “... o amor do dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores”;

6º mandamento – Provérbios 1.19: “Tal é a sorte de todo ganancioso; e este espírito de ganância tira a vida de quem o possui”;

8º mandamento – Amós 8.5: “... dizendo: Quando passará a Festa da Lua Nova, para vendermos os cereais? E o sábado, para abrirmos os celeiros de trigo, diminuindo o efa, e aumentando o siclo, e procedendo dolosamente com balanças enganadoras...”.

4ª. Que onde um dever é prescrito, o pecado contrário é proibido; e onde um pecado é proibido, o dever contrário é prescrito; assim como onde uma promessa está anexa, a ameaça contrária está inclusa; e onde uma ameaça está anexa a promessa contrária está inclusa.

(Referências: Is 58.13; Mt 15.4-6; Ef 4.28; Êx 20.12, Pv 30.17; Jr 18.7-8; Êx 20.7)

Os mandamentos têm lados positivos e negativos. Se é proibido mentir, é implícita a necessidade de dizermos a verdade. Se é proibido tomar o nome de Deus em vão, é implícita a obrigação de honrar o nome de Deus.

5ª. Que o que Deus proíbe não se há de fazer em tempo algum, e o que ele manda é sempre um dever; mas nem todo o dever especial é para se cumprir em todos os tempos.

(Referências: Rm 3.8; Dt 4.9; Mt 12.7)

Sendo a lei de Deus eterna e perfeita, ela deve ser cumprida em todos os tempos. As circunstâncias não mudam a lei moral. No entanto, determinados deveres só podem ser cumpridos em determinados tempos. Nesse sentido, temos de entender que os deveres do trabalho, descanso e culto, por exemplo, devem ser cumpridos em diferentes tempos.

6ª. Que, sob um pecado ou um dever, todos os da mesma classe são proibidos ou mandados, juntamente com todas as coisas, meios, ocasiões e aparências deles e provocações a eles.

(*Referências:* Hb 10.24-25; 1Ts 5.22; Gl 5.26; Cl 3.21; Jd 23)

A lei deve ser lida de maneira inclusiva. Se o adultério é proibido, outros pecados que pertencem à mesma categoria, da ordem sexual e da confiança, também são proibidos.

Recomendo para uma exposição prática dos Dez Mandamentos a leitura de *A lei de Deus hoje*, de Solano Portela, publicado pela Editora Puritanos.

AS CONFUSÕES E OS EXTREMOS

...

A lei, como Cristo, tem sido sempre crucificada entre dois ladrões — antinomismo de um lado e legalismo do outro.

Ernest C. Reisinger

Devemos prestar grande atenção a estas coisas, em virtude de, com razão, podermos dizer que a ignorância da distinção entre a lei e o evangelho é uma das principais origens dos abusos que corromperam e ainda corrompem o cristianismo.

Teodoro Beza

O antinomismo

A compreensão da graça como excludente da lei é conhecida como *antinomismo*, uma velha heresia contra a qual Judas e Pedro escreveram (Jd 4-19; 2Pd 2). O antinomismo, ao longo da História, tomou várias formas e teve diferentes expressões. A versão contra a qual Judas e Pedro escreveram enfatiza que o que Deus salva no homem é a alma e, portanto, o que alguém faz de seu corpo é irrelevante. Na visão antinomista, a lei não tem qualquer papel a exercer sobre a vida do cristão. Ela deve ser totalmente rejeitada.

Outra forte expressão do antinomismo apareceu no primeiro século da era cristã com Marcião. Ele apresentou uma aversão extrema a qualquer ensino do Antigo Testamento, e ensinou que a lei do Antigo Testamento se opunha à graça ensinada no Novo Testamento. Na forma marcionita de antinomismo, o próprio Antigo Testamento deveria ser rejeitado, assim como todas as partes do Novo Testamento que apresentavam qualquer opinião positiva sobre a lei. No antinomismo, a lei é algo do passado, ultrapassada pela graça de Cristo. Agora só o Novo Testamento e o próprio coração servem para guiar o cristão. A lei se torna dispensável.²⁶ O principal fator que leva a essa conclusão é a rejeição dos

chamados antinomistas em ver a graça na lei de Deus e compreender corretamente o conceito do pacto da graça, segundo veremos mais abaixo.

No século 16 os católicos acusaram falsamente os reformadores de antinomistas, de serem contrários à lei de Deus. Mesmo o grande reformador, Martinho Lutero, expressou preocupação quanto a alguns de seus seguidores que, em seu zelo de proclamar a graça, por tanto tempo desprezada pela igreja romana, acabaram por desprezar a lei. Um desses foi Johanes Agricola, que na busca de um princípio eficaz pelo qual pudesse combater a doutrina da salvação pelas obras, negou que o crente precisasse cumprir a lei moral.²⁷ O debate sobre o antinomismo alcançou grandes proporções na Inglaterra durante o século 17. Dezenas de livros, tomando partido em algum lado do debate, foram escritos durante esse período.

Desde a Reforma têm aparecido movimentos enfatizando um ou outro desses aspectos, lei ou graça, quase sempre de forma excludente. Uma dessas formas é o *antinomismo centrado no Espírito*²⁸ que, com ênfase exacerbada na ação do Espírito Santo, acaba por rejeitar a necessidade do ensino da lei. Nesse caso a libertação do *jugo da lei* torna-se sinônimo de *libertação da lei*. Seus defensores assumem que a orientação do Espírito prometida na Bíblia substitui a lei escrita. Outro tipo de antinomismo que ciclicamente aparece nos meios evangélicos é o *antinomismo centrado em Cristo*, que afirma que visto estarmos em Cristo e Cristo ter cumprido a lei, o que o cristão faz não interessa, não faz diferença, desde que a fé permaneça.

Uma das faces modernas do antinomismo, enfatizando a graça em detrimento da lei, é o *antinomismo dispensacional*. Essa forma de abordagem surgiu no século passado caracterizando a lei como o meio de salvação no período mosaico e o evangelho na dispensação do evangelho. Uma vez que vivemos na dispensação da graça, a dispensação da lei é passada e, portanto, seu papel é irrelevante. Esse tipo de ensino é incapaz de verificar que ao mesmo tempo em que existe uma distinção entre a lei e a graça, as duas estão unidas debaixo de um mesmo pacto. Esse é, possivelmente, o movimento que mais influência exerce na interpretação do papel da lei e da graça entre os evangélicos ao redor do mundo hoje. Esses ensinamentos são claros principalmente

na antiga escola dispensacionalista que divulga a *Bíblia anotada de Scofield*. C. I. Scofield chega a declarar:

A divisão mais clara e óbvia da palavra da verdade é aquela entre lei e graça. De fato, esses dois princípios contrastantes caracterizam as duas dispensações mais importantes – judaica e cristã... A Escritura nunca, em qualquer dispensação, mistura esses dois princípios.²⁹

Na sua forma popular, o dispensacionalismo continua a influenciar grandes grupos de cristãos, independente de barreiras denominacionais. Um exemplo clássico de ensino dispensacionalista sobre a relação entre lei e graça é o livro de M. R. De Haan, *Lei ou Graça (Law or Grace)*, colocando lei e graça em campos de oposição.³⁰ É bem verdade que existem formas de dispensacionalismo mais recentes que não defendem esse ponto de vista.

Na visão neo-ortodoxa de Barth encontramos o *antinomismo dialético*, que acaba por negar a lei bíblica como mandamento direto de Deus. A “palavra do Espírito” é que deve confirmar se a lei é de Deus ou não. A lei bíblica pode ser usada como um instrumento para o pronunciamento de Deus. Em seu livro *God, Grace and Gospel*, Karl Barth defende uma unidade básica entre lei e graça direcionando seu pensamento para um novo moralismo.³¹

Existe ainda o *antinomismo situacionista*, que descreve toda uma geração de cristãos que afirma que o amor deve motivar toda a nossa prática e esse é superior à lei escrita. Alguns situacionistas entendem sua posição como uma posição de equilíbrio entre o antinomismo e o legalismo. O raciocínio lógico do situacionista é que no antinomismo faltam a lei e o amor. No legalismo, a lei está acima do amor. No situacionismo o amor está acima da lei. Em última análise o situacionismo acaba por rejeitar e relativizar princípios morais em nome da lei do amor.

Hesselink, um estudioso sobre a relação entre lei e graça, exemplifica que, na década de 1960, os cristãos proponentes da ética situacionista se levantaram contra leis, regras e princípios gerais propondo uma nova moralidade.³² Esse movimento propõe que a ética das Escrituras não é absoluta, mas depende do contexto. Nem a lei moral de Deus é absoluta, ela depende da situação. Essa proposta encontrou solo fértil em meio a várias denominações históricas já

tomadas por tendências liberais ou neo-ortodoxas. Segundo seus proponentes, a lei não tem mais qualquer papel determinante na ética cristã; o que determina a ética cristã é o “princípio do amor”. Nesse sentido, a consequência dessa conclusão é que a graça suplanta a lei. As decisões éticas devem ser tomadas levando em consideração o princípio do amor e isso afeta a ética cristã como um todo.

Tome-se, por exemplo, a questão do aborto no caso de estupro. A ética situacionista, uma forma de antinomismo, aprova o aborto como um ato de amor, em casos de estupro, baseado no “princípio do amor” à mãe que foi estuprada. Nesse caso, o amor à mãe, que teria dificuldades em viver com um filho fruto de um estupro, fala mais alto. Desse ponto em diante o aborto passa a ser aceitável. Esse tipo de pensamento é muito comum hoje até mesmo entre evangélicos.

Semelhante abordagem acontece com o tão controverso ponto de vista sobre a pena de morte. Na perspectiva antinomista situacionista, a pena de morte não se encaixa no princípio do amor ao próximo e, portanto, não pode ser uma prática aprovada pelos cristãos. A chamada “lei do amor” é o ponto chave para essa interpretação. A pena de morte é colocada como oposta à lei do amor. Os argumentos mais comuns que se ouvem é que ao aplicarem a pena de morte os executores se tornam como o assassino e carecem do amor cristão. O pressuposto óbvio desse ponto de vista é que o amor não era o princípio por trás das claras ordens de Deus no Antigo Testamento sobre quando, como e por que a pena de morte deveria ser aplicada. Mais uma vez, parece que nesse tipo de abordagem o Deus do Antigo Testamento é convertido à lei do amor.³³

O número de divórcios entre o povo evangélico cresce a cada dia. Nos Estados Unidos, a porcentagem de divórcios entre os chamados evangélicos já é ligeiramente maior do que entre não evangélicos. A ética situacionista destrói as claras leis das Escrituras sobre o casamento. O divórcio passa a ser aceitável pelo princípio do amor. Já se fala até em “adultério altruísta”.³⁴ A separação de casais passa a ser aceitável pelo mesmo princípio. Se viver com alguém me faz infeliz, o princípio do amor deve prevalecer e a separação é o remédio indicado.

O mesmo acontece quanto ao homossexualismo. Denominações inteiras lutam para assegurar até mesmo o direito de ordenação ao oficialato para pessoas que se declaram homossexuais. Na visão situacionista, aceitar o homossexualismo passa a ser um ato de amor. O homossexualismo deixa de ser considerado pecado, ou, se assim considerado, um pecado aceitável.

Não é de se admirar que nossa sociedade tenha chegado aos níveis de imoralidade que temos hoje de forma tão descarada, quando aqueles que supostamente deveriam lutar pela preservação dos valores morais ensinados nas Escrituras se voltaram contra eles. Tudo isso fruto da falta de entendimento da relação entre a lei e a graça de Deus. Kevan, em seu livro *A lei moral* fala a esse respeito:

Haveria menos tragédias morais entre os cristãos professos se a instrução salutar da Lei de Deus fosse atendida cuidadosamente. Que o crente possa olhar exclusivamente para Cristo na busca do poder capacitador de uma vida vitoriosa – como de fato deve – mas que ele, ao mesmo tempo, se lembre que a vida santa não consiste em prazer emocional, mas sim em cumprir os mandamentos de Deus.

Podemos ainda pensar em *antinomismo revelacionista*, que despreza a lei de Deus em função de novas revelações que são trazidas aos “espirituais” contemporâneos. A pergunta deve ser feita de maneira direta: se novas revelações estão acontecendo e, como ditas, provenientes de Deus, não devem ter a mesma autoridade das Escrituras? Como se poderia contestar algo que Deus revelou? Isso faz com que a última palavra que veio de Deus seja superior às anteriores, invalidando a lei e trazendo-nos uma nova lei, que pode ser contrária à antiga, trazendo-nos mais um tipo de antinomismo.

O antinomismo, portanto, é uma abordagem desequilibrada das Escrituras em seu entendimento da relação entre lei e graça. Na próxima seção veremos outro desequilíbrio, o extremo oposto, o legalismo.

O legalismo

O legalismo ou moralismo é tão perigoso quanto o antinomismo. Podemos entender o legalismo como a tendência de enfatizar a lei em

detrimento da graça. Isso pode ser entendido como um *neonomismo*, uma volta à lei. Como tal, o legalismo é uma distorção da obediência requerida pelas Escrituras àqueles que vivem debaixo e tão somente debaixo da graça de Deus.

O legalismo foi grandemente combatido por Jesus e pelos apóstolos. A classe mais representativa dos legalistas no Novo Testamento é a dos fariseus. Jesus foi realisticamente duro com eles. A ênfase do legalismo dos fariseus era na aparência sem conteúdo, na exteriorização da forma da lei, nas aparências. Além disso, o farisaísmo acabou por acrescentar a sua própria lei – a tradição – à lei de Deus. A lei e a tradição caminhavam juntas na mente desses homens de tal modo que se tornaram um só corpo. Na prática, eles não viam diferença entre uma coisa e outra.

Em nossa cultura, esse tipo de legalismo se traduz na forma de usos e costumes, roupas, músicas, instrumentos usados no culto público e outras coisas desse gênero. O legalismo tem sido uma marca comum de algumas denominações, sejam tradicionais ou não.³⁵ Mas não é exatamente esse aspecto do legalismo que queremos discutir nesta seção, e sim, a sua forma mais básica e mais perigosa, como descrito abaixo.

O legalismo, essencialmente, proclama que o homem pode obter mérito diante de Deus para a salvação e a conquista de favores. Dessa maneira, o legalismo ensina o oposto das Escrituras, é a *antigraça*. O princípio básico envolvido no legalismo é a *crença*, a fé, de que o pecador tem a capacidade inata de agradar a Deus e assim obter mérito. É a busca do favor de Deus pelos esforços humanos. Foi exatamente contra essa ideia que a Reforma Protestante lutou, apresentando como uma de suas principais ênfases *sola gratia*.

Sola Gratia

Essa doutrina desenterrada dos entulhos das tradições humanas e “redescoberta” por Martinho Lutero combate o erro da igreja romana que ensina claramente a obtenção do favor de Deus pelas obras, coisas tais como a confissão auricular, as penitências, promessas, votos e indulgências (a compra da salvação com dinheiro ou posses). Essa crença não é popular só no catolicismo, mas também no espiritismo, ainda que com grandes diferenças.

Nesses casos, a obediência não é um fruto da graça de Deus, uma evidência da fé, mas uma tentativa de agradar a Deus e se adquirir mérito diante dele. Um dos grandes problemas do legalismo está exatamente na sua essência: crer que o homem pode obter méritos diante de Deus. Isso contraria toda a boa teologia bíblica. As Escrituras são muito claras em nos ensinar que não é possível agradar a Deus. A obediência vem depois da redenção e nunca a redenção vem pela obediência.

Mas seria possível a salvação pela lei, ainda que hipoteticamente? Alguns pensam que sim. Alva McClain faz exatamente esta afirmação:

Hipoteticamente, a lei poderia dar a vida se os homens pudessem guardá-la. Em Levítico 18.5 está escrito: "Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles. Eu sou o SENHOR." A mesma ideia é repetida em Ezequiel 20.11,13,21. Inquestionavelmente nosso Senhor tinha o mesmo princípio em mente quando disse ao jovem rico que estava buscando a vida eterna pelas obras, "Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos" (Mt 19.17b).³⁶

No entanto, nem hipoteticamente seria possível ao homem ser salvo pela lei depois da entrada do pecado no mundo. Não devemos nos esquecer de que o ser humano já nasce com o chamado *pecado original* e que, portanto, já nasce contaminado e condenado pelo pecado de Adão. Por isso, somente Cristo, o Filho de Deus, concebido por obra do Espírito Santo, sem trazer em si o pecado original, pôde cumprir a lei e trazer a justificação que carecíamos. Os textos de Levítico 18.5 e Ezequiel estão nos ensinando o princípio de obediência à lei, ou seja, viver recebendo os benefícios dela, porque em si a lei é boa. O mesmo princípio se aplica ao jovem rico, que pensando ter cumprido toda a lei, ainda amava mais as riquezas do que a Deus e tinha a cobiça como senhor.

Existe ainda outro grande perigo no legalismo que é o de pensar que alguém obtém a salvação pela graça e a mantém pela lei. Esse parece ser um dos principais problemas encontrados entre as igrejas da Galácia (cf. Gl 3). Uma das doutrinas fundamentais da Reforma é a perseverança dos santos. Na verdade, não são os santos que perseveram e sim Deus que os mantém debaixo

de sua graça, independentemente das obras da lei. A ideia legalista de que o crente mantém a salvação pelas obras da lei traz sobre ele grande opressão. Confuso, não saberá desfrutar do perdão dos pecados obtido por Cristo vivendo sem conhecer a verdadeira libertação.

A teonomia

Um recente desenvolvimento de uma visão distorcida entre lei e graça é o chamado movimento teonomista ou reconstrucionismo cristão. Esse movimento nasceu e se desenvolveu em meios reformados da América do Norte e tem como ênfase a continuidade da aplicação das sanções penais do Antigo Testamento.³⁷ Seus partidários entendem que a sociedade contemporânea deve retornar à estrutura do sistema civil israelita teocrático aplicando, inclusive, algumas das penas específicas daquele tempo. Os teonomistas entendem que a lei civil de Israel é normativa para hoje.

Os reconstrucionistas não aceitam a divisão reformada tradicional da lei como vimos previamente. Seus principais argumentos giram em torno dos textos de Tiago 2.10 (“... qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos”), Gálatas 5.3 (“De novo, testifico a todo homem que se deixa circuncidar que está obrigado a guardar toda a lei”) e Mateus 5.19 (“Aquele (...) que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus”). Eles defendem que nesses três textos está pressuposta a obediência à lei como um todo, e que não temos o direito de dividir a lei “artificialmente” e escolher o que queremos obedecer da lei. Com isto, estabelecem o caso de que as sanções da lei mosaica devem ser aplicadas hoje. Segundo os propositores da teonomia, se a lei é indivisível, e se a lei moral permanece válida, aquilo que dela recorre, as penas prescritas, também permanecem. Segundo Greg Bahnsen,

Quando combinamos essa convicção [de que o magistrado civil é um ministro de justiça nas mãos de Deus] com a crença bíblica de que a lei de Deus nos obriga a obedecê-la em cada detalhe, até e a não ser que, o

legislador revele de outra forma, chegamos à conclusão de que o magistrado civil hoje deve aplicar as sanções penais da lei do Antigo Testamento aos criminosos em nossa sociedade...³⁸

Temos, no entanto, exemplos no Novo Testamento de leis civis do Antigo Testamento em que as suas respectivas penas não foram exigidas. Walter Kaiser argumenta que é esse o caso, por exemplo, quando Paulo recomenda para um caso de incesto, a disciplina da igreja (1Co 5.1 – “Geralmente, se ouve que há entre vós imoralidade e imoralidade tal, como nem mesmo entre os gentios, isto é, haver quem se atreva a possuir a mulher de seu próprio pai.”)³⁹ Segundo a lei civil de Israel, a punição para esse delito era a pena capital (Lv 20.11 – “O homem que se deitar com a mulher de seu pai terá descoberto a nudez de seu pai; ambos serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles”).

A lei mosaica prevê a pena capital para vários outros delitos, mas mesmo então, a pena prescrita para determinados crimes poderia ser “substituída”. Encontramos, por exemplo, a pena de morte prescrita para o assassinato, sequestro, adultério, homossexualismo, incesto, bestialidade, filhos rebeldes incorrigíveis, amaldiçoar os pais, oferecimento de sacrifício humano, falsa profecia, blasfêmia, a profanação do sábado, sacrifícios a falsos deuses, magia, falta de castidade e estupro de uma virgem prometida em casamento. Parece estar implícito, no entanto, que essas penas poderiam ser substituídas de acordo com o julgamento de cada caso. Existe, porém, uma provisão para que isso não acontecesse no caso de assassinato (Nm 35.31):

Não aceitareis resgate pela vida do homicida que é culpado de morte; antes, será ele morto.

Devemos observar que os sistemas civis e criminais das sociedades ocidentais diferem em sua filosofia do sistema bíblico, aplicado a uma sociedade teocrática. Encontramos no sistema bíblico uma série de princípios que são rejeitados em nossos sistemas. Quanto aos crimes contra a propriedade, a lei obriga a sociedade israelita ao princípio de restituição, como em Êxodo 22.1-4:

Se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha. Se um ladrão for achado

arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue. Se, porém, já havia sol quando tal se deu, quem o feriu será culpado do sangue; neste caso, o ladrão fará restituição total. Se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto. Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro.

Observe que o princípio sempre é o da restituição e quando o defraudador não pode pagar, pode ser vendido. Se for renitente no seu pecado, pode sofrer a pena capital. O crime do roubo era tratado de forma a não ser lucrativo.⁴⁰

O sistema ocidental contemporâneo é bem diferente na sua concepção. Em geral, o sistema prevê como pena para os diversos delitos a prisão e/ou multas, que são pagas ao Estado. A vítima não recebe compensação quando é defraudada, recebendo, quando muito, a restituição caso o bem roubado seja encontrado. Nesse caso, o crime contra a propriedade se torna lucrativo mesmo nos casos em que o delinquente é pego. Certamente isso é injusto e cria muitos dos problemas que temos em nossa sociedade.

Sem sombra de dúvidas, as leis que aplicam os princípios encontrados no Antigo Testamento devem ser motivo de nossa reflexão em busca de um sistema mais justo. Mas a aplicação pura e simples das leis civis e suas penas para a sociedade contemporânea não parece ser a intenção do autor das Escrituras quando as lemos como um todo. O princípio básico a ser adotado para não cairmos no erro da teonomia é que as leis civis de Israel são particulares para o seu tempo e contexto, para uma nação que vivia debaixo de um pacto específico. Ainda que a lei moral tenha um caráter universal, as leis civis e cerimoniais de Israel, mesmo que fossem uma aplicação da lei moral, se restringem ao tempo e condições em que foram dadas. Enquanto a lei moral é normativa, a lei civil tem um papel apenas didático para os dias de hoje.

A fé reformada tem, ao longo dos séculos, lutado por ensinar e viver a verdade do evangelho e da lei mantendo o equilíbrio entre a lei e a liberdade, evitando a imoralidade gerada pelo antinomismo e a prisão do legalismo. Tanto um quanto o outro podem gerar resultados caóticos para a vida do cristão e da sociedade. Ninguém melhor do que o Senhor da Igreja para nos mostrar qual o

mais excelente caminho para interpretarmos a lei. Esse é o assunto de nosso próximo capítulo.

PERGUNTAS PARA ESTUDO

1. O que é antinomismo?
2. Existem diferentes tipos de antinomismo? Quais?
3. O que é legalismo?
4. Você é capaz de listar diferentes tipos de legalismo?
5. O que é teonomia?
6. Por que os teonomistas alegam que a lei é indivisível?

Reisinger lista oito “usos ilegais” da lei que são de grande valia para analisarmos como a estamos usando:⁴¹

1. É um uso ilegal quando é mal interpretada, como no caso dos escribas e fariseus.
2. É ilegalmente usada quando colocada em oposição a Cristo, à graça ou ao evangelho – um dos erros dos judeus.
3. O uso ilegal mais perigoso e amaldiçoador é quando o homem olha para a lei em busca de justificação – buscar a aceitação de Deus na guarda da lei. Isso derruba a própria natureza da graça, se opõe a Cristo na sua plenitude e derruba a justificação pela fé somente.
4. É ilegal usá-la para desencorajar o pecador desesperado. É por isso que a lei e o evangelho devem ser pregados juntos.
5. É ilegal usá-la para derrubar a graça da esperança (cf. Rm 5).
6. É ilegal usá-la para roubar a glória devida a Deus na grande e maravilhosa obra da justificação.
7. É ilegal usá-la para derrubar a doutrina da santificação. Não há poder na lei para justificar ou santificar. O poder tem que vir do Espírito. É por isso que não devemos jamais separar o Espírito da lei ou evangelho. Cada um será incapaz sem o Espírito.
8. É ilegal usá-la meramente como munição em disputas não frutíferas e sem propósitos. Pregadores e professores estarão usando a lei ilegalmente se não ensinarem a Cristo ao ensiná-la.

6

CRISTO E A LEI

...

... Cristo é o Senhor todo Glorioso, o Filho único do Pai, que por toda a eternidade contempla o Pai face a face, que está com Deus e é Deus. Cada palavra do Antigo Testamento é palavra do próprio Deus (2Tm 3.16-17), e Deus é o Deus trinitário – Pai, Filho e Espírito Santo. Assim, todo o Antigo Testamento é palavra de Cristo para nós, assim como palavra de Deus para nós.

Vern Poythress

PARECE-ME QUE NADA HÁ mais agressivo à mente do homem moderno do que a ideia de que algo possa ser absoluto, verdade última e única. Vivemos, afinal, na pós-modernidade, a consumação do relativismo do último século. Segundo o pastor Terry Johnson, no livro *A Doutrina da Graça na Vida Prática*,

Virtualmente, não há nada que esta sociedade condenará, exceto o absolutismo. Tudo é permissível, exceto violações das leis do pluralismo. Nossa sociedade mata em nome da vida, defrauda em nome do amor, rouba em nome da justiça. O relativismo governa. Estamos completamente desprovidos de padrões.⁴²

Essa realidade tomou conta de muitos círculos dentro do cristianismo, sejam eles liberais ou evangélicos. Nos círculos liberais a teoria é uma cópia da prática social. Nos círculos evangélicos, com uma teoria “bíblica”, a prática tem demonstrado um descompromisso quase que absoluto com a lei de Deus. Já analisamos esse aspecto na seção sobre antinomismo e levanto o assunto novamente porque não creio que haja interpretação mais radical da lei do que a interpretação de Jesus. Ele foi radical com relação à lei em todos os seus aspectos. Isso não significa dizer que Jesus foi legalista. São duas coisas bem diferentes. Para nós, pecadores, é complicado ser radical sem ser legalista. Para o Senhor Jesus, a sua tarefa e sua missão: interpretar e viver a lei segundo o

coração do Pai. Frequentemente me encontro defendendo o radicalismo de Jesus, como que pedindo desculpas ao mundo por ele ser tão radical assim, por ser exclusivo, por ser único, por ser “a verdade e a vida” e não “uma verdade entre muitas e um canal de vida entre outros”. O fato é que Jesus usou um padrão para a interpretação que só ele mesmo conhecia na sua plenitude: *sua própria graça*. Não devemos nos esquecer de que é nesse sentido que Jesus chama várias vezes a lei de “sua lei”. Então, a interpretação de Jesus se torna ainda mais radical.

Eu vim cumprir a lei

A interpretação que Jesus faz da lei não é diferente daquilo que ele mesmo é e como se apresenta: radical. Precisamos entender que Cristo satisfaz e cumpriu a lei de forma plena e completa. O exemplo de sua radicalidade está no seu autossacrifício, satisfazendo assim a sua própria justiça como Deus encarnado. Sei que para muitos o termo radical pode parecer ofensivo e certamente politicamente incorreto. Precisamos entender, no entanto, que radical não significa, necessariamente, beligerante e intransigente, mas certamente significa não conformado. Pois, quanto à lei, Jesus não veio revogá-la, mas cumpri-la de maneira radical, sem racionalizações, sem desculpas, até o último detalhe, a fim de que os seus eleitos possam desfrutar de todos os seus benefícios. Um dos discursos de Jesus que deixa isso bem claro é o Sermão do Monte. Ali, Jesus dá a interpretação clara da lei em alguns dos mandamentos.

Como em toda a interpretação das Escrituras, entender o contexto em que Jesus proferiu essas palavras é essencial. O Sermão do Monte foi pregado para um grupo seletivo de discípulos que estavam próximos dele (Mt 5.1-2): “Vendo Jesus as multidões, subiu ao monte, e, como se assentasse, aproximaram-se os seus discípulos; e ele passou a ensiná-los, dizendo...”.

Jesus começou com as bem-aventuranças, chamando de bem-aventurados os humildes, os que choram, os mansos, os que têm fome e sede de justiça, os misericordiosos, os limpos de coração, os pacificadores e os perseguidos. Todos esses temas dizem respeito à verdadeira religião de Israel e podem ser ligados ao ensino do Antigo Testamento. Nada aqui é absolutamente novo. Jesus

desenvolveu o seu “sermão” sobre princípios teológicos da revelação anterior, o Antigo Testamento.

Em Mateus 5.14-16, Jesus confirmou que este ensino era para a comunidade da aliança e só poderia ser entendido por esse grupo:

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa. Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.

Os seus discípulos deveriam entender o papel para o qual Deus os havia chamado, de serem luz e sal, manifestando as qualidades dos “bem-aventurados”, qualidades que são manifestadas por aqueles que, uma vez regenerados e nascidos de novo, vivem na dependência do “Pai que está nos céus”. Todas as “qualidades” são, na verdade, demonstração de dependência e não virtudes humanas.

Não vim para revogar

Nesse ponto Jesus introduziu sua interpretação da lei dizendo: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (v. 17). Cabe a nós interrogarmos a razão pela qual sua audiência pensaria que ele veio para revogar a Lei e os Profetas. Creio que encontramos a resposta em duas questões. (1) Encontramos uma diferença radical entre Jesus e os que eram tidos por “detentores” da verdadeira interpretação da Lei e dos Profetas (uma das formas usadas naquele tempo para designar o Antigo Testamento). Jesus era chamado de “nazareno” (Mt 2.23) e nos círculos religiosos e na boca do povo de Israel corria o seguinte adágio: “De Nazaré pode sair alguma coisa boa?” (Jo 1.46). A origem de Jesus era a “antítese” da religião de Jerusalém. (2) O próprio lugar onde Jesus exercia o seu ministério e ensino, a Galileia dos gentios (Mt 4.15; Is 9.1), era o oposto da tradição ensinada pelos fariseus e escribas em Jerusalém. Era o farisaísmo dominante em Jerusalém contra o paganismo e impureza da Galileia. Esperava-se que esse novo líder religioso, poderoso em palavras (Mt 4.17-22) e atos (Mt 4.23-25),

viesse com uma nova mensagem que em nada fosse semelhante a anterior, um evangelho que ainda não tivesse sido pregado. Mas a boa-nova, o evangelho que Jesus veio ensinar, era a confirmação do evangelho preanunciado a Abraão (Gl 3.8), a confirmação e cumprimento das promessas da aliança encontradas na Lei e nos Profetas:

A seguir, Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco: importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos (Lc 24.44).

Tudo será cumprido

Esperava-se que Jesus ensinasse algo totalmente desvinculado da Lei e dos Profetas que eram, supostamente, a base do ensino dos fariseus. Mas, em vez de ensinar algo revolucionário em termos de conteúdo, ele disse:

... em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra (Mt 5.18).⁴³

Com isso, Jesus começou a mostrar que o seu ensino não se opunha à Lei e aos Profetas, mas à religião hipócrita praticada em Jerusalém pelos fariseus e que, por fim, dominava e influenciava a maneira como o povo praticava a sua religião. Jesus os chamou de “hipócritas”, “sepulcros caiados” e outros adjetivos que qualificam esse tipo de religião externa e não fundamentada na verdade, mas na distorção dela. Na verdade, os fariseus estavam tão longe da Lei e dos Profetas quanto os gentios, tão distantes da santidade do templo quanto os criadores de porcos de Decápolis. Eles haviam enterrado a Lei e os Profetas debaixo de tantos falsos ensinamentos que era impossível encontrá-los.

Para surpresa de sua audiência, nenhum aspecto da lei, mesmo o menor de todos, deixaria de ser cumprido, porque essa é a sua própria lei. Somente por esse caminho é que os discípulos poderiam ser sal e luz. E assim foi. Jesus cumpriu plenamente a lei em todas as áreas, cerimonial, civil e moral, para que seus discípulos pudessem viver abundantemente, não sem a orientação da lei, mas por ela dirigidos:

Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus. Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus (Mt 5.19-20).

Fica muito claro no ensinamento do Senhor que o respeito e o ensino da lei é algo muito sério, e que, ainda que ninguém receba a cidadania do reino por seus méritos, no reino há o “mínimo” e o “grande”. Quando o texto nos fala da justiça que deve exceder em muito a dos escribas e fariseus, certamente encontramos uma referência à substancial diferença entre o padrão de justiça daqueles e o padrão de justiça dos verdadeiros filhos de Deus: a justiça de Cristo crucificado. Enquanto o padrão de justiça dos fariseus era exterior (“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque limpais o exterior do copo e do prato, mas estes, por dentro, estão cheios de rapina e intemperança!” Mt 23.25), o padrão de Cristo é interior (“Bem-aventurados os limpos de coração...” Mt 5.8; “Cria em mim, ó Deus, um coração puro...” Sl 51.10); o padrão de justiça dos fariseus era humano e baseado na justiça própria (“Digo-vos que este [publicano] desceu justificado para sua casa, e não aquele [fariseu]; porque todo o que se exalta será humilhado; mas o que se humilha será exaltado” Lc 18.14), o de Cristo, na justiça de Deus (“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos” Mt 5.6; “Eis o soberbo! Sua alma não é reta nele; mas o justo viverá pela sua fé” Hc 2.4).

Se alguém naquela plateia pensava que os padrões morais seriam diferentes daqueles ensinados na lei e nos profetas, teve nesse momento uma decepção. Mais uma vez ficou claro que o padrão daqueles que vivem no reino está em perfeita harmonia com a lei e deveria exceder o padrão dos escribas e fariseus.

Esta é a correta interpretação

A continuação do sermão de Jesus é a correta interpretação da lei no que diz respeito ao padrão excelente, o padrão do autor da lei. Jesus reinterpreta a lei sobre o homicídio (Mt 5.21-26), adultério (v. 27-32), juramentos (v. 33-

37), retribuição do mal (v. 38-42) e o amor ao próximo. Em todas essas seções, Jesus usou a expressão “Ouvistes o que foi dito... eu porém vos digo”, fazendo um contraste entre a interpretação da tradição e o verdadeiro significado da lei, o significado interior.

Em todos os casos, o significado interior compreende uma visão e uma atitude mais difícil do que a interpretação da tradição. Matar se estende a ter ódio e julgar; o adultério é mais do que a consumação de uma relação sexual fora do casamento, mas a intenção do coração; o juramento por qualquer coisa é sem sentido; a retribuição do mal se converte em dano pessoal; o amor ao próximo se estende ao inimigo. Em nenhum caso temos uma nova lei, mas a correta interpretação da lei conforme pretendida por Deus.

Portanto, desse primeiro texto podemos concluir que:

- Jesus veio cumprir a lei e não revogá-la;
- O cumprimento da lei seria absoluto de sua parte;
- Nenhum aspecto da lei seria invalidado e nada dela passará até que tudo se cumpra, em todos os seus aspectos, quer sejam morais ou civis e cerimoniais; em Cristo tudo se cumpriu;
- A violação da lei e levar alguém à sua violação gera perda;
- O cumprimento da lei gera recompensa;
- O significado da lei vai além da mera letra e aparência externa;
- O padrão de justiça de Deus continua sendo o mesmo padrão do Antigo Testamento;
- O padrão de justiça do crente deve exceder o padrão de justiça exterior.

Em todos os pontos encontramos o padrão do autor da lei para a sua própria interpretação, e esse é o padrão que devemos ter em mente ao ler e estudar a lei de Deus com o fim de aplicá-la em nossa própria vida. A interpretação de Jesus não é novidade para a lei em si. Essa correta interpretação é inerente à própria lei.

Como Cristo obedeceu a lei civil

Além de nos deixar a sua lei e o padrão da graça para a interpretação dela, Jesus nos deixou também o seu exemplo. Por todo o ministério de Jesus o encontramos como um servo da lei. Não há qualquer menção de Cristo quebrando qualquer parte da lei civil. Prova bastante clara é que nem judeus nem romanos encontraram qualquer acusação contra ele. Pilatos mesmo afirmou que nada encontrava e que, portanto, lavava suas mãos do “sangue deste justo” (Mt 27.24). A acusação principal dos sacerdotes e anciãos contra Jesus foi de blasfêmia, ou seja, interpretavam os pronunciamentos de Cristo dessa forma (Mt 26.65), porque em nada mais puderam encontrar falta nele.

Como Cristo cumpriu a lei cerimonial

A lei cerimonial foi claramente cumprida por Jesus em todos os seus termos e detalhes. Como já vimos, a lei cerimonial apontava para Jesus em todos os seus aspectos e ele a cumpriu inteiramente. A Carta aos Hebreus é certamente o tratado mais detalhado do cumprimento de Jesus da lei cerimonial, demonstrando sua submissão aos mínimos detalhes assim como sua superioridade a ela.

Para compreender bem como Cristo cumpriu a lei cerimonial, temos de compreender como ambos se relacionam. A lei cerimonial no Antigo Testamento é basicamente demonstrada a partir do tabernáculo, seu entorno e seus ministros, os sacerdotes. Todas essas coisas eram sombras de uma realidade que apontava para o futuro na História, quando o que era prefigurado seria finalmente revelado. O tabernáculo e o sacerdócio foram a provisão temporal de Deus de uma realidade eterna.

Primeiro, o tabernáculo representava a presença de Deus no meio do seu povo (“... me farão um santuário, para que eu possa habitar no meio deles” Êx 25.8), assim como Jesus é o Emanuel (“... a virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel [que quer dizer: Deus conosco]” Mt 1.23). O Evangelho de João expressa claramente esse princípio quando nos informa que “... o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo

1.14). O verbo habitar significa, literalmente, “tabernacular”. A encarnação do Verbo foi o cumprimento da sombra do tabernáculo.

É interessante que, enquanto o povo habitava em tendas, Deus também “habitava” em uma tenda. Quando os israelitas se estabeleceram na terra e passaram a habitar em casas, Deus comissionou Salomão a lhe construir uma “habitação” semelhante à dos israelitas. No entanto, a própria Escritura nos ensina que “... não habita o Altíssimo em casas feitas por mãos humanas...” (At 7.48), citando o profeta Isaías:

Assim diz o SENHOR: O céu é o meu trono, e a terra, o estrado dos meus pés; que casa me edificareis vós? E qual é o lugar do meu repouso? (66.1).

Ainda que Deus tenha ordenado a construção de ambos, tabernáculo e templo, eles eram apenas uma representação da habitação de Deus, um símbolo do céu. O próprio rei Salomão, ao dedicar o templo, reconhece essa realidade:

... de fato, habitaria Deus na terra? Eis que os céus e até o céu dos céus não te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiquei... Para que os teus olhos estejam abertos noite e dia sobre esta casa, sobre este lugar, do qual disseste: O meu nome estará ali; para ouvires a oração que o teu servo fizer neste lugar. Ouve, pois, a súplica do teu servo e do teu povo de Israel, quando orarem neste lugar; *ouve no céu, lugar da tua habitação*; ouve e perdoa (1Rs 8.27,29-30).

Nem mesmo o céu é suficiente para “conter” a Deus, muito menos uma casa feita por mãos humanas. Ainda assim, Deus se dispôs a habitar entre os homens até que a imagem perfeita de si mesmo viesse a ser manifestada aqui na terra. Segundo o autor de Hebreus, Moisés deveria fazer “... todas as coisas de acordo com o modelo que te foi mostrado no monte” (Hb 8.5b). Deus mostrou a Moisés um padrão, um modelo celestial do tabernáculo que deveria ser reproduzido para simbolizar a habitação de Deus no meio do seu povo. Vários elementos no tabernáculo simbolizavam elementos celestiais, principalmente os querubins no véu da entrada e sobre a arca da aliança. Por meio da nuvem, Deus manifestou a sua presença no tabernáculo (Êx 40.34) e no templo (1Rs 8.10) de uma maneira inconfundível, porém temporária. Em

Cristo, Deus manifestou a sua presença inconfundível de maneira eterna. Cristo cumpriu a lei cerimonial ao se fazer carne e habitar entre nós.

Segundo, vários elementos internos do tabernáculo representavam a Cristo. O modelo do tabernáculo dado a Moisés é detalhado em descrições de medidas, formas, cores e materiais. Os artífices deveriam seguir a descrição dos elementos em todos os seus detalhes e não produzirem de si mesmos os elementos que estariam na “habitação de Deus”. Vou ressaltar seis elementos do tabernáculo que apontam diretamente para a cumprimento de Cristo da lei cerimonial: o altar de bronze, a bacia de bronze, o candelabro, os pães da proposição, o altar do incenso e a arca da aliança. Os dois primeiros ficavam no pátio do tabernáculo; os três próximos ficavam dentro do Santo Lugar e a Arca no Santo dos Santos.

O altar do sacrifício (Êx 27.1-8) ficava logo na entrada do tabernáculo, ao ar livre, e era o primeiro elemento encontrado pelo sacerdote. Nele eram queimados todos os sacrifícios, tanto os diários como os especiais. Sem o sacrifício no altar não era possível seguir adiante e entrar na presença de Deus, simbolizada pela Arca da Aliança, no Santo dos Santos. O altar era um tipo do sacrifício de Cristo pelo qual o sacerdote era autorizado a entrar na presença de Deus. Cristo é o próprio cordeiro sacrificado para tirar o pecado do mundo (Jo 1.29,36), assim como também é o sumo sacerdote (Hb 8.1-5; 9.11).

O próximo elemento que o sacerdote encontrava na sua caminhada até o interior do tabernáculo era a bacia de bronze (Êx 30.18). Ela continha água para a purificação do próprio sacerdote que deveria lavar-se, mãos e pés, antes de oferecer o sacrifício e entrar no Santo Lugar. Sem a lavagem cerimonial apropriada, o sacerdote era considerado impuro e seu sacrifício ineficaz. Entrar no Santo Lugar ou adiante sem a purificação traria morte sobre o sacerdote (Êx 30.20). A bacia tipificava a purificação que Cristo fez pelos nossos pecados, como nos ensina o autor de Hebreus: “...depois de ter feito a purificação dos pecados...” (1.3). Esse foi o pedido de Davi: “Lava-me completamente da minha iniquidade e purifica-me do meu pecado” (Sl 51.2) O que a bacia e os atos nela feitos representavam só poderiam ser de fato cumpridos pelo perfeito sacrifício de Cristo purificando o seu povo. Por isso Hebreus exorta a igreja a se aproximar do Santo dos Santos (Hb 10.19-22):

Tendo (...) irmãos, intrepidez para entrar no Santo dos Santos, pelo sangue de Jesus, pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou pelo véu, isto é, pela sua carne, e tendo grande sacerdote sobre a casa de Deus, aproximemo-nos, com sincero coração, em plena certeza de fé, *tendo o coração purificado de má consciência e lavado o corpo com água pura.*

O candelabro com sete lâmpadas (Êx 25.31-40), a *menorá*, era feito de ouro e adornado com flores, bulbos e amêndoas, tendo o formato de uma árvore. O candelabro simbolizava a Deus como o criador da luz e de todas as coisas. Em Cristo temos a perfeita visão do criador e da luz do mundo:

Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez. A vida estava nele e a vida era a luz dos homens. A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela (Jo 1.3-5).

De novo, lhes falava Jesus, dizendo: Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará nas trevas; pelo contrário, terá a luz da vida (Jo 8.12).

Certamente, Jesus completa a bênção aarônica que invoca o brilho da face de Deus sobre o seu povo (Nm 6.25).

Os pães da proposição ou da presença, colocados no lado oposto ao candelabro dentro do Santo Lugar, falavam da presença de Deus, servindo o seu povo, alimentando-o, protegendo-o e confirmando a sua aliança eterna (Lv 24.8). A presença permanente dos pães servia como uma lembrança da permanente presença e provisão de Deus para o seu povo, lembrando-os também do maná que recebiam diariamente na sua caminhada pelo deserto. Jesus declarou ser ele o que era simbolizado pelos pães da presença ao alimentar a multidão e afirmar:

Em verdade, em verdade vos digo: não foi Moisés quem vos deu o pão do céu; o verdadeiro pão do céu é meu Pai quem vos dá. Porque o pão de Deus é o que desce do céu e dá vida ao mundo. Então, lhe disseram: Senhor, dá-nos sempre desse pão. Declarou-lhes, pois, Jesus: Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede (Jo 6.32-35).

O altar do incenso (Êx 30.1-10) era o último móvel do tabernáculo antes da entrada no Santo dos Santos. Nele não eram sacrificados animais, mas apenas queimados incensos aromáticos. Um dos efeitos práticos da queima do incenso no altar era propiciar uma atmosfera mais agradável no ambiente do santuário por causa dos animais, dos sacrifícios e da queima dos mesmos. Dessa forma, o aroma do incenso servia para lembrar que a presença de Deus no meio do seu povo é agradável. No entanto, pela posição que ocupa diante do véu que dá acesso ao Santo Lugar, o altar parece ser um tipo da intercessão de Cristo no céu, diante do Pai. Jesus é o nosso advogado diante do Pai (1Jo 2.1) e sua intercessão como um aroma suave. Aliás, enquanto o sacerdote queimava o incenso, o povo orava (Lc 1.8-10). Portanto, ainda que o livro de Êxodo não mencione exatamente a função do altar de incenso, podemos identificá-lo como uma representação das orações do povo de Deus. Em Apocalipse 5.8 e 8.3 verificamos a mesma coisa:

... e, quando tomou o livro, os quatro seres vivos e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos...

Veio outro anjo e ficou de pé junto ao altar, com um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso para oferecê-lo com as orações de todos os santos sobre o altar de ouro que se acha diante do trono.

Parece ser essa a maneira como o incenso queimado era entendido tanto no Antigo como no Novo Testamentos (“Suba à tua presença a minha oração, como incenso...” Sl 141.2).

Por último, no interior do Santo dos Santos, temos a Arca da Aliança. Depois de dar a ordem para a construção do tabernáculo, o primeiro elemento a ser construído, por ordem de importância, foi a Arca. Como os outros móveis do tabernáculo, a Arca foi descrita em detalhes e dentro dela estaria o “Testemunho” (Êx 26.16) ou as tábuas da lei (Êx 34.28). Sobre a Arca deveria ser colocado o “propiciatório” de ouro com os dois querubins que o cobriam com suas asas (Êx 25.17-22). Os dois querubins deveriam estar olhando para o propiciatório. A palavra *propiciatório* é a tradução do hebraico *kapporet*, derivada da raiz que significa “fazer propiciação”, um sacrifício para a obtenção

de perdão. No chamado *yom kippur*, Dia da Expição, o sacerdote adentrava ao Santo dos Santos para aspergir o sangue de um novilho sobre o propiciatório, simbolizando assim o perdão de pecados (Lv 16.13-15). Na Carta aos Romanos o apóstolo Paulo afirma:

... todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como *propiciação*, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos (Rm 3.23-25).

Nesse texto, assim como em 1João 2.2 e 4.10, Jesus é apresentado como a propiciação, o sacrifício pelos pecados dos eleitos. Em Hebreus 2.17 ele é apresentado como o sacerdote que faz o sacrifício:

... convinha que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo.

Em todos os aspectos possíveis de se abordar, Cristo cumpriu de modo pleno e absoluto a lei cerimonial, quer no tabernáculo, nos sacrifícios ou como o sumo sacerdote. Ao mesmo tempo, Jesus corrigiu as distorções na interpretação da lei mostrando que muitas delas eram fruto da hipocrisia dos homens, como na expulsão dos vendilhões do templo (Jo 2.13-17) e na questão do Corbã (Mc 7.9-13).

Como Cristo viveu a lei moral

Segundo a descrição nos livros de Êxodo e Levítico, quando o sacerdote comparecia para realizar os sacrifícios pelo povo, ele tinha de primeiro realizar um sacrifício pelos seus próprios pecados. Ele mesmo era um pecador e certamente havia quebrado um ou mais aspectos da lei de Deus (Lv 16.6; cf. Hb 5.3; 9.7). Os sacerdotes da linhagem levítica eram pecadores e carentes do mesmo sacrifício que apresentavam. O sacerdócio de Cristo, no entanto, é de outra linhagem, é sacerdócio perfeito! Vários textos do Novo Testamento vão

atestar o fato de Jesus nunca ter pecado, ainda que tenha sido tentado em todas as coisas:

... não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, *mas sem pecado* (Hb 4.15).

Com efeito, nos convinha um sumo sacerdote como este, *santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores* e feito mais alto do que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro, por seus próprios pecados, depois, pelos do povo; porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu (Hb 7.26-27).

... para isto mesmo fostes chamados, pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos, *o qual não cometeu pecado*, nem dolo algum se achou em sua boca (1Pe 2.21-22).

Sabeis também que ele se manifestou para tirar os pecados, *e nele não existe pecado* (1Jo 3.5).

Certamente Cristo obedeceu a lei civil, cumpriu a cerimonial e viveu plenamente a lei moral do Pai. Essa é a base para a imputação da justiça de Cristo sobre os eleitos. Tendo ele cumprido perfeitamente a lei, em todos os seus aspectos, morreu sem merecer a morte para que seu povo pudesse ser salvo. Ele recebeu o salário do pecado (Rm 6.23) sem tê-lo cometido, para que pudesse assim resgatar da morte aqueles que a merecem.

Jonhson resume o material sobre Cristo e a lei no pensamento de Calvino do seguinte modo:

O ponto principal, claro, é que Cristo cumpriu a lei em todos os aspectos, seja no vivê-la, no submeter-se à maldição da lei para satisfazer sua exigência de punição dos transgressores, ou restabelecendo sobre outras bases a possibilidade de cumprir aquilo que a lei requer. Cristo, em outras palavras, satisfaz tudo o que a lei exigiu ou pode vir a exigir da humanidade. A justificação que estava associada à lei agora pertence completamente a Cristo.⁴⁴

Portanto, nossa obediência à lei não acontece e não pode acontecer sem Cristo. Tentar viver debaixo da lei, sem Cristo, é submeter-se à escravidão.

Porém, obedecer à lei com Cristo é prazer e vida. Também, nesse sentido, Cristo é o fim da lei.

Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele (Jo 14.21).

Cristo é a substância da lei moral

Em seu artigo intitulado “*Preaching Christ from the Decalogue*”⁴⁵ [Pregando a Cristo a partir do Decálogo], John Frame caracteriza como Jesus é a substância da lei moral e como devemos pregar a Cristo quando guardamos a lei moral. Frame sintetiza assim:

- (a) O primeiro mandamento nos ensina a adorar a Jesus como o único Senhor, Salvador e mediador (At 4.12; 1Tm 2.5).
- (b) No segundo mandamento, Jesus é a imagem perfeita de Deus (Cl 1.15; Hb 1.3). Nossa devoção a ele impede a adoração de qualquer outra imagem.
- (c) No terceiro mandamento, Jesus é o nome de Deus, o nome ao qual todo joelho se dobrará (Fp 2.10-11; cf. Is 45.23).
- (d) No quarto mandamento, Jesus é o nosso descanso sabático. Na sua presença paramos todos os nossos afazeres diários para ouvir sua voz (Lc 10.38-42).
- (e) No quinto mandamento, nós honramos a Jesus que nos trouxe como seus filhos (Hb 2.10) à glória.
- (f) No sexto mandamento nós o honramos com a vida (Jo 10.10; 14.6; Gl 2.20; Cl 3.4), como Senhor da vida (At 3.14) e como aquele que deu a sua vida de modo que nós possamos viver (Mc 10.45).
- (g) No sétimo mandamento nós o honramos como o noivo que se deu para nos lavar, para nos fazer puros, uma noiva sem mancha (Ef 5.22-23). Nós o amamos como nenhum outro.
- (h) No oitavo mandamento nós honramos Jesus como nossa herança (Ef 1.11) e como aquele que provê para todas as necessidades do seu povo, neste mundo e além.

- (i) No nono mandamento nós o honramos como a verdade de Deus (Jo 1.17; 14.6), em quem todas as promessas de Deus são “amém” (2Co 1.20).
- (j) No décimo mandamento nós o honramos como nossa completa suficiência (2Co 3.5; 12.9) para satisfazer tanto as nossas necessidades externas quanto os desejos renovados do nosso coração.

Cristo, a lei e a evangelização

Existe algum papel para a lei na evangelização? Tenho certeza de que a pergunta pode até surpreender a alguns. Mas a resposta é: *certamente existe*. Aliás, a evangelização, a profissão da fé, é uma lei segundo Mateus 28.18-20:

Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século.

Nessas últimas palavras de Jesus, segundo o registro de Mateus, encontramos abundância de material legal. Primeiro, encontramos Jesus reafirmando a sua autoridade como legislador: “toda a autoridade me foi dada”. Baseado nessa autoridade, ele ordena aos seus discípulos fazerem discípulos, batizando-os e ensinando-os. Observe que parte da tarefa de fazer discípulos é exatamente ensinar a lei de Jesus: “ensinando-os a guardar as coisas que vos tenho ordenado”. O que Jesus faz aqui não são pedidos de um irmão a outro, mas ordens claras de um Senhor a seus servos. Essas ordens são objetivas e diretas, tem força de lei e devem ser obedecidas. Essa última lei deixada pelo Senhor vem acompanhada de sua bendita promessa, a sua maravilhosa companhia, até a consumação dos séculos.

Mas existe algum papel para a lei no processo de se pregar o evangelho de Cristo e fazer discípulos? Certamente há. Como já vimos, a lei informa, admoesta e condena. Sem a compreensão do estado de morte e condenação em que o homem se encontra, esse não poderá também compreender a graça e a salvação de Jesus. Essa é a descrição do “primeiro uso da lei”. Antes de

ensinarmos João 3.16, é necessário que o homem saiba por que Deus enviou o seu Filho ao mundo e por que é necessário que nele se creia. A consciência plena do pecado e da queda se faz evidente diante da lei. Portanto, diante da lei, o pecador é confrontado com seu pecado e com a forma como desagrada ao Criador do universo.

Segundo João 16.8, a obra do Espírito Santo é a de convencer o mundo “do pecado, da justiça e do juízo”. Pecado, justiça e juízo só fazem sentido diante da lei de Deus. Sem lei, não haveria pecado ou condenação. Convencer não significa “converter”. O convencimento do pecado antecede a conversão, mas vem depois da regeneração. Segundo o texto, o pecado “central” é a falta de fé: “do pecado, porque não creem em mim” (Jo 16.9). O Espírito Santo trabalha na mente e coração do não convertido mostrando-lhe o seu estado de pecado e miséria. O “maior” pecado do ser humano é não crer em Deus, a negação do primeiro mandamento: “Eu sou o SENHOR teu Deus... não terás outros deuses diante de mim”. Portanto, convencer o mundo do pecado envolve a manifestação da lei de Deus no contexto de sua aliança. Certamente, a primeira obra é do Espírito Santo, que convence do pecado por meio da própria lei de Deus.

Quando o texto diz que o Espírito Santo vem para convencer da justiça, refere-se à justiça de Cristo que é aplicada pelo Espírito sobre os crentes. Cristo satisfazendo a justiça divina na cruz é a primeira mensagem do evangelho. Uma vez convencidos do pecado, confrontados com a santa lei de Deus, o homem carece de justificação porque não pode justificar a si mesmo. Observe como Paulo fala o mesmo sobre os judeus em Romanos 10.2-7:

... lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus, porém não com entendimento. Porquanto, desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à que vem de Deus. Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê. Ora, Moisés escreveu que o homem que praticar a justiça decorrente da lei viverá por ela. Mas a justiça decorrente da fé assim diz: Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos.

O homem é convencido da justificação em Cristo por meio do Espírito Santo que lhe mostra qual é o fim da lei e a justiça decorrente da fé. Mas o que é, afinal, a justificação? A justificação é a imputação da justiça de Cristo sobre os eleitos. E como Cristo obtém esse direito? Ele toma forma humana e é obediente a toda lei de Deus, debaixo do pacto de obras.

A última tarefa do Espírito Santo apontada pelo texto é a de convencer do “juízo, porque o príncipe deste mundo já está julgado”. Novamente um termo legal é usado. Todo julgamento é feito com base na lei que regula um relacionamento. O “príncipe deste mundo”, Satanás, foi julgado com base na maldição proferida contra ele e sua descendência e por isso a salvação em Cristo é possível.

Podemos concluir que:

- A pregação do evangelho é uma lei de Deus;
- O Espírito Santo usa a lei para deixar claro o pecado daqueles a serem salvos;
- Devemos conhecer bem a lei de Cristo, Antigo e Novo Testamentos, para a pregação eficaz do evangelho.

A LEI E A SANTIFICAÇÃO

...

... segundo é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos em todo o vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque eu sou santo.

Apóstolo Pedro

“SEDE SANTOS PORQUE eu sou santo”. Não há como negar que a vontade de Deus é ter para si um povo santo, separado, não contaminado com a impureza do pecado. O autor de Hebreus nos diz que sem a santificação não se pode ver a Deus:

Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor (Hb 12.14).

Com certeza, ao escrever essas palavras o autor tinha em mente o processo de purificação pelo qual o sacerdote passava no tabernáculo para que pudesse entrar na presença do Deus Santo, do fogo consumidor (Hb 12.29). Se o sacerdote estivesse impuro, certamente morreria (Êx 30.20-21). No entanto, essa purificação ou santificação era meramente cerimonial. A purificação com água era apenas um símbolo da verdadeira santificação que o Espírito Santo traz sobre o crente. Somente o Espírito Santo pode santificar!

... devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela *santificação do Espírito* e fé na verdade (2Ts 2.13).

Observe que no texto acima o apóstolo Paulo fala de eleição para a salvação através de dois elementos: a fé na verdade e a santificação do Espírito. Na Teologia Reformada a salvação é uma obra aplicada exclusivamente pelo Espírito Santo, sem qualquer cooperação humana. Somente o Espírito Santo

pode levantar o incrédulo de sua morte espiritual, regenerando-o, trazendo-lhe a vida. Ainda segundo Paulo, a própria regeneração é um lavar pelo Espírito,

... não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo (Tt 3.5).

É por essa razão que Paulo não hesita em chamar os crentes de santos, porque somos santificados pelo Espírito e aceitos na presença de Deus através da obra de Cristo.

É preciso, no entanto, compreender que há uma diferença entre a justificação que recebemos e a santificação que devemos desenvolver. A justificação diante de Deus é um *status* permanente que recebemos em Cristo. Ele morreu em nosso lugar para que fôssemos considerados justos diante do Pai. Esse *status* não pode ser mudado, é obra exclusiva de Cristo, completa e perfeita, realizada de uma vez por todas. Já a santificação não apresenta as mesmas condições. Enquanto a justificação é realizada totalmente fora dos crentes, a santificação é uma obra interna, incompleta, contínua e cooperativa. É por isso que Paulo diz:

... amados meus, como sempre obedecestes, não só na minha presença, porém, muito mais agora, na minha ausência, desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade (Fp 2.12-13).

Segundo esse texto, a santificação (desenvolver a salvação) é uma obra que depende, em certa medida, do crente, da sua atitude (temor e tremor) e da sua obediência. O modelo de obediência evocado por Paulo é nada mais nada menos do que a própria obediência de Cristo (Fp 2.8).

E aqui chegamos a uma questão central em toda a nossa abordagem: obediência a que? Ora, certamente obediência a Cristo, a sua Palavra e a sua lei. E qual é a lei de Cristo, senão a própria lei de Deus? É caminhar contra todo o ensino das Escrituras tentar dizer que a lei de Cristo é uma lei diferente da lei da Trindade (cf. 1Co 9.21; Gl 6.2). O próprio Senhor Jesus nos ensina que aquele que o ama guarda os seus mandamentos:

Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele (Jo 14.21).

Amar a Deus e guardar os mandamentos são duas coisas que andam juntas. Assim a própria lei expressa no segundo mandamento, quando une a obediência e o amor – “e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos” (Êx 20.6). O mandamento primário de toda a lei é “amar a Deus de todo o coração”, ou, não ter outros deuses. A mesma força e ênfase encontramos em Deuteronômio 11.1:

Amarás (...) o SENHOR, teu Deus, e todos os dias guardarás os seus preceitos, os seus estatutos, os seus juízos e os seus mandamentos.

Podemos dizer que nosso amor a Deus é expresso em nossa obediência, o que nos leva à santificação. Era assim que o leitor do Antigo Testamento entendia essa questão: amor expresso em obediência. Considere o caso de um israelita regenerado. Esse indivíduo, amando ao seu Senhor, se colocava alegremente em obediência à lei, em todos os seus aspectos, civil, cerimonial e moral. Com grande expectativa realizava o seu trabalho semanal, sabendo que no meio do seu povo Deus habitava. Enfrentava com gratidão as restrições que a lei cerimonial lhe impunha, sabendo que elas representavam a promessa de Deus. Ele sabia que se quebrasse os mandamentos teria os seus pecados perdoados pelo Senhor, e, se pecasse novamente, poderia retornar para um novo sacrifício. Mesmo que fosse por algum motivo cerimonial considerado impuro, haveria outra oportunidade de ir ao templo. Ele sabia que “a misericórdia do Senhor dura para sempre” e que ela era renovada a cada manhã com os sacerdotes realizando o seu trabalho no templo, no sacrifício da manhã (Lm 3.22-23). E, ainda que tivesse que ir mais uma vez ao templo para a renovação do sacrifício, ia com gratidão a Deus, aguardando sempre aquele dia em que estas repetições não mais fossem necessárias, aguardando o resgate final do Messias. No seu dia a dia orava ao Senhor e o bendizia por todas as boas coisas que recebia de suas mãos. Junto com sua família cultuava a Deus diariamente, assentado e no caminho, ao levantar e ao deitar, ao sair e ao entrar. A lei de Deus era parte de seu cotidiano. Ele a guardava de tal modo

que podia nela meditar de dia e de noite, e assim, tomar decisões e atitudes baseado no conselho de Deus. Ele amava a Deus e assim manifestava o seu amor.

Mas também havia o israelita não regenerado. Ele vivia em meio a uma sociedade com determinados valores que, no seu íntimo, não conhecia, porque na verdade, em seu coração, tinha outros deuses. Alguns desses israelitas se amoldavam aos costumes e, sem arrependimento de pecados, iam ao templo, ofereciam sacrifícios e pareciam, formalmente, como todos os demais. Alguns não criam que o sacrifício era um símbolo e achavam que o perdão era proveniente do sangue de animais. Alguns até louvavam a Deus com os lábios, mas não havia a sinceridade no coração. No início era até interessante ver aquelas cerimônias, mas depois de um tempo, parecia que todo aquele derramamento de sangue era algo sem propósito, interminável. Tentavam se autojustificar, encobrendo os seus pecados com um comportamento restrito e obedecendo a letra da lei. Não amavam a Deus, mas tentavam obedecer à lei. Já outros se desviaram completamente, praticando a idolatria de forma aberta. Pouco se importavam com a lei de Deus. Esses traziam para o meio do povo novas ideias e práticas e afrontavam toda a lei.

Afinal, o regenerado obedecia a lei porque amava a Deus. A sua santificação em amor acontecia enquanto obedecia ao seu Senhor. Ele não obedecia somente exteriormente.

Creio que a situação do crente depois da vinda de Cristo não é radicalmente diferente. A diferença básica está no tipo de lei que ainda permanece sobre nós. Não temos mais uma lei cerimonial para obedecer porque Cristo a cumpriu totalmente. Mas temos a lei moral de Deus pela qual podemos desenvolver, em temor e tremor, a nossa santificação. Como o antigo israelita, temos certeza de que o nosso pecado é perdoado, e diferentemente, não precisamos voltar ao templo para mais uma vez apresentar o sacrifício.

Pode a lei santificar? *A resposta clara é não.* A lei não tem qualquer poder em si mesma para trazer santidade ao crente. Ela nos serve como orientação para uma vida santa e reta? *Claro que sim.* Talvez a tarefa mais difícil para nós

seja identificar com clareza os limites entre a obediência à lei de Deus e a nossa própria lei ou tradição.

COMO ENTENDER O “OLHO POR OLHO E DENTE POR DENTE”?

• • •

EXISTE UMA IMPRESSÃO POPULAR que interpreta a conduta ética de Deus no Antigo Testamento como sendo diferente daquela manifesta no Novo Testamento. Essa visão é típica do dispensacionalismo na sua forma mais antiga e popular, que advoga uma descontinuidade radical entre os testamentos.

Um exemplo típico é a promulgação da seguinte lei no Antigo Testamento:

... se houver dano grave, então, darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe (Êx 21.23-25).

Segundo a visão de separação radical entre a lei do Antigo Testamento e a do Novo Testamento Jesus teria mudado essa lei:

Ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra; e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa. Se alguém te obrigar a andar uma milha, vai com ele duas (Mt 5.38-41).

Alguns advogam que Jesus está aqui propondo uma mudança na ética divina. A partir desse ponto, Deus proíbe a vingança que era proposta no Antigo Testamento. Entretanto, a partir da visão já exposta neste livro sobre a continuidade da lei, é impossível que Deus mude seu posicionamento ético uma vez que ele é fruto da sua moral. O pressuposto fundamental aqui assumido é que, como revelação progressiva de Deus, Antigo e Novo Testamentos não podem se contradizer, uma vez que são parte da revelação orgânica do único Deus verdadeiro. Logo, como entender esta questão?

A origem e motivação para essa lei

Essa lei é conhecida nos meios jurídicos como *Lex Talionis* (*lex*, “lei” e *talís*, “tal, de tal tipo”) e consiste na justa reciprocidade do crime e da pena e é frequentemente simbolizada pela expressão “olho por olho, dente por dente”. O Código de Hamurabi, escrito em acádio ou babilônio antigo (1750–1730 a.C.), tratando sobre delitos e penas, traz um conceito similar ao texto de Êxodo 21.1:

196º – Se alguém arranca o olho a um outro, se lhe deverá arrancar o olho.

197º – Se ele quebra o osso a um outro, se lhe deverá quebrar o osso.

200º – Se alguém parte os dentes de um outro, de igual condição, deverá ter partidos os seus dentes.

202º – Se alguém espancar outro mais elevado que ele, deverá ser espancado em público sessenta vezes, com o chicote de couro de boi.

206º – Se alguém golpeia outro em uma rixa e lhe faz uma ferida, ele deverá jurar: “Eu não o golpeei de propósito”, e pagar o médico.

209º – Se alguém atinge uma mulher livre e a faz abortar, deverá pagar dez siclos pelo feto.

210º – Se essa mulher morre, se deverá matar o filho dele.⁴⁶

Ainda que as penas estabelecidas e aplicadas pelo Código de Hamurabi pareçam severas e até cruéis, o princípio por trás da lei é o de trazer equilíbrio entre crime e penalidade. O mal causado a alguém deve ser proporcional ao castigo imposto: para tal crime, tal e qual a pena. Esse Código é o mais famoso e reconhecido código legal antigo, consagrando

... um rol de direitos comuns a todos os homens, tais como a vida, a propriedade, a honra, a dignidade, a família, prevendo, igualmente, a supremacia das leis em relação aos governantes.⁴⁷

Mesmo sendo o Código de Hamurabi anterior ao registro do Pentateuco (1500–1400 a.C.), creio que a universalidade do princípio da Lei de Talião seja anterior ao próprio Código de Hamurabi, por ser um princípio da lei divina. Isso se observa, por exemplo, no livro de Gênesis, que serve como o contexto histórico cultural em que a lei é finalmente registrada e aplicada à nação de Israel.

Que evidências internas temos para essa asseveração? Observamos, antes mesmo do período de Moisés, quando a lei foi registrada, que vários tipos de leis divinamente outorgadas já eram conhecidas e praticadas pelos patriarcas. O exemplo de Gênesis 26.5 é um caso claro. O texto diz: “... porque Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus *mandados*, os meus *preceitos*, os meus *estatutos* e as minhas *leis*”.

Veja que o autor tem a completa liberdade para usar vários termos técnicos que são empregados para discriminar a legislação mosaica: mandados, preceitos, estatutos e leis. Os estudiosos que desconsideram a autoria mosaica usam textos como esse para afirmar que a composição do Pentateuco é tardia, já no século 6º a.C., e que, portanto, é natural que o suposto autor ou compilador do texto tivesse usado alguma tradição, colocando-a na boca de Deus. No entanto, considerando que a autoria substancial do Pentateuco por parte de Moisés é autêntica, podemos inferir que a lei mosaica, além de ser de origem divina, é o registro de uma lei que já fora dada por Deus anteriormente. Essa lei não só era anteriormente conhecida e praticada pelos descendentes dos patriarcas na linha abraâmica, mas também era conhecida e praticada em vários dos seus aspectos por diversos povos do Antigo Oriente Próximo. Isso se explica por sua origem comum, Deus. Por esse viés é que vários princípios da lei estão presentes em códigos tão antigos de outras culturas e sociedades próximas. Esse contexto legal aparece amplamente nos conceitos pactuais presentes em vários tratados hititas, egípcios e assírios, encontrando paralelos formais na Torá.⁴⁸

No contexto específico de Gênesis, parece que a narrativa dos descendentes de Caim, descrita no capítulo 4, fornece o contexto imediato e objetivo para a aplicação da Lei de Talião:

Lameque tomou para si duas esposas: o nome de uma era Ada, a outra se chamava Zilá. Ada deu à luz a Jabal; este foi o pai dos que habitam em tendas e possuem gado. O nome de seu irmão era Jubal; este foi o pai de todos os que tocam harpa e flauta. Zilá, por sua vez, deu à luz a Tubalcaim, artífice de todo instrumento cortante, de bronze e de ferro; a irmã de Tubalcaim foi Naamá. E disse Lameque às suas esposas: Ada e Zilá, ouvi-me; vós, mulheres de Lameque, escutai o que passo a dizer-vos: Matei um homem porque ele me feriu; e um rapaz porque me pisou.

Sete vezes se tomará vingança de Caim, de Lameque, porém, setenta vezes sete (Gn 4.19-24).

No início do capítulo 4, por ocasião do assassinato de Abel, Deus reclama para si todo o direito de vingança, por ser o dono da vida (“A voz do sangue de teu irmão clama da terra a mim” Gn 4.10), proibindo que se tome vingança de Caim (“... qualquer que matar a Caim será vingado sete vezes. E pôs o SENHOR um sinal em Caim para que o não ferisse de morte quem quer que o encontrasse” Gn 4.15). No episódio específico de Lameque, filho de Caim, fica clara a ação dele, agindo de maneira vingativa e desproporcional: Lameque exigiu uma vida por uma ferida e outra por uma pisadura. Ele tira a vida de um homem e de um menino⁴⁹ por motivos fúteis. Não só isto, mas o texto também mostra um contexto de vanglória e jactância, quando Lameque declara-se vingador e matador diante de suas esposas. No discurso desse descendente de Caim fica óbvio que a vingança toma proporções aterradoras (“Sete vezes se tomará vingança de Caim, de Lameque, porém, setenta vezes sete”).

Dentro desse contexto, a necessidade de equilíbrio é declarada por Deus por meio do “olho por olho e dente por dente”, a saber, uma proporcionalidade entre o mal causado e a resposta a esse mal. Assim, a Lei de Talião é dada para regular as relações sociais desequilibradas em diversos âmbitos, tais como crimes e acidentes contra a pessoa, a comunidade ou mesmo a propriedade. Caso não houvesse lei reguladora, esses processos acabariam em ciclos criminosos de vingança e opressão dos socialmente mais fracos, com respostas desproporcionais e injustas.

Esse texto ilustra o ambiente de crescente violência após a queda e o tipo de “ordem” que se impunha em meio a uma cultura de homens debaixo da escravidão do pecado. O dano era pago com vingança de caráter pessoal e a ordem social tendia a se deteriorar, como de fato aconteceu. Em Gênesis 6, o autor faz uma avaliação da situação:

Viu o SENHOR que a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração; então, se arrependeu o SENHOR de ter feito o homem na terra, e isso lhe pesou no coração (Gn 6.5-6).

Em curto espaço da narrativa o tema da violência se repete para mostrar a tendência do coração humano depois da queda, sua inclinação para a maldade e agressividade. Mesmo muito tempo depois do dilúvio e de encontrarmos na narrativa uma ordem social mais desenvolvida, temos exemplos da continuidade da reação violenta e desproporcional. Em Gênesis 34 lemos:

... os filhos de Jacó, por causa de lhes haver Siquém violado a irmã, Diná, responderam com dolo a Siquém e a seu pai Hamor e lhes disseram: *Não podemos fazer isso, dar nossa irmã a um homem incircunciso*; porque isso nos seria ignomínia (Gn 34.13-14).

A narrativa descreve o caso de Siquém, filho de Hamor, que se enamorou de Diná, filha de Jacó, a seduziu e manteve relações sexuais com ela. Segundo a narrativa, não foi um caso de estupro, mas um caso de relação sexual fora do contexto do casamento, o que, segundo a lei, tornava a pessoa impura.⁵⁰ Para esses casos a prescrição da lei de Deuteronômio era justamente o casamento:

Se um homem achar moça virgem, que não está desposada, e a pegar, e se deitar com ela, e forem apanhados, então, o homem que se deitou com ela dará ao pai da moça cinquenta siclos de prata; e, uma vez que a humilhou, lhe será por mulher; não poderá mandá-la embora durante a sua vida (Dt 22.28-29).

Foi justamente isto que Hamor propôs: tomar Diná por sua esposa (“dai-me, porém, a jovem por esposa” Gn 34.12). Os irmãos dela, no entanto, encontraram um impedimento legal para o casamento, conforme o verso 14. Todavia, fica claro na narrativa que suas intenções não estavam na obediência da lei, mas na busca de vingança pessoal (responderam com dolo). Sua proposta, então, foi que os homens da tribo passassem pelo rito da circuncisão, eliminando-se o problema legal para que o relacionamento se consumasse, o que foi aceito:

Ao terceiro dia, quando os homens sentiam mais forte a dor, dois filhos de Jacó, Simeão e Levi, irmãos de Diná, tomaram cada um a sua espada, entraram inesperadamente na cidade e mataram os homens todos. Passaram também ao fio da espada a Hamor e a seu filho Siquém; tomaram a Diná da casa de Siquém e saíram. Sobrevieram os filhos de Jacó aos mortos e saquearam a cidade, porque sua irmã fora violada (Gn 34.25-27).

Os irmãos de Diná, Simeão e Levi, tomaram em suas mãos a vingança, matando toda aquela população por conta de um caso de sedução. Jacó os repreende severamente por esse ato de vingança cruel na profecia ao final do livro de Gênesis:

Simeão e Levi são irmãos; as suas espadas são instrumentos de violência. No seu conselho, não entre minha alma; com o seu agrupamento, minha glória não se ajunte; porque no seu furor mataram homens, e na sua vontade perversa jarretaram touros (Gn 49.5-6).

Esses dois exemplos ilustram a maneira como o livro de Gênesis descreve o contexto em que a Lei de Talião é estabelecida, sendo posteriormente registrada no Código da Aliança, em Êxodo 21.

O contexto de aplicação da Lei de Talião no Antigo Testamento

Como vimos, a Lei de Talião vem colocar limites a uma desenfreada escalada de vingança desproporcional dentro do contexto histórico da narrativa do Pentateuco. Encontramos o eco dessa lei em algumas culturas do Antigo Oriente Próximo (especificamente da Babilônia antiga, no código de Hamurabi). Ao contrário da impressão inicial, o texto de Êxodo que registra a Lei de Talião, quando lido no contexto sociocultural apropriado, não ensina ou estimula a vingança violenta, mas traz um princípio regulador dentro das sociedades e culturas em desenvolvimento naquela época.

Assim, sendo um preceito de caráter moral⁵¹ com aplicação civil, a Lei de Talião vem responder a uma necessidade urgente de disciplinar as relações sociais diante da pecaminosidade humana. Esse princípio desenvolveu-se em princípio universal que pode ser verificado amplamente em códigos penais das nações modernas. O conceito é o de que a punição por um determinado crime ou delito não pode ser desproporcional ao ato cometido, ou seja, não se pode tomar vida por dente ou mão por olho e assim por diante. É o princípio da proporcionalidade entre o crime ou mal causado e a pena do crime ou retribuição do mal.⁵²

Logo, o que muitos entendem ser um ato de vingança pura e simples é, na verdade, um ato de retribuição necessária, tanto como punição para o

indivíduo que comete o crime quanto para o ambiente social, visando prover meios para a reeducação do criminoso e também inibir outros delitos. Considerando que se trata de aplicação da lei aos cidadãos, deveria ser aplicada no contexto das instituições civis da época (nas tribos, associações tribais, monarquias, etc.), desestimulando assim a vingança pessoal e estabelecendo os limites da retribuição para as autoridades que aplicavam a lei e julgavam as causas de seus governados.

Podemos inferir que toda lei divina tem um caráter moral, mas, no que tange a aspectos civis e cerimoniais, sua aplicabilidade é temporal e limitada. Essa divisão da lei em categorias se dá por razões pedagógicas, uma vez que a legislação mosaica foi registrada de maneira orgânica e não sistemática.⁵³ Dentro do contexto da lei moral de Deus, toda a lei foi dada com o intuito de ser utilizada pela nação israelita, mesmo que seu valor seja aplicável à humanidade. Verificamos que, por explícita ordem de Deus, aspectos da aplicação civil e cerimonial cessaram com a vinda de Cristo, mas nunca o seu valor moral.

Cabe ressaltar que o processo de aplicação da lei é sempre contrário ao espírito de revanche ou desforra entre partes envolvidas em algum crime e à manifestação de ódio e o desejo de “fazer o outro sofrer porque sofreu”. Ao contrário, os conceitos de “vingança” e do “vingador de sangue”, aplicados, por exemplo, na pena capital, são legítimos, onde alguém reivindica aquilo que lhe pertence por direito, e, no caso, Deus reivindica a vida que lhe pertence ordenando tirar a vida daquele que assassinou.⁵⁴ Essa ideia também está ligada ao conceito de “zelo” que é o sentimento de preservação daquilo que pertence a alguém. Deus é zeloso daquilo que lhe é peculiar, incluindo a vida humana, da qual ele exige o devido preço:

Certamente, requererei o vosso sangue, o sangue da vossa vida; de todo animal o requererei, como também da mão do homem, sim, da mão do próximo de cada um requererei a vida do homem. Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem (Gn 9.5-6).

A Escritura fala de “ira santa”, o que expressa o conceito de que sentimentos normalmente entendidos como essencialmente “maus” nem

sempre o são. O anseio da vingança não é ilegítimo, mas Deus o regula em virtude da condição de pecado do homem e coloca a si mesmo e ao Estado como legítimos vingadores.

O mesmo princípio da proporcionalidade é aplicado em se tratando de outros crimes e delitos. Por exemplo, o estabelecimento do princípio geral encontra-se na lei moral afirmando “Não furtarás” (lei apodíctica), mas sua aplicação aparece de maneira casuística⁵⁵ na lei civil, como em Êxodo 22, que trata de vários tipos de delitos (v. 1-9):

Lei casuística – descrição do delito (Êx 22.1-9)	Lei apodíctica – princípio aplicado
1. Se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha. ^a	– restituição proporcional / 8º mandamento
2. Se um ladrão for achado arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue.	– direito à defesa da propriedade / 8º mandamento – direito à defesa da vida / 6º mandamento
3. Se, porém, já havia sol quando tal se deu, quem o feriu será culpado do sangue; neste caso, o ladrão fará restituição total. Se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto.	– restituição total – a escravidão para o pagamento da dívida do furto – restituição e proteção da vida / 6º mandamento.
4. Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro.	– restituição proporcional (o bem intacto mais os danos pela perda). Observe o contraste com o verso 1, no caso de o bem não ser mais restituível / 8º mandamento.
5. Se alguém fizer pastar o seu animal num campo ou numa vinha e o largar para comer em campo de outrem, pagará com o melhor	– restituição proporcional e responsabilidade sobre

do seu próprio campo e o melhor da sua própria vinha.	propriedade / 8º mandamento.
6. Se irromper fogo, e pegar nos espinheiros, e destruir as medas de cereais, ou a messe, ou o campo, aquele que acendeu o fogo pagará totalmente o queimado.	– restituição e defesa da propriedade / 8º mandamento.
7. Se alguém der ao seu próximo dinheiro ou objetos a guardar, e isso for furtado àquele que o recebeu, se for achado o ladrão, este pagará o dobro.	– restituição proporcional / 8º mandamento
8. Se o ladrão não for achado, então, o dono da casa será levado perante os juízes, a ver se não meteu a mão nos bens do próximo.	– direito à defesa / 9º mandamento
9. Em todo negócio frauduloso, seja a respeito de boi, ou de jumento, ou de ovelhas, ou de roupas, ou de qualquer coisa perdida, de que uma das partes diz: Esta é a coisa, a causa de ambas as partes se levará perante os juízes; aquele a quem os juízes condenarem pagará o dobro ao seu próximo.	– restituição proporcional e direito a defesa / 8º mandamento.

Observe que em todas essas leis encontramos um conceito moral, a proporcionalidade entre o crime e a pena, a retribuição direta ao ofendido pelo crime, assim como o direito de defesa do acusado, em todas elas considerados os agravantes e atenuantes. Essas leis deveriam ser aplicadas dentro da comunidade pelas autoridades constituídas em favor da vítima do crime. Como resultado final esperava-se que: 1) a vítima do crime fosse vingada, 2) a comunidade recebesse o benefício da segurança e 3) aquele que cometeu algum crime contra pessoa ou propriedade pudesse, ao final, ser plenamente restaurado na sociedade. Em todas essas leis fica muito clara a ideia, tanto para a sociedade em geral como para particulares perpetradores do mal, que “o crime não compensa”.

A Lei de Talião nas palavras de Jesus

Considerando que boa parte das interpretações a respeito da relação entre os testamentos segue uma linha de descontinuidade, observa-se um entendimento frequente relativo à Lei de Talião no sentido de que Jesus teria encerrado a aplicação dela ao declarar: “Ouvistes o que foi dito... eu, porém, vos digo...”. No entanto, tendo a Lei de Talião uma base moral, essa frase de Jesus precisa ser compreendida dentro do seu contexto mais amplo, como explicado no capítulo 6, *Cristo e a lei*.

Devemos lembrar que o texto aparece no Sermão do Monte e que por cinco vezes a mesma expressão de antítese é usada (“ouvistes o que foi dito... eu, porém, vos digo...” Mt 5.21,27,33,38,43), todas elas tratando de leis morais: sobre assassinato (6º mandamento), adultério (7º mandamento) e falso juramento (3º mandamento, cf. Lv 19.12; Nm 30.2). Os dois outros textos são de caráter ainda mais extenso quanto a sua interpretação, falando dos dois grandes mandamentos: o amor ao próximo e o amor a Deus sobre todas as coisas.

Em todos os cinco casos de lei mencionados aqui, a antítese traçada por Jesus não é a partir da lei *per se*, mas da interpretação dada à lei. A antítese é entre o “dito” e a lei originalmente proclamada por Deus. Percebe-se que principalmente os escribas e fariseus interpretavam a lei para fazer justamente o que ela proibia. Isso se torna bem evidente nos versos 44 e 45, quando Jesus faz o contraste entre uma interpretação maldosa da lei: “Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo” (lei que não existe no Antigo Testamento), e o que deveria ser feito: “Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem”.⁵⁶

A Lei de Talião era interpretada não só como um direito, mas até como uma exigência social de vingança em favor da honra pessoal, familiar ou tribal.⁵⁷ O que Jesus demonstra é exatamente o oposto, que o espírito do homem diante do mal recebido não deve ser de desamor, ódio e rancor. Assim sendo, podemos afirmar que Jesus não revoga o princípio moral da Lei de Talião e nem sua aplicabilidade. O que Jesus proíbe é o tomar a vingança nas próprias mãos e “resistir ao perverso” sem buscar o devido recurso legal de aplicação da lei. É óbvio que, diante do coração pecaminoso e das relações pessoais, o uso da vingança é destrutivo e condenável por nutrir toda espécie de

sentimentos que Paulo chamará em sua Carta aos Gálatas de “obras da carne” (Gl 5.19-21).

A tabela a seguir é uma tentativa de demonstrar graficamente o modo como podemos compreender as relações entre a lei moral, civil e cerimonial a partir do discurso de Jesus em Mateus 22.36-41:

Grande mandamento – Mt 22	Os Dez Mandamentos – Êx 20.1-11	Aplicações civis e cerimoniais
³⁶Mestre, qual é o grande mandamento na Lei? Jesus confirma os dois grandes mandamentos que resumem as "duas tábuas da lei"	As "duas tábuas da lei" Mandamentos 1 a 4 – expressam como o homem deve amar a Deus sobre todas as coisas. Mandamentos 5 a 10 – expressam como o homem deve amar ao próximo como a si mesmo. – Expressão do carácter moral de Deus para toda a humanidade (contexto: a lei entregue depois da queda)	Nos vários códigos legais do Antigo Testamento encontramos as aplicações civis e cerimoniais da lei moral, uma forma de demonstrar a santidade (separação) de Israel em relação aos demais povos.
Primeiro grande mandamento ³⁷ Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. ³⁸ Este é o grande e primeiro mandamento.	1º – ²Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. ³Não terás outros deuses diante de mim. 2º – ⁴Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. ⁵Não as adorarás, nem lhes darás culto... 3º – ⁷Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão. 4º – ⁸Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. ⁹Seis dias trabalhaste e farás toda a tua obra. ¹⁰Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho...	Expressa o conceito e a forma da relação com Deus e é representada na lei civil e civil em elementos como: – forma do culto; – sacerdócio; – forma dos sacrifícios; – impurezas cerimoniais; – tratamento de pessoas com determinadas doenças; – penas para a quebra das leis cerimoniais, das festas e do sábado.
Segundo grande mandamento ³⁹ O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.	5º – ¹²Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá. 6º – ¹³Não matarás. 7º – ¹⁴Não adulterarás. 8º – ¹⁵Não furtarás. 9º – ¹⁶Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. 10º – ¹⁷Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.	Expressa o conceito e forma da relação com o próximo e é representada na lei civil, principalmente em casos como: – leis sobre crimes contra autoridades; – leis sobre crimes contra a pessoa; – leis sobre crimes contra a propriedade.

Ao declarar os dois grandes mandamentos como resumo da lei, Jesus mostra concordar com a lei e seus princípios. Quando ele afirma “ouvistes o que foi dito... eu, porém, vos digo...”, não está contradizendo a lei, mas interpretando-a da maneira correta e traçando um contraste entre o “espírito da lei” e a interpretação farisaica. O fato é que essa lei era interpretada como um direito de vingança pessoal e não como um princípio de aplicação de pena pelas autoridades devidamente constituídas. Jesus não revoga a Lei de Talião, antes, a confirma – “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5.17). Ao contrário, o exemplo que recebemos dele ao submeter-se à lei, mostra que reconhece a sua validade: ele veio para morrer, recebendo sobre si a maldição da lei, o salário do pecado, que é a morte.

Quanto ao aspecto do perdão, quando questionado por Pedro a respeito de quantas vezes se deve perdoar, o Senhor Jesus deixa claro, tomando a sede de vingança de Lameque (“Sete vezes se tomará vingança de Caim, de Lameque, porém, setenta vezes sete” Gn 4.24), que pessoalmente o cristão deve perdoar “até setenta vezes sete” (Mt 18.22).

O princípio da proporcionalidade da Lei de Talião na lei brasileira

Como foi afirmado, o princípio da proporcionalidade e retribuição faz-se presente nos códigos de leis contemporâneos de vários países, incluindo alguns aspectos da legislação civil brasileira. De acordo com o *Novo Código Civil Brasileiro*, as penas aplicáveis são classificadas nas seguintes categorias:

- a) privação ou restrição de liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos.

Não são admissíveis como penas as seguintes:

- a) a morte, salvo em casos de guerra declarada;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de banimento;
- d) cruéis.

Observe que nas penas admissíveis encontram-se, basicamente, princípios de proporcionalidade, mas não os princípios de retribuição. Em termos práticos, isso significa que a lei busca o estabelecimento da ordem social, mas não a retribuição do crime praticado. A anulação do princípio retributivo nas leis contemporâneas parece aumentar em função do temor da crueldade na aplicação das penas. A História mostra exemplos de sistemas arbitrários e não democráticos, como os sistemas feudais e monárquicos europeus, nos quais a crueldade era legalizada.

É o caso do nosso código civil, que exclui a pena capital, exceto em caso de guerra, para qualquer tipo de crime, até mesmo em homicídios culposos ou crimes hediondos. O Estado pretende resguardar a vida do criminoso em detrimento da vida que foi tomada. Até mesmo no caso desses crimes, a lei brasileira proíbe a privação de liberdade em caráter perpétuo. O temor da crueldade tornou a pena desproporcional ao crime cometido.

No mesmo sentido, no crime de roubo, a pena comumente aplicável é a privação de liberdade, na qual, quando o criminoso é submetido a trabalho, segundo a lei 6.416, de 1977, é obrigatória a sua remuneração. Logo, além de o Estado arcar com os custos de abrigo e alimentação dos presos, ainda tem de suportar o ônus da remuneração de eventual trabalho realizado pelo detento. Cabe lembrar que uma das consequências paralelas da privação da liberdade é o desequilíbrio no sustento das famílias dos presos durante o período de sua reclusão.

Com relação à vítima do roubo, nem restituição (caso os bens roubados não sejam encontrados) e nem qualquer proporcionalidade lhe é conferida, uma vez que o criminoso acerta as contas com o Estado e a vítima só tem como “vantagem” a segurança limitada de que, enquanto encarcerado, esse criminoso não mais poderá vitimá-la.

Minha percepção é que, em busca de um sistema penal justo em face do crime e temendo os abusos e crueldades de modelos anteriores, o sistema legal brasileiro (assim como os de outras nações) foi passando por transformações que o afastaram cada vez mais do conceito bíblico de retribuição, proporcionalidade e restituição.

Sabemos que em tempos passados os sistemas penais aplicados no Brasil foram abusivos e desumanos. As chamadas “Ordenações Filipinas”, de Filipe II, rei da Espanha, formaram a base do sistema penal português que foi adotado no Brasil. Entre as penas estavam a morte, a mutilação através do corte de membros, o degredo, o tormento, a prisão, o açoite e a multa em dinheiro.⁵⁸ Com a ascensão do conceito de direitos humanos, as penas foram transformadas. Obras clássicas como *Dos Delitos e das Penas* (1746), de Cesare Beccaria, propuseram a humanização das punições, banindo, inclusive, a pena de morte. Nesse processo, os interesses individuais tornaram-se mais importantes que os direitos sociais e coletivos, chegando-se ao conceito de proporcionalidade limitada e praticamente nenhum conceito de retribuição nas penas aplicáveis.

Noções como crueldade e desumanidade nunca deveriam servir de base para a constituição de um sistema penal. No entanto, a desproporção e principalmente a falta de retributividade à conduta delituosa tornaram o crime uma atividade lucrativa, fazendo da sociedade uma vítima do seu próprio sistema. Este, que tenta evitar a crueldade da pena e busca os direitos humanos aplicando penas privativas da liberdade, criou um sistema carcerário altamente cruel e desumano, além de um problema social imenso, tanto para o criminoso, que uma vez dentro do sistema não encontra portas de saída, quanto para sua família, que perde a condição de dignidade e sustento.

Ao que tudo indica, tanto a situação de um detento quanto a de um “ex-detento” tendem à degradação, escravização, situações cruéis e marginalização social. A Lei de Talião como princípio moral é uma necessidade para a correção dos rumos em nosso sistema penal.

CONCLUSÃO



QUANDO ESTE LIVRO FOI primeiramente lançado, em 2003, convidamos um pregador da Inglaterra para falar em um evento em nossa igreja. Eu era o tradutor do Rev. Brian Edwards, que veio para falar sobre graça. Em uma de suas palestras enunciou: “Existem muitos livros escritos com o título *lei e graça*. Mas estão errados! A lei é graça”. Eu e muitos na congregação caímos no riso diante da situação embaraçosa! E o pregador estava certo, a lei é graça de Deus. Sob muitos aspectos podemos entender das Escrituras que a lei de Deus é para o crente uma forma de manifestação de sua graça. Como conheceríamos a vontade do Deus soberano, o modo de nos aproximarmos dele e o que o agrada, senão pela sua lei revelada? Por outro lado, conforme a mesma Escritura, a lei aplica a maldição da aliança sobre os incrédulos que rejeitam a Jesus, o Filho encarnado de Deus. Essa é a visão abrangente da lei que encontramos na Palavra de Deus e que devemos aplicar sobre nossa própria vida. Quando apreciamos a relação entre a lei e a graça de Deus precisamos ter uma visão ampla de ambas para que não caiamos em extremos de interpretação e compreensão: a rejeição da lei em função da graça – antinomismo – ou a rejeição da graça em função da lei – legalismo.

Logo, a ética cristã, a formação de valores e das leis aplicadas aos relacionamentos familiares e sociais deve ser baseada na justa compreensão da relação entre a lei e a graça de Deus. Nosso agir como pais, filhos e cidadãos está diretamente ligado à nossa compreensão das relações e dimensões que atribuímos à lei e graça de nosso Deus. Uma visão desequilibrada pode nos levar a uma aplicação da lei que pode ser injusta, anacrônica e que afronte ao próprio Deus da Bíblia.

Cabe a nós compreendermos bem a lei e a graça e então aplicarmos bem a ambas, primeiro sobre nós mesmos e então sobre os que vivem à nossa volta, sem jamais nos esquecermos das palavras do Senhor em João 14.21: “Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que

me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele”.

APÊNDICE: A LEI E A NOVA ALIANÇA

• • •

UM DOS TEXTOS DO ANTIGO Testamento que geralmente trazem confusão na interpretação da relação entre lei e graça, Antigo e Novo Testamentos, é a profecia de Jeremias 31, sobre a nova aliança. Este apêndice é uma tentativa de descrever o panorama bíblico teológico de interpretação para o texto.

Eis aí vêm dias, diz o SENHOR, em que firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o SENHOR. Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo (Jr 31.31-33).

Para uma correta interpretação do texto devemos levar em conta alguns princípios fundamentais: a interpretação deve ser feita no contexto histórico, seguindo os princípios gramaticais. Logo, ao considerar o texto, devemos rever as questões ligadas ao contexto imediato assim como a exegese bíblico-teológica. Isso significa que o texto, além de falar no seu contexto imediato, fala no conjunto das Escrituras, tem uma intenção teológica. Alguns textos, mais do que outros, requerem maior cuidado quanto ao seu contexto bíblico-teológico. A profecia em Jeremias 31 certamente é um desses textos pela sua centralidade e seu significado em relação ao Novo Testamento.

Essa profecia aparece em uma subdivisão do livro conhecida por “Livro da Consolação” (Jr 30–33). Tem esse nome porque é um texto de esperança:

Palavra que do SENHOR veio a Jeremias, dizendo: Assim fala o SENHOR, Deus de Israel: Escreve num livro todas as palavras que eu disse. Porque eis que vêm dias, diz o SENHOR, em que mudarei a sorte do meu povo de

Israel e de Judá, diz o SENHOR; fá-los-ei voltar para a terra que dei a seus pais, e a possuirão (Jr 30.1-3).

em contraste com o julgamento prometido no capítulo 25.8-9:

... assim diz o SENHOR dos Exércitos: Visto que não escutastes as minhas palavras, eis que mandarei buscar todas as tribos do Norte, diz o SENHOR, como também a Nabucodonosor, rei da Babilônia, meu servo, e os trarei contra esta terra, contra os seus moradores e contra todas estas nações em redor, e os destruirei totalmente, e os porei por objeto de espanto, e de assobio, e de ruínas perpétuas.

Promessas de restauração já haviam sido feitas (cf. 12.14-16; 24.4-7), mas nenhuma tão clara quanto a promessa em Jeremias 31, a promessa de uma nova aliança. O que o profeta Jeremias tinha em mente ao proferir a Palavra do Senhor? Quando seriam esses dias? Com quem é feita essa nova aliança? Em que ela consiste? No que difere da aliança anterior? O que significam as leis impressas na mente e coração do povo de Deus? Creio que a resposta e essas perguntas nos conduz no caminho da correta interpretação do texto.

1) Quando essa profecia se cumpre?

Quando Jeremias diz “Eis ai vem dias”, refere-se ao retorno do cativeiro depois de 70 anos (29.10):

Assim diz o SENHOR: Logo que se cumprirem para a Babilônia setenta anos, atentarei para vós outros e cumprirei para convosco a minha boa palavra, tornando a trazer-vos para este lugar.

Uma das intenções imediatas do texto era combater a falsa esperança trazida pelos falsos profetas que estavam dizendo que o cativeiro já iniciado com a primeira deportação não iria durar muito (29.21-31). A expressão “eis que vêm dias” aparece catorze vezes na profecia de Jeremias apontado para bênçãos ou maldições que viriam sobre Israel ou Judá e outros povos (Jr 7.32; 9.25; 16.14; 19.6; 23.5,7; 30.3; 31.27,31; 33.14; 48.12; 49.2; 51.47,52), geralmente depois dos setenta anos. É, portanto, razoável pensar que os dias vindouros aos quais Jeremias se refere são os dias que se seguem aos setenta

anos de cativeiro e não somente a um futuro distante. Nesse tempo, o povo, instruído por Deus, começaria a experimentar as bênçãos do reino na nova aliança.

Uma leitura dos episódios do retorno do povo nos livros de Esdras e Neemias mostra que os que retornaram do cativeiro foram despertados pelo Espírito de Deus para voltar e reconstruir o templo (Ed 1.5). Mas essa mesma leitura nos revela que esse tempo não confere com as características descritas por Jeremias na sua plenitude. Poderia o texto se referir também a algum outro tempo? Creio que sim. Esse é o caso de profecias que chamamos de prolépticas: se cumprem em diferentes tempos ou durante um período de tempo. O exemplo clássico são as promessas feitas a Abraão, muitas cumpridas parcialmente sobre ele e sua semente imediata, porém, só cumpridas de maneira definitiva na vinda de Jesus, segundo Paulo, o descendente (“Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo”, Gl 3.16).⁵⁹

2) Quem recebe essa profecia?

O texto nos diz que essa aliança seria feita com a casa de Israel e a casa de Judá. Historicamente, o reino do Norte, a casa de Israel, já havia desaparecido do mapa (722 a.C.). O reino de Judá, o reino do Sul, já havia sofrido as primeiras derrotas e caminhava para o cativeiro de setenta anos na Babilônia profetizado pelo próprio Jeremias. Mais adiante, no verso 33, Jeremias afirma que a aliança seria firmada com a casa de Israel e no verso 1 do capítulo declara: “Naquele tempo, diz o SENHOR, serei o Deus de todas as tribos de Israel, e elas serão o meu povo.” Todos esses versos mostram que o povo de Israel é o receptor inicial dessa promessa/profecia: “Naquele tempo, chamarão a Jerusalém de Trono do SENHOR; nela se reunirão todas as nações em nome do SENHOR e já não andarão segundo a dureza do seu coração maligno. Naqueles dias, andarão a casa de Judá com a casa de Israel, e virão juntas da terra do Norte para terra que dei em herança a vossos pais. (Jr 3.17-18). É claro que no cumprimento proléptico da profecia ela se estende a todo o povo

de Deus depois “daqueles tempos e daqueles dias” e se manifesta de maneira plena na vinda de Cristo.

É o próprio Senhor Jesus que invoca a expressão de Jeremias ao instituir a Ceia, dizendo: “este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós” (Lc 22.20). Ao falar da superioridade do ministério de Cristo, Hebreus cita literalmente o texto de Jeremias (Hb 8.8-12; 9.15 e 10.16). Hebreus 10 deixa claro que “esses dias” se referem especificamente ao reino de Cristo manifestado e o seu sacrifício eterno diante do Pai. Mais completa ainda é a citação em Hebreus 8. O texto de Jeremias é citado integralmente com parte do argumento de que Cristo é o Mediador de uma aliança superior instituída com bases em promessas superiores (8.6). Ora, a aliança superior e as promessas superiores são aquelas promessas feitas em Jeremias 31. Portanto, o tempo do cumprimento definitivo da promessa de Jeremias acontece no ministério, obra de Cristo e na vinda do Espírito Santo.

3) No que consiste essa aliança e no que difere de outra?

Essencialmente Deus promete ao povo que suas leis seriam impressas na mente e coração do povo, um processo que aponta para a restauração da vida ao povo em oposição à religiosidade vazia que os líderes e religiosos haviam desenvolvido e ensinado à geração anterior e a seus próprios filhos, que os fez quebradores da aliança e, finalmente, mercedores da ira e das maldições da primeira aliança, conforme o desenvolvimento mostrado no livro de Deuteronômio, capítulos 27–30. Esses capítulos apontam para o momento em que Deus ordena a Moisés, aos anciãos e ao povo que obedeçam a lei, antes de entrarem na terra prometida. O Senhor ordena com clareza que ao passarem o Jordão deveriam levantar pedras grandes, pedras que deveriam ser caiadas e sobre as quais as palavras da lei deveriam ser inscritas (Dt 27.8). Essas pedras eram o testemunho escrito do que aconteceria ao povo quando entrassem na terra: se obedecessem seriam abençoados, se quebrassem a aliança, seriam amaldiçoados. O fato é que cada acontecimento descrito como causa e consequência de maldição nos capítulos posteriores se cumpriu na queda de

Jerusalém e no cativeiro. Daí a referência à aliança no Sinai (“Não conforme a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o SENHOR” Jr 31.32) e o seu cumprimento na entrada da terra prometida em Deuteronômio. Da mesma maneira, a volta do cativeiro está descrita em Deuteronômio 30.1-3:

Quando (...) todas estas coisas vierem sobre ti, a bênção e a maldição que pus diante de ti, se te recordares delas entre todas as nações para onde te lançar o SENHOR, teu Deus; e tornares ao SENHOR, teu Deus, tu e teus filhos, de todo o teu coração e de toda a tua alma, e deres ouvidos à sua voz, segundo tudo o que hoje te ordeno, então, o SENHOR, teu Deus, mudará a tua sorte, e se compadecerá de ti, e te ajuntará, de novo, de todos os povos entre os quais te havia espalhado o SENHOR, teu Deus.

A diferença fundamental, então, está no fato de que a primeira aliança foi gravada em pedras, está será gravada no coração.

4) O que significam as leis impressas na mente e no coração do povo de Deus?

Devemos observar duas situações. Primeiro, já vimos que as Escrituras nos falam de uma lei interior, gravada no coração do homem: “Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se, no dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, julgar os segredos dos homens, de conformidade com o meu evangelho” (Rm 2.15-16). Esta lei gravada serve como um testemunho contra o homem incrédulo, que tendo-a já gravada, nega-a conforme o testemunho da lei objetiva exterior dada por Deus e gravada em pedras.

A segunda situação é que no coração do crente o processo é invertido. Ainda que tenhamos consciência do pecado através da lei, a lei gravada em nosso coração nos faz amar e desejar profundamente o ensino (a *torah*) de Deus. A esse respeito, Bruce Waltke afirma: “a lei em vista aqui é inquestionavelmente o tratado mosaico... Diferentemente do tratado mosaico,

que se apoiava no desejo de Israel em mantê-lo, YHWH vai, unilateralmente, colocar a sua lei no coração de Israel.”⁶⁰ Não podemos nos esquecer, entretanto, de que desde que foi dada, a lei deveria ser guardada no coração (Dt 6.5; 26.16; 30.1-3). Todo o capítulo 4 de Deuteronômio é uma exortação para que a lei esteja no coração do povo de Deus:

... que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o SENHOR, nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho? Tão somente guarda-te a ti mesmo e guarda bem a tua alma, que te não esqueças daquelas coisas que os teus olhos têm visto, e se não apartem do teu coração todos os dias da tua vida, e as farás saber a teus filhos e aos filhos de teus filhos. (Dt 4.7-9; cf. v.29,39)

A pergunta no verso 7 é retórica e muito clara na sua intenção: que nação tem um deus que seja íntimo como Iavé? Nenhuma, porque os deuses das nações são falsos, mas Iavé é um Deus com quem se pode relacionar, um Deus que pode dar uma lei justa que pode ser guardada no coração de seu povo. Aliás, o que Deus nos diz através de Jeremias é que ele imprimiria a *torah* no coração dos crentes, a mesma lei que havia dado a Moisés. Assim, entendo, a promessa dessa nova aliança é, primeiramente, de retorno do cativo, no tempo em que Deus levantaria uma nova geração de crentes para liderar o seu povo de volta à sua terra. Posteriormente, a vinda do próprio Messias, o Renovo de Justiça que brota de Davi, quando “Judá será salvo e Jerusalém habitará seguramente; ela será chamada SENHOR, Justiça Nossa” (Jr 33.16).

Eis que vêm dias, diz o SENHOR, em que cumprirei a boa palavra que proferi à casa de Israel e à casa de Judá. Naqueles dias e naquele tempo, farei brotar a Davi um Renovo de justiça; ele executará juízo e justiça na terra. Naqueles dias, Judá será salvo e Jerusalém habitará seguramente; ela será chamada SENHOR, Justiça Nossa. Porque assim diz o SENHOR: Nunca faltará a Davi homem que se assente no trono da casa de Israel; nem aos sacerdotes levitas faltará homem diante de mim, para que ofereça holocausto, queime oferta de manjares e faça sacrifício todos os dias.

Veio a palavra do SENHOR a Jeremias, dizendo: Assim diz o SENHOR: Se puderdes invalidar a minha aliança com o dia e a minha aliança com a noite, de tal modo que não haja nem dia nem noite a seu tempo, poder-se-á também invalidar a minha aliança com Davi, meu servo, para que

não tenha filho que reine no seu trono; como também com os levitas sacerdotes, meus ministros. Como não se pode contar o exército dos céus, nem medir-se a areia do mar, assim tornarei incontável a descendência de Davi, meu servo, e os levitas que ministram diante de mim. Veio ainda a palavra do SENHOR a Jeremias, dizendo: Não atentas para o que diz este povo: As duas famílias que o SENHOR elegeu, agora as rejeitou? Assim desprezam a meu povo, que a seus olhos já não é povo. Assim diz o SENHOR: Se a minha aliança com o dia e com a noite não permanecer, e eu não mantiver as leis fixas dos céus e da terra, também rejeitarei a descendência de Jacó e de Davi, meu servo, de modo que não tome da sua descendência quem domine sobre a descendência de Abraão, Isaque e Jacó; porque lhes restaurarei a sorte e deles me apiedarei (Jr 33.14-26).

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

• • •

RECOMENDO ABAIXO alguns recursos para o estudante que quer se aprofundar no estudo da relação entre a lei e graça. Ainda que não tenham sido todos citados no texto, são as principais fontes de pesquisa do assunto.

Barker, W & Godfrey, W, org., *Theonomy: A Reformed Critique*. Grand Rapids, Academie Books, 1990.

Feinberg, Jonh, *Continuity and Dicontinuity*. Westchester: Crossway Books, 1988.

Hesselink, John, *Calvin's Concept of the Law*. Allison Park: Pickwick Publications, 1992.

Horton, Michael, *A Lei da Perfeita Liberdade*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

Kevan, Ernest, *A Lei Moral*. São Paulo: Os Puritanos, 2000.

Portela, Solano, *A Lei de Deus Hoje*. São Paulo: Os Puritanos, 2000.

Reisinger, Ernest, *The Law and the Gospel*. Phillipsburg: P&R Publishing, 1997.

Strickland, Wayne, ed, *Law, the Gospel and the Modern Christian: Five Views*. Grand Rapids, Zondervan, 1993.

Poythress, Vern, *The Shadow of Christ in the Law of Moses*. Brentwood, TN, Wolgemuth & Hyatt, 1991.

Shedd, Russel. *Lei, Graça e Santificação*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

Stuhlmacher, Peter. *Lei e Graça em Paulo*. São Paulo: Vida Nova, 2010.

Gundry, Stanley. Org. *Lei e Evangelho: 5 pontos de vista*. São Paulo: Vida, 2003.

Feinberg, John. *Continuidade e Descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Hagnos, 2013.

- 1 J. Gresham Machen, *What is faith?* Edinburgo: Banner of Truth, 1946, p. 142.
- 2 Uso a transliteração *Iavé* para o nome de Deus e não *Jeová* como em algumas traduções. O nome de Deus não era literalmente pronunciado pelos judeus em respeito ao terceiro mandamento e, portanto, sua pronúncia tornou-se incerta. A pronúncia *Jeová* certamente é incorreta, sendo já uma transliteração da palavra na língua alemã.
- 3 Paulo Sérgio Gomes, “O significado de fim da lei em Romanos 10.4”, *Fides Reformata* 2.1, 1997, p. 123-136.
- 4 James Jordan, *Through New Eyes: Developing a Biblical View of the World*. Brentwood, TN: Wolgemuth & Hyatt, 1988, p. 198-202.
- 5 Adotada como confissão pela Igreja Presbiteriana do Brasil e várias outras igrejas reformadas no mundo.
- 6 Ver John Frame, *The Doctrine of the Knowledge of God*. Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1987, p. 11-12 [Publicado no Brasil pela Cultura Cristã com o título *A Doutrina do Conhecimento de Deus* (N. do E.)].
- 7 João Ferreira de Almeida, Edição Revista e Atualizada, Sociedade Bíblica do Brasil.
- 8 Ernest Kevan, *Lei Moral*. São Paulo: Os Puritanos, 1999.
- 9 Em dois artigos intitulados “Uma breve introdução ao estudo do pacto” (I e II), em *Fides Reformata* 3.1 (1998), 110-123 e *Fides Reformata* 4.1, 1999, p. 89-102, faço uma discussão sobre o uso da terminologia pacto de obras / pacto da graça e trabalho mais na definição e dimensões do pacto bíblico.
- 10 João Calvino, *Genesis Commentary*, 2.3.
- 11 Fairbairn, Patrick, *The Revelation of Law in Scripture*. Grand Rapids: Zondervan, 1957, p. 45.
- 12 *As Institutas* 2.8.1.
- 13 William Tyndale (1494-1536) foi importante reformador cuja principal contribuição foi a tradução da Escritura para o inglês (N.do E.).
- 14 Citado em Geoffrey Greenhough, “The Reformer’s Attitude to the Law of God”, *Westminster Theological Journal* 39, 1976:81-99, 88.
- 15 *Institutas* 4.20.14-15.
- 16 Correspondência com Solano Portela. Sobre o assunto ver McMillen *A Provisão Divina para sua Saúde*, Editora Fiel, 1984.
- 17 Dumbrell, W. J. (*Covenant and Creation* [Nashville: Thomas Nelson, 1984], 20–39) argumenta que Gn 6.18 pressupõe a existência dessa aliança, mas essa afirmação, ao contrário de se referir a uma aliança não mencionada do passado, parece antecipar a ratificação da aliança noaica. Alguns veem a referência a uma aliança divina com Adão em Os 6.7, mas o significado desse texto é incerto, segundo Robert Chisholm, *Introdução aos profetas* (a ser lançado pela Cultura Cristã).
- 18 Publicado em <http://www.thirdmill.org/portuguese/> na seção Teologia.
- 19 Solano Portela, *A Lei de Deus Hoje*. São Paulo: Os Puritanos, 2000, p. 140.
- 20 Solano Portela, *A Pena Capital e a Lei de Deus*. São Paulo: Os Puritanos, 2000, p. 22-23.
- 21 John Calvin. *Commentaries on the Last Four Books of Moses Arranged in the Form of a Harmony*, org. John King. Providence: Ulan Press, 2012 (N. do E.).
- 22 Uma discussão muito esclarecedora do assunto se encontra em Merwyn S. Jonhson, “Calvin’s Handling of the Third Use of the Law and Its Problems,” *Calviniana: Ideas and Influences of Jean Calvin*, 10 (1988), p. 33-50.
- 23 *As Institutas* 2.7.1.
- 24 *As Institutas*, 2.7.10.
- 25 Calvino, *Romanos*, 277 (parte do comentário de Romanos 8.15).

- 26 Sobre esse assunto, verificar o artigo W. R. Godfrey, “Law and Gospel” em *New Dictionary of Theology*, Sinclair Ferguson e David F. Wright. Leicester: Intervarsity Press, 1988, p. 379.
- 27 Ernest Kevan, *The Grace of the Law: A Study of Puritan Theology*. Grand Rapids: Baker Book House, 1976, p. 23.
- 28 Os diversos tipos de antinomismo aqui listados são identificados por J. I. Packer, *Teologia Concisa*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999, p. 168-170.
- 29 C. I. Scofield, *Rightly Dividing the Word of Truth*. Findlay: Fundamental Truth, 1940, p. 5.
- 30 De Haan, M. R., *Law or Grace*. Grand Rapids, Zondervan, 1965.
- 31 W. R. Godfrey, “Law and gospel” em *New Dictionary of Theology*, Sinclair Ferguson e David F. Wright. Leicester: Intervarsity Press, 1988, p. 380.
- 32 John Hesselink, “Christ the law and the christian: an unexplored aspect of the third use of the law in Calvin’s theology” em B. A. Gerrish, *Reformatio Perennis*. Pittsburg: Pickwick Press, 1981, p. 12.
- 33 Uma excelente exposição sobre a pena de morte pode ser obtida no livro de Solano Portela, *A Pena Capital e a Lei de Deus*. São Paulo: Editora Os Puritanos, 2000, e seu artigo “Pena de morte – uma avaliação teológica e confessional”, publicação eletrônica - http://www.ipcb.org.br/publicacoes/pena_de_morte.htm
- 34 Veja os exemplos de ética situacionista citados por Norman L. Geisler em *Ética Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1972.
- 35 Para uma discussão aberta da aplicação do legalismo no evangelicalismo brasileiro ver Ricardo Gondin, *É Proibido: O que a Bíblia Permite e a Igreja Proíbe*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1998.
- 36 Alva McClain, *Law and Grace*. Chicago: Moody Press, 1967, p. 17.
- 37 Um dos primeiros escritos propondo a teonomia foi R. J. Rushdoony, *The Institutes of Biblical Law* (Nutley, NJ: Craig, 1973); G. L. Bahnsen, *Theonomy in Christian Ethics* (Nutley, NJ: Craig, 1977) é um dos principais defensores do movimento. Gary DeMar, *The Debate over Christian Reconstruction* (Atlanta: American Vision, 1988) tem várias publicações defendendo o ponto de vista teonomista.
- 38 Greg L. Bahnsen, *By This Standard: The Authority of God’s Law Today*. Tyler, TX: Institute for Christian Economics, 1985, p. 270-71.
- 39 Walter Kaiser, Jr, “God’s Promise Plan and His Gracious Law”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 33/3, 1990, p. 289-302.
- 40 Solano Portela, *A lei de Deus hoje*. São Paulo: Os Puritanos, 2000, p. 142-143.
- 41 Ernest Reisinger, *The Law and the Gospel*. Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 1997, p. 162-163.
- 42 Terry Johnson, *A Doutrina da Graça na Vida Prática*. São Paulo, Cultura Cristã, 2001, p. 136.
- 43 Com essas duas expressões Jesus nos mostra que nem a menor letra ou mesmo um “keraia”, possivelmente um pequeno traço sobre as letras hebraicas no texto da Bíblia Hebraica seriam mudados.
- 44 Merwyn S. Jonhson, “Calvin’s Handling of the Third Use of the Law and Its Problems,” *Calviniana: Ideas and Influences of Jean Calvin*, 10 (1988), 33-50, 44.
- 45 Publicado em <http://www.thirdmill.org/>
- 46 O Código de Hamurabi. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- 47 Alexandre de Moraes, *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 6. No entanto, o Código de Hamurabi não é o primeiro do gênero no Antigo Oriente Próximo. O primeiro código legal de que se tem informação (e uma cópia preservada) é o Código de Shulgi, da terceira dinastia de Ur, por volta de 2097-2047 a.C. Depois deste, ainda temos o Código de Lipt-Ishtar e Ur-Namma, antes de chegar ao Código de Hamurabi, o qual se apoia fortemente no conteúdo desses outros. Ver Amélie Kuhrt. *The Ancient Near East. Routledge history of the ancient world*. Londres: Routledge, 1995, p. 64;

William W. Hallo e YOUNGER, JR., K. Lawson . *Monumental inscriptions from the Biblical world*. Leiden: Brill, 2000, p. 363

48 Ver Jacques Briand; René Lebrun; Émile Puech. *Tratados e juramentos no Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Paulus, 1998.

49 É interessante que a palavra traduzida por “homem”, no original significa “menino”. Isto acentua ainda mais a crueldade de Lameque.

50 A palavra hebraica pode significar “trazer desonra” a uma pessoa, profanar, contaminar. No caso, a desonra era considerada sobre a pessoa e sua família. Obviamente, o sentimento dos irmãos de Diná não foi motivado por uma virtude, mas por ressentimento.

51 Existe uma linha no Direito conhecida como “teoria positivista”, que afirma que “a validade da lei é completamente dependente da sua promulgação; ela não tem qualquer força antes disso e nem a sua validade pode ser questionada pelas forças constituídas depois de promulgada”. P. Kayser, *Natural Law: Is it an adequate basis for liberty and justice?* Omaha, Nebraska: Biblical Blueprints, 2006, p. 1. A maioria dos sistemas jurídicos, entretanto, segue uma linha humanista ou o jusnaturalismo, reconhecendo que existem direitos universais do ser humano, baseados nas necessidades fundamentais que os seres humanos têm para manter a vida e a dignidade. Ver Dalmo de Abreu Dallari. *O que são direitos da pessoa*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7. Existe entre os teóricos do Direito uma percepção de que as bases modernas dos direitos universais vêm do desenvolvimento de antigos sistemas legais, desde o Egito antigo, passando por várias outras civilizações, incluindo os códigos legais do Antigo Testamento, do Direito grego e romano e também bases cristãs. Ver Moraes, *Direitos humanos fundamentais*, p. 6-14, 16. No cristianismo histórico entende-se que os verdadeiros princípios para o estabelecimento de leis justas estão no caráter moral de Deus e sua revelação nas Escrituras.

52 Sobre o princípio geral da pena no Código Civil Brasileiro, Noronha afirma: “A proporcionalidade penal está intimamente vinculada ao fundamento retributivo”. E. Magalhães Noronha. *Direito penal*. 35ª edição atualizada. São Paulo: Saraiva, 2000, Vol. 1, p. 227.

53 Ver *Confissão de Fé de Westminster*. 10ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 1987, Cap. XIX: Da Lei de Deus.

54 Para uma avaliação mais completa sobre a pena capital, ver Solano Portela. *A pena capital e a lei de Deus*. São Paulo: Puritanos, 2004.

55 A grande diferença entre o Código Mosaico e os códigos mencionados anteriormente está no volume de leis apodícticas (regras categóricas), que predominam sobre as leis casuísticas (regras particulares, normalmente introduzindo uma situação: “Se um homem...”). Dentre os códigos mencionados anteriormente, somente o Lipt-Ishtar contém algumas leis apodícticas. Quanto mais um código pende para o lado casuístico menos universal ele se torna, pois está ligado a particularidades.

56 “Não te vingarás, nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o SENHOR” (Lv 19.18); “Não digas: Vingar-me-ei do mal; espera pelo SENHOR, e ele te livrará” (Pv 20.22); “Não digas: Como ele me fez a mim, assim lhe farei a ele; pagarei a cada um segundo a sua obra” (Pv 24.29).

57 Esta ideia parece ser o caso da Lei de Talião no Código de Hamurabi, que coloca a retribuição como uma exigência dentro da lei casuística. Logo, o homem que sofre o dano tem que, necessariamente, retribuí-lo.

58 Noronha, *Direito penal*, Vol. 1, p. 233.

59 Ver Van Groningen, Gerard. *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2ª Edição: 2003, p. 683, que declara: “Assim Yahweh revela que em dias vindouros, não especificados, mas

um tempo que se pode entender como começando com o retorno do exílio, ocorrerá a feitura de um pacto.”

60 Bruce Waltke, “The Phenomenon of Conditionality Within the Unconditional Covenants,” em *Israel Apostasy and Restoration: Essays in Honor of Roland K. Harrison*, org. A. Gileadi. Grand Rapids: Baker, 1988, p. 137